UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

AMARO CAVALCANTI
E A LUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Suzana Cristina Fernandes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em História Econômica, sob a orientação da Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Suzana Cristina Fernandes** em **15/02/2001** e orientada pela **Profa. Dra. Ligia Maria Osório Silva.***

CPG, 15/02/2001

Campinas, 2001

001543

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
N.º CHAMADA: T/UNICAMP
F391a
V. Ex.
TOMBO BC/ 45429
PROC. 16/392/01
C D
PREÇO 11,00
DATA 28/07/2001
N.º CPD

CM00157728-8

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

Fernandes, Suzana Cristina
F391a Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira/ Suzana Cristina Fernandes. -- Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador: Ligia Maria Osorio Silva
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Políticos – Brasil. 2. Brasil – Indústrias – Historia. 3. Cavalcanti, Amaro, 1851-1922. I. Silva, Ligia Maria Osorio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Trabalhar em história econômica, especialmente na pesquisa de um ilustre representante da história do Brasil, um tanto esquecido, é uma experiência gratificante, sobretudo no que se refere ao prazer da descoberta, todavia é uma trabalho solitário que nos abstrai do convívio daqueles que mais amamos. Por isso, a presença, o carinho e o encorajamento que recebi de Claudio Cesar de Paiva foram tão fundamentais. A ele devo muito mais do que este trabalho e é a ele que dedico esta dissertação. Ele que desfruta comigo desta conquista.

AGRADECIMENTOS

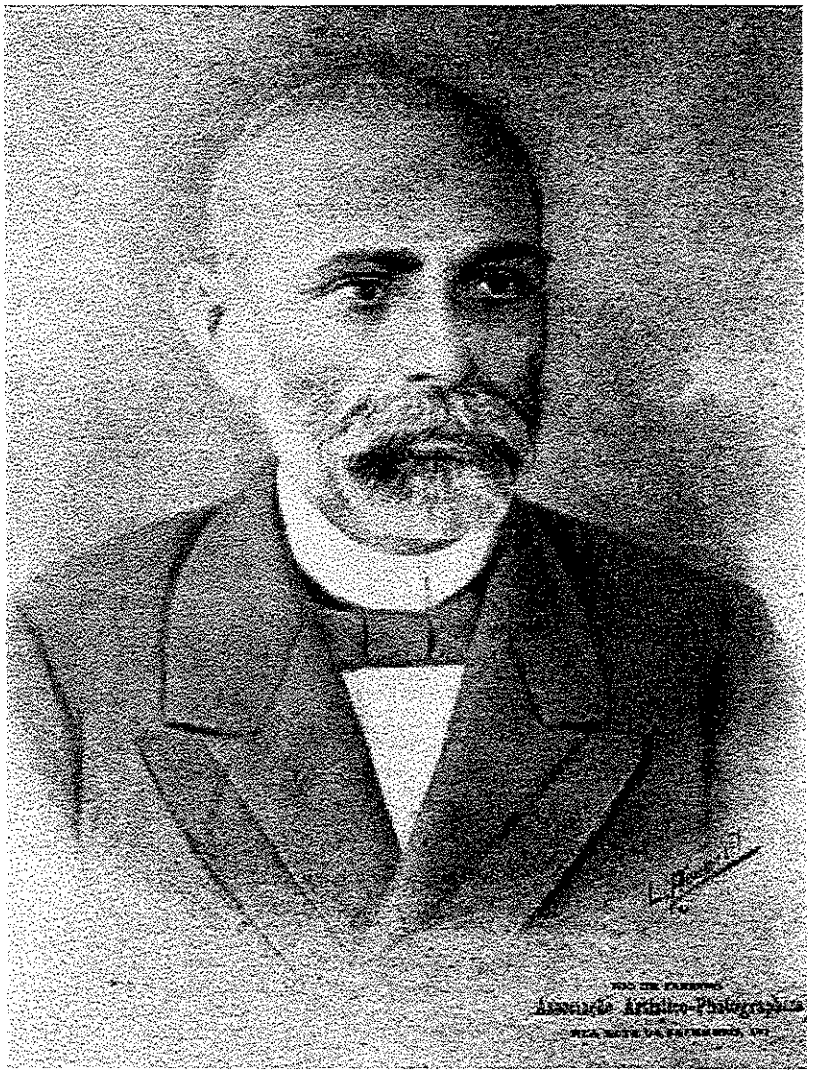
Agradeço primeiramente a Deus que compreendeu os meus anseios e me deu forças para conquistar mais esta vitória. Depois quero expressar os mais sinceros agradecimentos a minha orientadora, Dra. Ligia M. Osorio Silva, pela dedicação e paciência com que conduziu o esplêndido trabalho de orientação, sem o qual esta dissertação jamais poderia ter sido feita. Agradeço, também de forma muito especial, à Profa. Dra. Wilma Peres Costa, tanto pelas valorosas contribuições ao meu trabalho durante a banca de qualificação, como pela competência e amizade que sempre nos ofereceu ao longo do curso. Também agradeço ao Prof. Dr. Wilson Suzigan, pela atenção e simpatia com que sempre me atendeu, pela sua participação na banca de qualificação e pelas importantes orientações que deu ao meu trabalho. Agradeço ao Prof. Dr. Fausto Saretta pela predisposição em participar da banca examinadora e aos demais mestres do Instituto de Economia que contribuíram de forma direta e indireta nos ensinamentos transmitidos durante o curso, e ainda ao Prof. Dr. Adalberto M. Dantas da Universidade Estadual de Maringá.

Quero agradecer especialmente a meus pais José Dionízio e Juraci, que suportaram a saudade e a distância durante estes três anos, a meus irmãos Luciana e Fernando e a Patrícia pelo carinho e pelo incentivo que sempre foram muito importantes ao longo de minha vida.

Também, não poderia deixar de agradecer aos amigos e colegas de curso, companheiros de caminhada que estiveram comigo ao longo destes anos. A eles agradeço a amizade, o companheirismo e os conselhos, em especial: a Renata, o Anderson, a Leila, o Fábio, o Wilson, o Eduardo e o Epaminondas.

Quero ainda, expressar os mais sinceros agradecimentos ao Embaixador José Carlos Cavalcanti Linhares, neto de Amaro Cavalcanti, que prontamente colaborou para a elaboração deste trabalho fornecendo valiosas informações.

Finalmente, quero agradecer a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pelo apoio financeiro dado para a elaboração desta dissertação.



Amaro Cavalcanti
1849-1922

"Sou dos que tem fé inabalável na futura grandeza desta enorme região que a Providência nos reservou; e quaisquer que sejam as vicissitudes e transições tormentosas da vida nacional, - um dia, embora ainda distante de nós, a história dos grandes povos há de assinalar o nosso, como muito rico, muito culto, muito feliz! (...) porque, como sabeis, a grandeza real de um povo é, antes de tudo, a acumulação paciente e sucessiva dos trabalhos, saber e esforços das suas gerações"

A. Cavalcanti

RESUMO

A proposta deste trabalho é recuperar e sistematizar as manifestações do pensamento industrialista brasileiro no final do Império e na primeira década republicana, através do intelectual e político Amaro Cavalcanti. A escolha de Amaro Cavalcanti como nosso objeto de estudo, se justifica porque ele é considerado pela historiografia, um dos grandes representantes do pensamento industrialista do período. Ao longo de sua carreira política não poupou esforços para defender a industrialização brasileira, lutando contra os inúmeros obstáculos impostos por forças que se opunham a ela e participando de intensos debates no Congresso Nacional, que acirraram as disputas entre protecionistas e livre-cambistas. Nosso intuito é conhecer, através de uma leitura crítica, como se processou esta luta de Amaro Cavalcanti em prol da industrialização do Brasil, suas idéias, suas reivindicações e seus argumentos relacionados à defesa da indústria nacional. Com isso pretendemos não apenas resgatar o pensamento de um ilustre representante da história da industrialização do Brasil, um tanto esquecido, mas também mostrar a importante participação de homens como Amaro Cavalcanti nos debates sobre a industrialização brasileira.

SUMÁRIO

RESUMO xi

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO INDUSTRIALISTA DE AMARO CAVALCANTI 15

1.1 INTRODUÇÃO 15

1.2 O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO MUNDO CAPITALISTA 18

1.3 A IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS NACIONAIS 24

1.3.1 Críticas à indústria extrativa *28*

1.3.2 Críticas à agricultura: *30*

1.3.3 Críticas ao comércio importador *34*

1.4 A DEFESA DA INDÚSTRIA COMO FATOR DE PROGRESSO 36

CAPÍTULO II A LUTA DE AMARO CAVALCANTI PELA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL 41

2.1 PANORAMA GERAL DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL 41

2.1.1 O desenvolvimento da indústria e dos movimentos industrialistas a partir da década de 1880 ..... *46*

2.2 O PENSAMENTO DE AMARO CAVALCANTI SOBRE A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA . 53

2.3 CRÍTICAS AO LIBERALISMO E DEFESA AO PROTECIONISMO 57

2.4 O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL 60

2.4.1 Considerações sobre a política tarifária brasileira *61*

2.4.2 O Estado explorando indústrias *65*

2.5 A DEFESA DA INDÚSTRIA NO CONGRESSO NACIONAL 68

CAPÍTULO III O PAPEL DA POLÍTICA MONETÁRIA E DO CRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL **79**

3.1 INTRODUÇÃO 79

3.2. CONTROVÉRSIAS SOBRE A POLÍTICA MONETÁRIA NO SÉCULO XIX: METALISTAS *VERSUS* PAPELISTAS 80

3.2.1. Controvérsias: padrão-ouro ou moeda fiduciária? *80*

3.2.2 Evolução histórica da moeda no Brasil *85*

3.2.2.1 As controvérsias monetárias no final do Império e no início da Primeira República *92*

3.3 CONCEITOS DE AMARO CAVALCANTI SOBRE A MOEDA METÁLICA E A MOEDA FIDUCIÁRIA 100

3.4 COMO AMARO CAVALCANTI AVALIA A QUESTÃO FINANCEIRA NO BRASIL E O PAPEL DA MOEDA FIDUCIÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL 112

CONSIDERAÇÕES FINAIS **129**

BIBLIOGRAFIA **135**

INTRODUÇÃO

A indústria brasileira tem uma história muito recente, comparada não apenas à da Inglaterra, berço da revolução industrial, mas também à de outros países da Europa, como França e Alemanha e o próprio Estados Unidos, países que já estavam plenamente industrializados nas últimas décadas do século XIX. No Brasil, apesar das primeiras tentativas de instalação de fábricas datarem do século XVIII, ela só surgiu com um pouco mais de vigor na segunda metade do século XIX, expandiu-se a partir da década de 1880, mas só passou a representar um papel importante na economia brasileira na década de 1920, quando chegou a formar um respeitável parque industrial de bens de consumo.

O desenvolvimento industrial verificado no Brasil a partir de meados do século XIX, manteve-se intimamente articulado à expansão cafeeira. A integração entre estes dois setores foi marcada pelo que Sergio Silva chamou de *unidade* e *contradição*: unidade na medida em que a expansão da indústria dependia da expansão cafeeira; e contradição, pois ao mesmo tempo que a expansão cafeeira estimulava a indústria, ela impunha obstáculos ao seu pleno desenvolvimento.[1]

A partir do último quartel do século, o processo de acumulação cafeeira se intensificou, e o café passou a ser o "centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil", ao mesmo tempo, a indústria nacional começou a expandir seus investimentos, até que, impulsionada por uma série de condições favoráveis, iniciou seu primeiro surto nos últimos anos do Império e início da República. Porém, as crises econômicas da década de 1890 e uma série de políticas desfavoráveis limitaram o seu desenvolvimento, que seguiu timidamente, pelo menos até a Primeira Guerra Mundial.

---

[1] Sergio Silva. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 8ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995, p. 97.

Paralelamente a este desenvolvimento industrial, e até muito antes dele, a historiografia brasileira registra inúmeros esforços, representados por alguns nomes eminentes ligados ou não à indústria, que reivindicavam uma política protecionista para a indústria nacional, por acreditarem que somente através da industrialização o Brasil poderia alcançar o desenvolvimento econômico. Esses esforços, inicialmente esporádicos, foram sufocados na primeira metade do século XIX, por força das influências internacionais e pela indiferença da classe dominante com o desenvolvimento da indústria nacional. Porém, as grandes transformações econômicas que ocorreram na economia brasileira a partir de meados do século, decorrentes da rápida acumulação de capital no contexto da expansão cafeeira, provocaram uma série de mudanças nos aspectos político, econômico, cultural e social do país, que tornaram o clima mais propício às manifestações nacionalistas pelo desenvolvimento e às tendências protecionistas e intervencionistas.

Os debates sobre a industrialização brasileira, centrados nas políticas protecionistas, intensificaram-se na década de 1880, em virtude das crises econômicas que atingiram as indústrias existentes. A partir deste momento, o pensamento industrial tomou solidez e assumiu a forma de um *movimento coletivo,* a favor da industrialização do país. Surgiram, neste período, grandes líderes em defesa da indústria nacional, lutando por uma política protecionista que desse sustentação ao desenvolvimento industrial do Brasil. Estes homens, que chamaremos de industrialistas, eram: empresários industriais e intelectuais, políticos e parlamentares, muitas vezes, sem nenhum vínculo direto com a indústria, mas comprometidos com o desenvolvimento do país. Entres estes se destacaram: Antonio Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti, Serzedelo Correa, Alcindo Guanabara, João Luiz Alves, Jorge Street, entre outros.

Neste sentido, o propósito deste trabalho de dissertação é, justamente, compreender as manifestações desse pensamento industrialista nos últimos anos do Império e na primeira década republicana, através do intelectual e político Amaro Cavalcanti.

A escolha de Amaro Cavalcanti se justifica porque ele é considerado pela historiografia como um dos grandes representantes da corrente de pensamento industrialista do final do século XIX, cujo perfil revelou-nos um homem com uma grande bagagem cultural e política, que defendeu arduamente o desenvolvimento da indústria nacional. Contudo, por vezes, foi negligenciado pelos estudos sobre a industrialização brasileira. Amaro Cavalcanti

não era um industrial, a sua luta pela industrialização do Brasil deve-se, em grande parte, ao nascimento de um sentimento nacionalista, ou seja, o desejo de ver o seu país progredir e alcançar o desenvolvimento econômico e industrial de outros países industrializados, como os Estados Unidos, a Alemanha, a França, o Japão, etc.

Sua fé na industrialização como alternativa de progresso para o Brasil vem da experiência vivida nos Estados Unidos, onde realizou seus estudos entre 1875 e 1880. O notável desenvolvimento industrial americano influenciou Amaro Cavalcanti a engajar-se na luta pela industrialização do Brasil, acreditando que ainda era possível alcançarmos o nível de progresso industrial dos Estados Unidos. A partir de então, dedicou grande parte do seu tempo para estudar e analisar a economia brasileira, e encontrar alternativas para o desenvolvimento da indústria nacional. Tornando-se um político atuante durante a Primeira República, levou a questão dos auxílios industriais para o Congresso Nacional, onde proferiu longos discursos em defesa da industrialização. Graças a esta sua luta pela indústria brasileira, ganhou o *status* de um dos maiores representantes do pensamento industrialista do final do século XIX, lembrado por alguns autores da nossa historiografia, mas um tanto quanto esquecido pela história.

Amaro Cavalcanti é autor de numerosas obras, que contêm importantes referências históricas e um grande acervo de idéias ligadas a diversas áreas, tais como: jurídica, religiosa, educacional, e sobre economia e finanças. No terreno do Direito Público e Constitucional, tornou-se uma autoridade; seus livros: *O Regime Federativo e República Brasileira*, publicado em 1900 e *Responsabilidade Civil do Estado,* de 1905, são hoje em dia considerados clássicos da área jurídica, mas ainda há outras contribuições nesta área, como pode ser observado na extensa lista de suas publicações ao final desta introdução. Todavia, o que nos interessa neste seu grande acervo são as obras ligadas à área econômica e financeira, nas quais o autor expressa todo seu conhecimento sobre a economia brasileira e suas idéias sobre o desenvolvimento nacional. Muito poucos estudos fazem alusão ao pensamento econômico de Amaro Cavalcanti, tendo em vista que o único trabalho conhecido, que vai além de uma simples biografia, é de Dorival Teixeira Vieira, intitulado: *A Obra Econômica de Amaro Cavalcanti,* publicada em 1960, onde se faz um sério trabalho de análise do pensamento econômico desse autor.

A maior parte de sua obra econômica está concentrada na década de 1890, período em que atuou mais ativamente no cenário político do país, participando ativamente dos

processos de decisões econômicas. Seus trabalhos são, geralmente, extensas obras, ricas em descrições de acontecimentos e de documentos primários, que buscam dar sustentação às suas afirmações. Em grande parte de seus escritos verifica-se o predomínio de um senso crítico sobre a situação econômica do Brasil, sobre a qual realiza avaliações com espírito de combatividade, embora possa-se notar sempre um certo ar contemporizador. Todavia, é um otimista que embora reconhecendo as deficiências e as dificuldades brasileiras, sempre apresentava uma proposta de solução para os problemas e para o desenvolvimento econômico do país, acreditando na sua capacidade de se reerguer economicamente ao nível de outros países desenvolvidos. Num misto de ideologia e de utopia, ele dizia:

> *"Sou dos que tem fé inabalável na futura grandeza desta enorme região que a Providência nos reservou; e quaisquer que sejam as vicissitudes e transições tormentosas da vida nacional, - um dia, embora ainda distante de nós, a história dos grandes povos há de assinalar o nosso, como muito rico, muito culto, muito feliz! (...) porque, como sabeis, a grandeza real de um povo é, antes de tudo, a acumulação paciente e sucessiva dos trabalhos, saber e esforços das suas gerações"*[2].

É interessante notar que alguns dicionários e pequenas biografias sobre Amaro Cavalcanti fazem uma certa confusão entre ele e Amaro Bezerra Cavalcanti, também político durante o Império, nascido em Pernambuco em 1825 e falecido em 1890, porém, entre eles não há qualquer relação maior do que a coincidência de nomes.

Amaro Cavalcanti nasceu em 15 de agosto de 1849[3], no município de Caicó, comarca de Seridó, no Rio Grande Norte, uma das províncias mais pobres do Estado, de base pastoril com produção agrícola, cujas únicas vias de acesso eram os rios Seridó e seu afluente Assú. Pertencia a uma família de agricultores, sua mãe D. Ana Cavalcanti de Barros era dona de casa, e seu pai, Amaro Soares Cavalcanti de Brito, era Major da Armada Nacional e professor primário. Provavelmente, o ambiente de pobreza dominante no sertão nordestino e o estímulo do pai, com certo nível de conhecimento cultural, geraram em Amaro Cavalcanti um

---

[2] Discurso de Amaro Cavalcanti no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LX, Parte I, 1897.

[3] Há divergências quanto à data de nascimento de A. Cavalcanti, conforme o Dicionário de Velho Sobrinho a data é 15/08/1849, segundo a homenagem póstuma feita por Ramiz Galvão no Instituo Histórico e Geográfico Brasileiro, ele nasceu em 15/08/1851. A Enciclopédia e Dicionário Internacional indica que o ano correto é 1851 e de acordo com Pelino Guedes, a data é 1848. Porém, conforme informação nos fornecida por seu neto, o

senso crítico e o desejo de superação dessa condição de pobreza do país, incentivando-o a se superar e a conquistar seu espaço no mundo.[4]

Para educar os filhos, João Maria, que queria ser sacerdote, e Amaro Cavalcanti, que já sonhava com uma carreira política, o pai mudou-se com a família da fazenda "Logradouro dos Barros" onde vivia para Caicó, onde havia, como em outras cidades do interior do Brasil, uma cadeira de latim criada pelo Governo Nacional, onde Amaro Cavalcanti estudou desde menino. Ainda adolescente percebeu que o sertão do Rio Grande do Norte não podia lhe dar o futuro desejado e saiu a procura de outras oportunidades. Acompanhou um comerciante de Itabaiana, na Paraíba, com o qual passou a trabalhar de caixeiro, de lá seguiu para Recife, onde trabalhou no comércio e depois transferiu-se para o Maranhão, onde conseguiu uma vaga para professor de latim no Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Luiz do Maranhão, em troca do ensino gratuito no Curso de Humanidades. Em 1872, Amaro Cavalcanti seguiu para Fortaleza para assistir à ordenação de seu irmão João Maria. Lá chegando, tomou conhecimento, através dos jornais, de uma vaga para a cadeira de latim em Baturité, uma das cidades mais importantes do Ceará naquela época. Inscreveu-se no concurso e foi aprovado para professor da Cadeira de Latim da Escola Popular de Baturité, o que representou um salto em seu nível econômico e social. Não satisfeito com esta condição passou a estudar direito, sendo mais tarde provisionado[5] pelo governo cearense para advogar em toda província, porém, seu objetivo era tornar-se bacharel em Direito para conseguir maior projeção social. Como não podia freqüentar regularmente o Curso Jurídico em Recife, reuniu os livros e programas do curso, estudou e solicitou autorização para fazer todos os exames de preparatórios e das cadeiras dos cinco anos do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, porém, seu pedido não foi aceito.

Enquanto professor de latim, inglês e francês na Escola Popular, Amaro

---

Embaixador José Carlos Cavalcanti Linhares, a data correta é: 15 de agosto de 1849.

[4] Esta biografia foi montada a partir das informações contidas nos seguintes trabalhos: José Augusto. *Amaro Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1956; Enciclopédia e Dicionário Internacional vol. II, Rio de Janeiro, s.d.; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Imprensa nacional, tomo 92, vol. 146, pg. 592-594, 1926, tomo LXXV, parte II, 1912 e Tomo LX, parte I, 1897; J. F. Velho Sobrinho. *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*, vol. I, RJ, 1937, p. 330-331; Dorival Teixeira Vieira, *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*. São Paulo, 1960; e, IV Encyclopédia e Dicicionário Internacional, vol. IV, W. M. Jackson Editora, Rio de Janeiro.

[5] Diz-se daquele que, não sendo bacharel em direito recebeu provisão para advogar em juízo de primeira instância, uma vez inscrito na ordem dos advogados.

Cavalcanti dedicou-se também à educação, publicando em 1874 o livro *A Religião* e em 1875 *Polêmica Religiosa* e *A meus Discípulos.* Graças a estes trabalhos e a sua dedicação para com o magistério, o governo Cearense, através de seu Presidente, Pedro Leão Veloso, comissionou-o para estudar o sistema de instrução elementar nos Estados Unidos, para que ele estudasse uma reforma da instrução pública aplicável à província. Amaro Cavalcanti partiu para os Estados Unidos com esta missão e, estando lá, aproveitou a oportunidade para matricular-se na Escola de Direito da Union University em Albany (N.Y.) e em dois anos, segundo Velho Sobrinho, já era o primeiro aluno da turma, conquistando o título de *"Counsellor at Law"* em 1881 com a tese: "Is education a legal obligation?", título que lhe dava o direito de exercer a profissão jurídica em todo o território dos Estados Unidos, sendo o primeiro brasileiro a gozar deste direito.[6] De volta ao Brasil, solicitou a revalidação de seu diploma e através do exame de suficiência, foi declarado Doutor em Ciências Sociais e Jurídicas.

Ao retornar ao Brasil, Amaro Cavalcanti trouxe para o Ceará um importante relatório sobre a situação do ensino primário nos Estados Unidos e que foi em parte aplicado na província do Ceará. Entusiasmado com a sua capacidade e inteligência, o Presidente da província do Ceará nomeou-o, em 02 de outubro de 1881, Diretor do Liceu de Humanidade e Inspetor-Geral da Instrução Pública do Ceará, cargo que corresponde hoje ao de Secretário da Educação. No ano de 1883 foi designado para representar a província do Ceará no Congresso de Instrução Pública no Rio de Janeiro, onde apresentou grandes contribuições sobre o ensino moral e religioso nas escolas públicas. Neste mesmo ano prestou concurso para a cadeira de Latim do Colégio Pedro II, sendo aprovado para *lente interino* desta cadeira, vindo a mudar-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu, paralelamente, a advocacia, dirigiu a Companhia Viação Central do Brasil, como presidente, e fundou com outros a Companhia de Navegação do Rio das Velhas, onde aplicou e consolidou seus conhecimentos de economia política e finanças.

Ao longo desta década (1880), Amaro Cavalcanti analisou a economia brasileira e seus profundos contrastes com a economia norte-americana. Certamente isto influenciou sua postura crítica em relação ao estado financeiro e econômico do Brasil e determinou a sua atuação política. Amaro Cavalcanti começou a dedicar-se ao estudo dos problemas nacionais para encontrar soluções que pudessem tornar o Brasil tão desenvolvido quanto os Estados

---

[6] Conforme J. F. Velho Sobrinho. *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*, vol. I, RJ, 1937, p. 330-331

Unidos e outros países da Europa. Com este intuito, elaborou exaustivos trabalhos, como: *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil em 1889* e *Finances du Brésil*, ambos publicados em 1890; *A reforma monetária: projectos 3 e 27 do Senado*, publicado em 1891, e *O Meio Circulante Nacional (1808-1835)*, publicado em 1893.[7]

Por outro lado, Amaro Cavalcanti não se limitou a expor suas idéias nos livros e jornais, tentou colocá-las em prática, engajando-se na vida política, combatendo algumas medidas do governo e propondo novas alternativas. As suas idéias e as formas como tentou colocá-las em práticas serão descritas no decorrer do trabalho.

Em junho de 1889, Amaro Cavalcanti declarou-se publicamente republicano, ingressando na luta pela evolução política que conduziu o país à Proclamação da República. No mesmo ano, foi nomeado, por decreto do Governo Provisório, um dos vice-governadores do Rio Grande do Norte, e em setembro de 1890 foi eleito por este estado, Senador no Congresso Constituinte, Primeira Legislatura (15/06/1891 a 25/09/1893), fazendo parte da Comissão dos 21 que formulou a 1ª Constituição da República. Sua atuação no Congresso foi bastante intensa, participando de todas as discussões relativas a assuntos financeiros, econômicos e políticos, colocando-se frontalmente contra a política oligárquica e descentralizadora dos conservadores.

Para defender a legalidade e os direitos constitucionais, logo no início da República posicionou-se contra a forma ditatorial com que o governo de Marechal Deodoro conduzia o país. Quando em 03 de novembro de 1891 o Governo Deodoro decretou o "estado de sítio" no Distrito Federal e dissolveu o Congresso, o conhecido "Golpe de Lucena", Amaro Cavalcanti foi, segundo José Augusto[8], o elemento coordenador da reação contra o Golpe de Estado que se concretizou em 23 de novembro. Em reunião com o Senador Paes de Carvalho, líder do governo no Senado, Amaro Cavalcanti tomou conhecimento dos planos do Governo de dissolver o Congresso, reuniu seus amigos políticos da oposição, entre eles José Simeão, Eduardo Wandenkolk, José Hygino, Anibal Falcão, Demétrio Ribeiro, Custodio de Mello,

---

[7] Destes livros só tivemos acesso ao primeiro e ao último, que foram amplamente utilizados para o desenvolvimento deste trabalho. No primeiro, o autor reconstitui a história econômica e financeira do Brasil Império, com riqueza de detalhes e propõe idéias e alternativas para superar o estado de atraso econômico da nação. No último, ele apresenta um estudo da moeda metálica e fiduciária, expõe suas idéias em relação ao meio circulante nacional e faz uma reconstituição da política monetária do Brasil no período indicado no título.

[8] José Augusto. *Amaro Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1956.

entre outros. Nesta reunião, decidiu-se pela resistência ao golpe e pelo restabelecimento da Constituição e do Congresso dissolvido, levado a cabo pelo contragolpe de 23 de novembro que deu o poder a Floriano Peixoto.

Também não demorou muito para que Amaro Cavalcanti se levantasse contra o que ele considerava as atitudes autoritárias e os abusos do poder do governo de Floriano Peixoto. Em nome dos direitos constitucionais, protestou contra os atos arbitrários e inconstitucionais do governo, como a decretação do Estado de Sítio de 10 de abril de 1892[9] e as represálias aos membros do Congresso envolvidos no movimento revolucionário, reivindicando novas eleições presidenciais para restabelecer a confiança e a ordem democrática do país.[10]

O período final do Império e primeiros anos da República, período que compreende a crise do Encilhamento, foi a fase mais atuante de Amaro Cavalcanti na luta industrialista. Neste momento, sua participação foi bastante destacada, tanto nas discussões dos projetos de reforma monetária, onde defendia uma política mais liberal para expandir o crédito para os investimentos industriais, quanto nas discussões sobre ajuda financeira e proteção tarifária para as indústrias atingidas pela crise, contrapondo-se frontalmente à bancada conservadora do Império. Seus discursos no Congresso Nacional são uma importante fonte de referência para conhecermos seu pensamento, suas reivindicações e seus argumentos em defesa da indústria nacional. Todos os discursos de Amaro Cavalcanti no período em que esteve no Senado Federal, encontram-se reunidos no livro *Política e Finanças,* publicado em 1892, do qual nos servimos amplamente para a realização deste trabalho.

---

[9] O Estado de Sítio decretado por Floriano era uma represália às manifestações do movimento revolucionário que levantava-se contra o seu mandato e às manifestações em favor da volta do Marechal Deodoro da Fonseca à presidência. Além de decretar o Estado de Sítio, Floriano decidiu prender todos aqueles que estiveram envolvidos ou eram suspeitos de conspiração, através do decreto de 12 de abril, entre eles quatro senadores - José de Almeida Barreto, E. Wandenkolk, desterrados e, João Soares Neiva e Antonio Pinheiro Guedes detidos -, acusados de conspirar contra o governo, enquadrados nos arts. 115 § 4º e 118 do Código Penal (crime de sedição e de conspiração) (Edgard Carone, *A republica velha. II Evolução política (1889-1930),* São Paulo: DIFEL, 4ª ed., 1983, p. 95.)

[10] Cavalcanti tentou impugnar o ato do Congresso Nacional em 1892, que autorizava o Vice-Presidente da República Floriano Peixoto, a preencher o período presidencial de quatro anos, acusando-o de infligir o artigo 42 da Constituição que previa que *"no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou da Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição"*. Para Cavalcanti, as eleições poderiam até ser dispensadas por uma *conveniência política,* em tratando-se de um "bom governo", mas em se tratando do governo Floriano, autor de "freqüentes violações constitucionais e de constante uso da força para manter a ordem pública", não havia dúvidas, era necessário a realização de uma nova eleição para restabelecer a confiança no país e a ordem democrática. A. Cavalcanti. *Política e Finanças.* Rio de Janeiro:

Segundo Dorival Teixeira Vieira[11], o espírito polemista e crítico de Amaro Cavalcanti teria sido o motivo de sua indicação para uma missão diplomática em 1894, quando foi nomeado Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao governo do Paraguai, missão que durou de março a outubro daquele ano.

Em 1896, Amaro Cavalcanti publicou duas obras: *"Elementos de Finanças. Estudos Theorico e Prático"* e *"Tributação Constitucional"*. Servimo-nos do primeiro livro para a elaboração deste trabalho. Nele, o autor elabora um tratado sobre economia financeira. De maneira didática e metódica, trata dos principais pontos das finanças públicas, como: noções sobre economia financeira, impostos, crédito público, política aduaneira, dívida pública do Brasil, administração financeira, entre outros, abordando os temas não apenas pela perspectiva teórica, mas também desenvolvendo exemplos práticos relacionados à economia brasileira.

Amaro Cavalcanti foi eleito deputado pelo Rio Grande do Norte na Terceira Legislatura (1897-1899), renunciando logo em seguida ao ser chamado pelo Presidente Prudente de Moraes para a pasta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por ocasião da demissão espontânea do então Ministro Alberto Torres, cargo que exerceu de 19/01/1897 a 15/11/1898. Sua atuação neste ministério foi muito importante, pois compreendeu o período conflituoso do final de mandato de Prudente de Morais, em virtude do seu estado de saúde debilitado e do atentado político que sofreu e que resultou no assassinato do Marechal Bittencourt. Contudo, não obstante o período conturbado, Amaro conseguiu enfrentar a situação e restaurar a ordem civil do país, o que exigiu a adoção de medidas rígidas e a sua participação decisiva nas investigações sobre o atentado, que envolvia nomes importantes e políticos atuantes. Por causa de sua atuação bastante rígida no Ministério da Justiça, Amaro Cavalcanti desagradou a muitos políticos; assim, quando Campos Sales subiu ao poder, seu nome foi excluído dos meios políticos, caindo no ostracismo por quase cinco anos. Neste intervalo Amaro Cavalcanti escreveu sobre o regime federativo, direito e comércio internacional.

Imprensa Nacional, 1892, p. 141-142

[11] Dorival Teixeira Vieira, *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*. São Paulo, 1960

Quando Rodrigues Alves voltou ao poder, sendo amigo íntimo[12] de Amaro Cavalcanti e conhecedor de sua capacidade, chamou-o para ocupar o cargo de Consultor Jurídico do Ministério do Exterior (dirigido por Rio Branco), onde permaneceu até 1906. Amaro Cavalcanti participou, como membro da Comissão Parlamentar, na elaboração do Projeto do Código Civil e foi nomeado delegado na 3ª Conferência Pan-Americana, reunida na Capital Federal em 1906. Neste ano foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que ocupou até 30/12/1914. Homem de notável saber jurídico, soube exercer com honras o cargo que ocupou. Segundo José Augusto[13], Amaro Cavalcanti passou de *sustentáculo da ordem* no Ministério da Justiça, para o *sustentáculo da liberdade* no Supremo Tribunal Federal, realizando um *verdadeiro programa de instituições republicanas.*

Foi designado delegado do Brasil na Conferência Financeira Pan-Americana, realizada em Washington em 1915 e em 1917. Durante o Governo de Wenceslau Braz, foi nomeado prefeito do Distrito Federal, cargo que exerceu com grande prestígio, de 1917 a 1918. Segundo José Augusto, Amaro Cavalcanti ficou conhecido como o *Prefeito do Sertão*, por dedicar especial atenção ao sertão carioca, ao mesmo tempo que restaurou as finanças do Distrito e dedicou-se à instrução profissional, até então colocada em segundo plano. No ano de 1918, Amaro Cavalcanti foi escolhido o representante do Brasil no Tribunal Arbitral de Haia e, finalmente, em 15/11/1918 assumiu como Ministro da Fazenda e Interino da Justiça, a convite do Presidente Rodrigues Alves, cargo que exerceu até a morte do presidente em 16/01/1919. Amaro Cavalcanti faleceu em 28 de janeiro de 1922 em sua residência em Botafogo, no Rio de Janeiro, deixando esposa e três filhas.

As obras econômicas mais importantes de Amaro Cavalcanti, como vimos, foram escritas entre 1890 e 1896, depois poucos foram os trabalhos que trataram sobre a indústria nacional ou sobre as políticas financeiras. Tivemos acesso a dois artigos importantes sobre o tema, um escrito em 1903, sob o título de *Taxas protetoras nas tarifas aduaneiras* e outro publicado em 1914, intitulado *A vida econômica e financeira do Brasil.* Consta que também

---

[12] Além de Rodrigues Alves muitos foram os amigos de Amaro Cavalcanti que influenciaram sua vida política, entre os quais: Leão Veloso, Ministro do Império e governador da província do Ceará, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, chefe político do partido Republicano no Rio Grande do Norte, Augusto Tavares de Lima, político do Rio Grande do Norte e Rui Barbosa, do qual tornou-se confidente após uma polêmica disputa no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1896 sobre taxas aduaneiras. (Informações fornecidas por seu neto o Embaixador José Carlos Cavalcanti Linhares)

[13] José Augusto. *Amaro Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1956

escreveu em 1916 o livro *Natureza e forças econômicas do Rio Grande do Norte*. Graças às suas numerosas publicações, foi eleito em 06/12/1897 sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O parecer da Comissão que analisou a proposta apresentada ao Instituto para admissão de Amaro Cavalcanti como sócio efetivo dizia o seguinte:

> *"Os trabalhos literários em grande número, como se vê da enumeração dos mesmos, e sobretudo, os volumes em que trata especialmente das matérias áridas e árduas, como seja, os estudos históricos, na devida ordem cronológica, das diversas formas, condições e circunstâncias, das rendas públicas com o indispensável critério, acompanhando todas as alternativas por que tem passado este importantíssimo ramo da administração pública desde longos anos, tudo isto manifesta inteligência ilustrada, estudo aprofundado e paciente, e vasto conhecimento do sistema fiscal da Fazenda Pública, em que se cotejam datas, vantagens e desvantagens, manifestando-se, neste judicioso processo notável proficiência. Portanto, o Sr. Dr. Amaro Cavalcanti, candidato muito merecidamente apresentado para sócio do Instituto Histórico, receberá uma distinção que lhe é devida por todos os títulos e esta importante e utilíssima instituição acolhe mais uma ilustração em seu seio."* (Sessão de 10 de Outubro de 1897, Dr. José Maria Velho da Silva, relator da Comissão Subsidiária de História – Padre Bellarmino José de Souza.)[14]

No ano de 1912 foi apresentada nova proposta ao Instituto Histórico e Geográfico para que Amaro Cavalcanti fosse, pelos seus altos méritos e pelos serviços prestados ao Instituto, elevado a sócio honorário e efetivo, o que foi prontamente aceito pela Comissão. Entre os méritos de Amaro Cavalcanti estão ainda a fundação e direção como Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional em 1914, foi membro honorário do Instituto dos Advogados, do Instituto Histórico Brasileiro, do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, Professor de Finanças da Academia de Altos Estudos. Além disso, falava e escrevia corretamente o inglês, francês, alemão, espanhol, conhecia o italiano e o holandês, e estudou russo.

Contribuíram, certamente, para a sua bagagem cultural, sua persistente dedicação aos estudos, a leitura incessante de grandes obras e a vontade de servir ao progresso do país.

Consideramos, por tudo isso, a escolha de Amaro Cavalcanti como objeto de estudo deste trabalho muito feliz, pois além de toda a sua bagagem cultural e política, e sua

---

[14] Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LX, Parte I (1° e 2° trimestres), Rio: Imprensa Nacional, 1897, p. 375

luta pelo desenvolvimento nacional, ele representa muito bem o perfil de um grupo de industrialistas que se destacou no final do século XIX na luta pela indústria brasileira.

Estrutura da exposição

Dois são os eixos da exposição que se segue. Um tem como propósito apresentar o cenário sobre o qual incidiam as reivindicações industrialistas, mostrando o estágio em que se encontrava o desenvolvimento industrial e as manifestações do pensamento industrialista no final do século XIX. O outro pretende apresentar o pensamento de Amaro Cavalcanti, sua posição frente a situação econômica do Brasil, sua defesa da indústria como fator de progresso e suas propostas e reivindicações para desenvolvimento industrial.

Assim, a dissertação foi estruturada em três capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo, nosso objetivo é mostrar porque Amaro Cavalcanti é considerado um industrialista. Neste sentido, procuramos apresentar como se formou seu pensamento industrialista e como ocorreu o seu engajamento no movimento pela industrialização. Procuramos mostrar também, a avaliação que Amaro Cavalcanti fazia sobre a economia brasileira, as críticas que emitiu sobre os sistemas produtivos vigentes no país e os motivos pelos quais defendia a indústria como a única alternativa de progresso para o Brasil. Para contextualizar o período, descrevemos em termos gerais, num item inicial, o estágio do desenvolvimento industrial e capitalista no cenário mundial e a situação do Brasil neste contexto, com o intuito não apenas de apresentar o ambiente vivido por Amaro Cavalcanti, mas para mostrar as dificuldades internacionais impostas ao desenvolvimento industrial no Brasil.

Nos capítulo 2 e 3, nosso objetivo maior é apresentar como se processou a luta de Amaro Cavalcanti pela industrialização do Brasil. No capítulo 2 apresentamos, num primeiro momento, um panorama geral sobre os principais entraves colocados à industrialização no Brasil e as manifestações do movimento industrialista. Num segundo momento, passamos a apresentar o pensamento de Amaro Cavalcanti, suas idéias em relação a intervenção do Estado na economia, sua posição frente ao liberalismo e ao protecionismo e a forma como defendeu a indústria nacional frente as críticas antiindustrialistas, suas reivindicações e seus argumentos em defesa da industrialização.

No capítulo 3 procuramos mostrar um outro aspecto do pensamento industrialista de Amaro Cavalcanti, que consiste na defesa de reformas na política monetária do Brasil, com intuito de favorecer o desenvolvimento da indústria nacional. Inicialmente realizamos uma reconstituição das controvérsias sobre a política monetária no século XIX, com o objetivo de avaliar a posição assumida por Amaro Cavalcanti; depois descrevemos seus conceitos sobre moeda metálica e moeda fiduciária e, finalmente, a sua avaliação sobre a questão monetária no Brasil e as medidas que defendia para melhorar o meio circulante nacional e promover o desenvolvimento industrial.

Por fim, após o desenvolvimento dos três capítulos, é realizado um esforço de síntese para apresentar as principais conclusões desta dissertação.

Obras de Amaro Cavalcanti sobre a área econômica e financeira:

Livros:

- *Resenha financeira do ex-império do Brasil em 1889*, 1890
- *Finances du Brésil*, 1890
- *A reforma monetária: projectos 3 e 27 do Senado*, 1891
- *Política e Finanças*, 1892
- *O meio circulante nacional (1808-1835)*, 1893
- *Elementos de finanças. Estudos theorico- pratico*, 1896
- *Natureza e forças econômicas do Rio Grande do Norte*, 1916

Artigos de revistas:

- *Taxas protetoras nas tarifas aduaneiras*, 1903
- *A vida econômica e financeira do Brasil*, 1914

Outras obras de Amaro Cavalcanti:

- *As Religião*, 1875
- *Polêmica Religiosa*, 1875 (sobre educação)
- *A meus Discípulos*, 1875 (sobre educação).
- *Livro Popular*, 1879
- *Educação Elementar nos Estados Unidos*, 1881
- *Ensino religioso nas escolas públicas*, 1883
- *Noticias Chronológicas da educação popular no Brasil*, 1883
- *The Braziliam language and its agglutination*, 1883
- *Meio de desenvolver a instrução primária nos municípios rurais*, 1884
- *Projecto de constituição do Estado de...*, 1891 (sob o pseudônimo Agonatas)
- *A situação política: a intervenção do governo federal nos estados da União*, 1893

- *Tributação constitucional,* 1896
- *Noticias históricas dos serviços, instituições e estabelecimentos pertencentes a esta repartição,* relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1898
- Publicações oficiais: *A renovação do direito internacional; Habeas-Corpus para o conselho municipal; Habeas-Corpus sobre eleição presidencial; Imposto de exportação; Isenções de direitos,* 1898
- *Sobre a unidade do direito processual,* 1901
- *Regime federativo e república brasileira,* 1900
- *Arbitramento do direito internacional,* 1902
- *Justiça internacional,* 1902
- *Responsabilidade civil do Estado,* 1905
- *The federal judiciary in Brazil and the United States of America,* 1911
- *Pan Americana questions,* 1913
- *La codification du droit International American, Restrictive clauses in international arbritation treaties,* 1914
- *Conferencia financeira pan-americana,* 1915
- *A neutralidade e as restricções do commercio internacional na guerra européia,* 1916
- *A sociedade das nações,* 1920.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO INDUSTRIALISTA DE AMARO CAVALCANTI

1.1 Introdução

Amaro Cavalcanti, como muitos de seus contemporâneos, tinha uma visão bastante idealizada do Brasil, principalmente quando analisava a dimensão de seus aspectos geográficos e naturais. Considerava o Brasil possuidor de uma vantagem incontestável, se comparado à grande maioria dos países, devido ao seu imenso espaço geográfico e à sua imensa riqueza natural que, no seu entender, deveriam prover o sustento do país. Ao mesmo tempo, apresentava uma visão muito realista da situação econômica e financeira do país, pois tinha consciência de sua situação de atraso e de dependência em relação a outras nações desenvolvidas.

Tudo indica que o sentimento nacionalista de Amaro Cavalcanti e sua preocupação com a situação econômica do Brasil foram despertados durante a realização de seus estudos nos Estados Unidos entre 1875 e 1881. Quando voltou ao Brasil, Amaro Cavalcanti trouxe consigo, além da importante formação acadêmica, uma rica experiência social, cultural e econômica, tendo em vista ter conhecido *in loco* um país em plena fase de desenvolvimento industrial e em vias de um progresso contínuo e duradouro. Enquanto o que via no Brasil era a decadência e o atraso econômico. Esta sua experiência fez com que imaginasse que o sucesso da economia americana pudesse ser reproduzido no Brasil nos mesmos moldes.

Amaro Cavalcanti acreditava que o Brasil poderia ter seguido a mesma trajetória

de desenvolvimento dos Estados Unidos, pois ambos possuíam características históricas e geográficas semelhantes - possuidores de um vasto território, com uma grande diversificação de recursos naturais, ambos ex-colônias - no entanto, a realidade mostrava que o Brasil encontrava-se num estágio de desenvolvimento muito mais atrasado. Enquanto os Estados Unidos trilharam o caminho do desenvolvimento industrial, o Brasil seguiu um caminho inverso, especializando-se na produção de bens primários de baixo valor agregado. Porém, Amaro Cavalcanti acreditava que ainda estava em tempo do Brasil reverter este quadro e superar sua condição de país estritamente agrícola e lançar-se rumo ao desenvolvimento econômico, a exemplo dos Estados Unidos. Contudo, achava que isso só seria possível através do desenvolvimento industrial. Começava então, o seu engajamento na luta pela industrialização do Brasil.

Além da experiência com a industrialização vivida nos Estados Unidos, Amaro Cavalcanti sofreu a influência de um movimento industrialista que começou a tomar forma no Brasil a partir do último quartel do século XIX, depois do agravamento da instabilidade econômica gerada por uma crise internacional que atingiu o Brasil em 1874-1875. A vulnerabilidade da economia brasileira frente à crise, despertou a preocupação dos intelectuais brasileiros e tornou o clima mais propício às manifestações nacionalistas pelo desenvolvimento nacional e por uma política protecionista e intervencionista que fosse capaz de dar sustentação ao progresso da indústria brasileira. Este sentimento nacionalista assumiu a forma de um movimento coletivo reunindo industriais, intelectuais e parlamentares, que cresceu e se fortaleceu durante as últimas décadas do século XIX e ao longo do século XX, lutando por políticas econômicas que viabilizassem o desenvolvimento nacional através de discursos, artigos em jornais e revistas e por meio da criação de associações.

Este movimento industrialista[15], por sua vez, também era influenciado pelo notável desenvolvimento industrial dos Estados Unidos e da Alemanha. Os intelectuais brasileiros defensores da industrialização começaram a perceber que o livre-câmbio não atendia aos interesses dos países menos desenvolvidos, ao passo que a política largamente protecionista utilizada pelos Estados Unidos e pela Alemanha, para fomentarem suas indústrias, apresentava excelentes resultados, o que de certa forma, constituía uma alternativa perfeitamente viável

[15] No segundo capítulo abordaremos, com um pouco mais de profundidade, as características desse movimento industrialista que se inicia no final do século XIX.

para desenvolver o parque industrial brasileiro.

Amaro Cavalcanti passou a fazer parte deste movimento e foi nesta luta industrializante que ganhou o *status* de um dos maiores representantes do pensamento industrialista do final do século XIX.[16] Imbuído pelo sentimento nacionalista e entusiasmado com o desenvolvimento americano e com as idéias protecionistas de Friedrich List, Amaro Cavalcanti dedicou-se ao estudo da economia brasileira, engajando-se na vida política e na luta pela industrialização, com o objetivo precípuo de encontrar alternativas para colocar o Brasil nas vias do desenvolvimento e reproduzir aqui o sucesso verificado nos Estados Unidos. O tema "educação", que até então dominava seus estudos, cedeu lugar ao tema "progresso", tendo dedicado boa parte de seu tempo, especialmente nos últimos anos do Império e na primeira década republicana, para defender o desenvolvimento industrial do Brasil. Amaro Cavalcanti utilizou seu profundo conhecimento sobre economia e finanças como ferramenta para o estudo aprofundado da história econômica do Brasil do século XIX, sobre a qual escreveu exaustivos trabalhos com muita riqueza de detalhes sobre a situação financeira do país. Além disso, tornou-se um político atuante, valendo-se dos cargos que ocupou no Congresso Nacional para defender arduamente os projetos de desenvolvimento nacional e para expor suas idéias em relação a problemas nucleares da economia brasileira e sobre as perspectivas de progresso para o país.

Porém, esta luta pela industrialização encontraria muitos obstáculos, não apenas de natureza econômica, dada as características econômico-financeiras do Brasil e seu papel de país agro-exportador na divisão internacional do trabalho, mas também políticos e ideológicos. A historiografia mostra que neste período (final do Império e início da República), a política econômica era dominada pelos interesses da agricultura exportadora, que detinha a hegemonia política no país. A influência da oligarquia cafeeira sobre as decisões políticas do governo existiu durante quase todo o Império e se fortaleceu na transição para a República Federativa, o que determinou a orientação da política econômica pautada nos interesses agro-exportadores e na eliminação de espaços para a construção de uma política industrializante por parte do

---

[16] Muitos historiadores costumam citar Amaro Cavalcanti como um expoente do pensamento industrialista, entre os quais: Nícia Vilela Luz em *A luta pela industrialização no Brasil;* Humberto Bastos em *O Pensamento Industrial no Brasil;* Heitor Ferreira Lima em *História do Pensamento Econômico no Brasil;* Edgar Carone, em *O Pensamento Industrial no Brasil (1889-1945)*; Dorival Teixeira Vieira, *A obra econômica de Amaro Cavalcanti.*

governo. Os setores agro-exportadores acreditavam que o avanço dos industriais poderia significar a perda de sua condição de *centro dinâmico da economia*, daí a sua oposição a industrialização do Brasil.[17]

Estes entraves políticos e ideológicos talvez tenham sido os maiores obstáculos enfrentados pelos industrialistas. Os interesses da classe agro-exportadora sempre se sobrepunham aos interesses industriais, além disso os industrialistas enfrentavam a oposição do comércio importador, ao qual interessava diretamente o baixo nível de desenvolvimento industrial do Brasil, visando a manutenção de seu monopólio sobre o mercado nacional.

Enfim, os entraves à industrialização eram muitos; contudo, para superá-los existiam homens como Amaro Cavalcanti que, na sua luta pela industrialização, defendia a indústria, rebatia as críticas e reivindicava medidas protetoras e políticas realmente eficazes para o desenvolvimento industrial. No decorrer deste trabalho nosso intuito é mostrar como este industrialista defendia a indústria nacional, quais eram suas reivindicações e as soluções que propunha para o desenvolvimento nacional. Todavia, antes de prosseguirmos na análise do seu pensamento, entendemos que seja necessário realizar uma breve descrição do cenário econômico do final do século XIX, quando intensificaram-se as campanhas pela industrialização do Brasil, procurando mostrar que a industrialização neste momento significava transpor obstáculos muito mais complexos que os Estados Unidos enfrentaram quando começou seu processo de industrialização, por envolverem diferentes estágios do desenvolvimento capitalista mundial.

1.2 O desenvolvimento industrial no mundo capitalista

A Primeira Revolução Industrial ocorreu por volta de 1750 na Inglaterra, com a organização do setor têxtil. Por volta de 1830 a estrutura industrial inglesa já estava plenamente constituída e a Inglaterra já podia ser considerada "oficina do mundo"[18]. A partir desse momento iniciava-se um novo ciclo do desenvolvimento industrial – a era das ferrovias

---

[17] Renato M. Perissinoto. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 134 e 146

[18] E. J. Hobsbawm. *A era das revoluções: Europa 1789-1848.* Rio de Janeiro1977, cap. 2.

– fase em que o crescimento econômico passaria a ser conduzido pela dinâmica do setor produtor de bens de produção e a lógica da acumulação industrial ditaria as regras do desenvolvimento econômico internacional.[19]

Ao mesmo tempo em que a Inglaterra consolidava sua posição de principal centro industrial e financeiro ao longo do século XIX, ela expandia suas exportações de bens industriais (ferro, carvão, máquinas, etc.) e intensificava suas importações de alimentos e matérias-primas, assumindo assim a função de principal financiadora do comércio internacional, ajudando a dinamizar o mercado mundial e a fomentar o crescimento econômico de seus parceiros comerciais. O capitalismo inglês tornou-se o articulador dos interesses comerciais entre os diversos países, ao passo que os ingleses tornaram-se os grandes defensores do livre-cambismo, ansiosos por colocar seus produtos em todos os mercados da Europeus e das colonias.

Segundo muitos autores, esta fase da evolução do capitalismo compreendeu uma "ampliação do campo de ação da concorrência a nível internacional" e a difusão das tendências livre-cambistas, que teve seu período de auge entre 1840 e 1870. Somente a partir de 1870, as práticas livre-cambistas começaram a ser abandonadas, tendo em vista a observação de que os princípios do liberalismo econômico foram cada vez mais entrando em contradição com a nova realidade econômica baseada na concentração da renda e da propriedade, assim sendo, as tendência protecionistas se generalizaram.

Todavia, a questão do liberalismo do século XIX é bastante controversa. Paul Bairoch em seu livro: *Economics and World History: Myths and Paradoxes*, publicado em 1993, questiona a idéia de predomínio dos princípios do sistema livre-cambista no século XIX. Segundo Bairoch, existem mais mitos do que verdades nesta tese, pois somente a Inglaterra teve uma fase de livre-cambismo; os demais países adotaram rapidamente o sistema protecionista, sendo que os Estados Unidos nunca teriam sido livre-cambistas de fato. O autor vai ainda mais longe quando afirma que a fase do liberalismo teve mais conseqüências negativas do que positivas para a economia. Diz ele: *"However, much more than contemporary history, nineteenth-century history reveals that liberalism in international trade*

---

[19] A elaboração deste tópico foi amplamente baseada nas seguintes bibliografias: David Landes. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época,* 1994; E. J. Hobsbawm. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo,* 1986; E. J. Hobsbawm. *A*

had more negative than positive consequences and that, conversely, protectionist measures had predominantly positive outcomes."[20]

Independentemente desta controvérsia, o fato é que a Inglaterra serviu-se desse sistema livre-cambista enquanto lhe interessou, visto que a livre concorrência era essencial para propagar o dinamismo de sua economia a nível mundial, com o livre acesso ao mercado dos diversos países.

Ao expandir suas exportações de bens industriais, a Inglaterra criou condições para fomentar a acumulação industrial, induzindo a industrialização de outras nações, como os Estados Unidos e os países mais avançados da Europa, nações que souberam aproveitar suas potencialidades e o dinamismo da economia inglesa para desencadear seu processo de industrialização. O mesmo não ocorreu com as nações da América Latina, África e Ásia, que mantinham uma posição subordinada no mercado internacional e tiveram essa posição de fornecedores de alimentos e matérias-primas e importadores de manufaturados, reforçada pela expansão capitalista, sobretudo após os processos de independência dos países da América Latina na primeira metade do século XIX.

Os Estados Unidos, freqüentemente citado como modelo de desenvolvimento industrial pelos industrialistas brasileiros, especialmente por Amaro Cavalcanti, iniciaram seu processo de industrialização na década de 1840, acelerando-o depois da Guerra de Secessão[21] (1861-1865) e da conquista do Oeste, que ampliou o mercado consumidor e a oferta de matérias-primas. A França iniciou a sua industrialização durante o império napoleônico (1804-1815) e a Alemanha depois de 1840, intensificando-a após a unificação nacional (1870).

A conseqüência dessa difusão da industrialização foi o surgimento de novas potências industriais que vieram a competir com a indústria britânica. Após 1870, quando começou a se desenvolver o processo da Segunda Revolução Industrial, a Inglaterra perdeu o monopólio da produção industrial no mundo capitalista. Quando sobreveio a crise da grande depressão (1873 a 1896), as economias industriais da Alemanha e dos Estados Unidos já eram comparáveis à britânica, chegando a ultrapassá-la na produção do aço. Neste momento, países como a Rússia, a Itália e o Japão, iniciavam um intenso processo de industrialização.

---

era das revoluções, 1977; Tom Kemp. *A revolução industrial na Europa do século XIX*, 1985.

[20] Paul Bairoch. *Economics and world history. Myths and paradoxes.* Harvester Wheatsheaf, 1993, p. 170-171

[21] Guerra civil desencadeada entre a economia capitalista do norte dos Estados Unidos e a economia escravista do

A peculiaridade do desenvolvimento industrial dos Estados Unidos, Alemanha e França, é que ele ocorreu num período de hegemonia da Inglaterra no cenário econômico internacional, onde a ideologia dominante era a do liberalismo econômico, o que favorecia a disseminação das novas invenções, de padrão tecnológico relativamente simples e, portanto, de fácil incorporação; as plantas industriais eram de dimensões modestas e não havia ainda mecanismo de proteção à propriedade das inovações, o que impedia o monopólio sobre as invenções. Quando ocorreu a Grande Depressão (1873-1890), o padrão tecnológico envolvido na industrialização começava a se modificar, tornando-se mais sofisticado e a dinâmica do processo de industrialização, a partir desse momento, passou a ser outra. Tratava-se do avanço da Segunda Revolução Industrial que gerou um novo padrão tecnológico, baseado em progresso nos conhecimento científicos em química e em eletricidade e numa nova fonte de energia – o motor a combustão[22]. Esta tecnologia moderna que exigia grandes conhecimentos científicos e não podia mais ser difundida facilmente, tornou-se monopólio dos países já industrializados. Paralelamente, desenvolvia-se um rápido processo de centralização e de concentração de capitais, com a fusão de empresas e a união de bancos e indústrias, permitindo o surgimento de plantas gigantescas e aumentos na escala de produção. O acirramento da concorrência intercapitalista e a revolução na estrutura de produção, deram surgimento a um novo padrão de acumulação, que representou um novo estágio do desenvolvimento capitalista, o *capitalismo monopolista.*

Enfim, no contexto da Segunda Revolução Industrial e deste novo padrão de acumulação capitalista, o desenvolvimento de um parque industrial nacional tornou-se muito mais complexo, especialmente para aqueles países que se especializaram no fornecimento de produtos primários. Porém, o novo padrão tecnológico não atingia todos os ramos de produção, sendo que muitos deles continuavam baseados em tecnologias antigas, o que fazia com que o processo de monopolização do capital não avançasse na mesma velocidade em diferentes países industrializados, permitindo que alguns países, como o Brasil, iniciassem seu processo industrial através da produção de bens cuja tecnologia exigia baixa intensidade de capital.

---

sul que terminou com a vitória das forças progressistas do norte e o fim do trabalho escravo no país.

[22] David Landes. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época,* 1994

Foi neste contexto de desenvolvimento das forças capitalistas que o Brasil tentou iniciar seu processo de industrialização através dos movimentos industrialistas. Ao final do século XIX, o Brasil se inseria ainda entre aqueles que, no bojo da divisão internacional do trabalho, se especializaram como fornecedores de alimentos e matérias-primas para os países industrializados, altamente subordinados ao centro e que não conseguiram ingressar no processo de industrialização e garantir a sua identidade de "país industrializado". Sua posição econômica ao final do século XIX era de um país exportador de produtos primários de baixo valor agregado, altamente dependente da demanda externa e importador de bens manufaturados produzidos pelos países desenvolvidos - uma economia dependente.[23]

Todavia, era exatamente esta condição de subordinação e dependência que Amaro Cavalcanti e seus contemporâneos, no final do século XIX, esperavam superar através do desenvolvimento da industrialização nacional. Muitos destes industrialistas sabiam das dificuldades de se iniciar uma industrialização naquele estágio do desenvolvimento capitalista, mas tinham também a firme convicção de que através da forte presença do Estado, incentivando e protegendo a indústria nacional, a exemplo de outros países que se industrializaram no final do século, o Brasil poderia alcançar o desenvolvimento industrial dos Estados Unidos.

Além disso, existiam outros obstáculos internos para a industrialização, como as dificuldades econômico-financeiras e os entraves políticos e ideológicos.

A partir da década de 1880, quando intensificaram-se as reivindicações industrialistas, a economia brasileira estava baseada, como já afirmamos, num modelo primário-exportador, cujo caráter decorre, fundamentalmente, segundo Cardoso de Mello, do fato de que as *"exportações representavam o único componente autônomo de crescimento da renda"*, tendo uma estrutura produtiva composta, basicamente, por dois setores: o **setor externo**, o centro dinâmico da economia e o **setor interno**, composto pelas atividades industriais, pela agricultura mercantil de alimentos e de matérias-primas e por atividades de subsistência, cuja característica era a dependência ao setor externo.

O principal produto de exportação brasileiro ao longo da segunda metade do século XIX foi o café. Nas décadas de 1870 e, principalmente de 1880, o café assumiu importância

---

[23] J. M. Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira,* 10ª ed., Campinas-SP: UNICAMP.IE, 1998, p.31-32

decisiva na pauta de exportações brasileiras, viabilizado pela desorganização da produção em outras áreas produtoras, especialmente a do Haiti, e pela intensa entrada de imigrantes e de capitais a partir de meados da década de 1880, tornando-se *"o centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil"*. A acumulação diversificada propiciada pela economia cafeeira exportadora implicou num processo de reprodução de capital que tornou possível o desenvolvimento da infra-estrutura e da urbanização, assim como permitiu grandes inversões na indústria, resultado das altas margens de lucros auferidas pelos cafeicultores, proporcionando um vigoroso *boom* na economia do final do século e a reintegração do Brasil nos fluxos do comércio internacional.[24]

O crescimento industrial que se verifica a partir deste momento no Brasil manteve uma estreita relação de interdependência com a expansão do complexo cafeeiro. A relação entre o setor cafeeiro e o capital industrial, conforme demonstrou Sérgio Silva, em seu livro *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil,* era uma relação contraditória, pois ao mesmo tempo em que a economia cafeeira impulsionava a acumulação industrial, ela colocava limites para o crescimento da indústria, que tinha que suplantá-los para crescer e andar com as próprias pernas.[25]

Os investimentos industriais deste período impulsionaram as indústrias de bens de consumo corrente, de alguns produtos intermediários e de bens de capital, indústrias que exigiam uma tecnologia relativamente simples, de fácil manejo, disponível no mercado internacional e que exigia baixa densidade de capital, portanto, inteiramente acessível à economia brasileira.[26] Os investimentos nas indústrias pesadas estavam praticamente inviabilizados para o Brasil, devido às profundas mudanças tecnológicas que, como vimos anteriormente, apontavam para gigantescas economias de escala e exigiam a mobilização e concentração de capitais que a economia brasileira não estava preparada para suportar.[27]

Apesar dos investimentos que vinham da economia cafeeira, a indústria nacional não conseguiu prosperar, devido a falta de uma política industrializante por parte do governo, e a carência de créditos e financiamentos adequados para que as indústrias pudessem

---

[24] Sergio Silva. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 49.
[25] Ibidem.
[26] No capítulo 2 faremos uma breve descrição do desenvolvimento da indústria no Brasil.
[27] J. M. Cardoso de Mello, *O capitalismo Tardio,* op. cit., p. 109

sobreviver às crises e expandir sua produção.

Os entraves políticos e ideológicos originaram-se da própria classe empresarial, gerada com o dinamismo da economia cafeeira. Esta classe desde cedo compreendeu a importância do governo como instrumento de ação econômica na defesa de seus interesses e valeu-se desse poder econômico e político para alcançar seus objetivos perfeitamente definidos, através da ratificação da suposta "vocação agrária" do país e colocando entraves ao desenvolvimento industrial.[28]

Enfim, uma série de fatores dificultava o desenvolvimento contínuo e duradouro da indústria nacional, mas não impedia que muitas indústrias se desenvolvessem beneficiadas pela expansão cafeeira e pela atitude de grandes empreendedores nacionais.

Os industrialistas tiveram um grande papel neste cenário, pois foram eles que se empenharam na luta pelo desenvolvimento industrial do Brasil, enfrentando as barreiras e reivindicando políticas econômicas mais adequadas ao desenvolvimento industrial, numa tentativa de superar o atraso econômico do Brasil em relação aos grandes países industrializados. A opção pela industrialização ainda era, para estes intelectuais, uma alternativa viável para colocar o Brasil nas vias do desenvolvimento.

No decorrer deste trabalho tentaremos mostrar a visão de Amaro Cavalcanti sobre todo este processo, ou seja, mostrar quais eram os problemas que Amaro Cavalcanti identificava na economia brasileira, porque via na industrialização a saída para o progresso nacional, e qual o caminho que propunha para impulsionar a industrialização nacional e o desenvolvimento econômico.

1.3 A identificação dos problemas nacionais

Para Amaro Cavalcanti, o maior problema da economia brasileira ao final do século XIX era a sua absoluta dependência frente às nações estrangeiras, mesmo após quase um século de independência política. Cavalcanti considerava uma situação muito constrangedora, um país do porte do Brasil ter que importar boa parte dos bens de consumo interno necessários à sua população. Nossa situação, segundo ele, era esta:

---

[28] C. Furtado, *Formação econômica do Brasil,* 22ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1987, p. 116

"Não obstante o caso feliz de nos haver tocado por sorte um território que a nenhum outro cede em boas condições ou fontes de riqueza natural, - continuamos, todavia, na dependência das outras nações em quase tudo que respeita ao desenvolvimento material do país e até as necessidades do nosso viver quotidiano!"

Ou seja,

"vivemos hoje, como nos tempos coloniais, a importar do estrangeiro quase absolutamente tudo o que consumimos, não obstante podermos sabidamente havê-lo, ao menos em grande parte, da produção nacional".[29]

Argumento semelhante já era utilizado por Felício dos Santos[30] em 1881, para atacar a dependência externa do país. Em artigo publicado no *O Industrial*, em maio de 1881, Felício dos Santos dizia: *"Um país que projeta em enorme extensão do nosso planeta, contendo os mais variados climas e solos, todas as grandezas e opulências naturais, podendo produzir tudo, assimilar todas as raças e dar emprego vantajoso a todas as aptidões, não pode continuar a ser uma* feitoria colonial.*"*[31]

Este estado de dependência era para Amaro Cavalcanti conseqüência de uma série de problemas que remontavam à economia brasileira dos tempos coloniais e que o Império, apesar de todos os meios disponíveis, não foi capaz de solucionar. Sua conclusão, ao avaliar a economia brasileira, era de que faltou ao país *o vigor crescente das forças econômicas do país*, ou seja, o **trabalho consciente pelo desenvolvimento das forças produtivas.** O resultado disso, era o país ter chegado ao final do século com uma estrutura produtiva obsoleta e insuficiente para atender, ao menos, as necessidades internas de consumo da população, tendo que importar bens de consumo que poderiam ser facilmente produzidos internamente. A culpa para esta falta de empreendimento era atribuída, em última instância, às más

---

[29] A. Cavalcanti. A vida econômica e financeira do Brasil, (1914) in: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1920, vol. XXXVIII, p. 12

[30] Felício Santos era um industrial de tecidos que ingressou na política e foi um dos precursores do movimento industrialista na década de 1880. Fundou e foi o primeiro Presidente da Associação Industrial do Brasil (1881). Através da Associação Industrial atacou o liberalismo e as políticas do governo com argumentos baseados em fatos concretos e nas condições econômicas e sociais do Brasil. Condenava a vulnerabilidade de uma economia baseada na monocultura e a dependência econômica dos países industrializados. (Conf. Nícia Vilela Luz. *A luta pela industrialização no Brasil*, op. cit. p. 67)

[31] O industrial, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1881, apud Nícia Vilela Luz. "Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro(III): esforços em prol da industrialização", in: *Revista de História*, n. 34, outubro-dezembro, 1958, p. 307.

administrações governamentais e ao baixo interesse de nossas classes dirigentes em formar as bases para a produção de riqueza no país, sempre mais preocupadas com os *"interesses mesquinhos da política"* do que com o engrandecimento da pátria.

Em seus discursos inflamados, motivados pela sua indignação frente a dependência externa, Amaro Cavalcanti dizia que o cerne do problema da economia brasileira estava no simples fato de que os governos do Império não foram capazes de transformar toda potencialidade do país na produção de riqueza necessária para alcançar o desenvolvimento. Ou seja, faltou aos governos elaborarem **uma política consciente de desenvolvimento de fontes produtoras de riqueza,** que fosse capazes de garantir não apenas o sustento da nação, no que se refere às necessidade cotidianas, mas também que garantisse o crescimento da renda geral do Estado, de forma a consolidar o crédito público e equilibrar as contas nacionais.

Para Amaro Cavalcanti, a existência de setores produtivos eficientes e rentáveis era uma condição fundamental para o progresso e o engrandecimento do país, por isto em seus discursos dizia com convicção: *"nenhum povo poderá ser grande, respeitado e feliz nas suas relações, seja de ordem interna, seja de ordem externa, sem a condição essencial de possuir riqueza sua própria, ao menos suficiente para ocorrer ás necessidades normais do Estado e das diversas classes da sociedade"*[32]. Neste sentido, a produção de um país deveria ser ao menos suficiente para atender a sua demanda interna e, mesmo que não pudesse ofertar todos os produtos necessários à sua população, era preciso produzir o bastante para gerar uma renda ao Estado para cobrir as despesas no exterior com a aquisição dos produtos importados.

Este discurso de Amaro Cavalcanti revelava que no fundo sua preocupação fundamental era eliminar os problemas do balanço de pagamentos e o desequilíbrio financeiro do Estado. A história do balanço de pagamentos do Brasil revela um estado de permanente desequilíbrio, não obstante o saldo favorável da balança comercial alcançado com a expansão das exportações cafeeiras. Os déficits do balanço de pagamentos eram freqüentemente compensados pela entrada de capital estrangeiro na forma de investimentos diretos, de empréstimos ou através da emissão de papel-moeda. Acontece que em períodos de crise interna ou externa, a tendência era a fuga do capital estrangeiro ou a dificuldade de atrair capital externo, que geravam dificuldades financeiras para o país e aumento da dívida pública,

---

[32] A. Cavalcanti. "A vida econômica e financeira do Brasil", op. cit., p. 13

tanto pelo aumento dos empréstimos públicos contraídos para conter o déficit, quanto pelo aumento da taxa de juros que aumentava ainda mais o encargos da dívida externa.

Para Amaro Cavalcanti, uma forma de superar estes problemas do balanço de pagamentos era **desenvolver os setores produtivos internos**, de forma que a produção se expandisse suficientemente para atender o mercado nacional e assim diminuísse as importações, e ainda fosse o bastante para ser exportada para outros países. E, no seu entender, o único setor produtivo capaz de garantir esse resultado não era a agricultura nem a indústria extrativa, os setores que auferiam maior renda para a economia brasileira, e sim a indústria. Para ele, apenas o setor agro-exportador nunca seria capaz de levar o país a alcançar o progresso econômico, daí a necessidade de desenvolver os setores industriais que dariam novo dinamismo à economia, aumentando a geração de renda interna.

Certamente Amaro Cavalcanti sofreu alguma influência de Felício dos Santos, pois este também defendia na Câmara dos Deputados em 1882 que os desequilíbrios financeiros do Estado não podiam mais ser enfrentados com paliativos, como empréstimos e emissões; a saída, para ele, também era o fomento da produção nacional, especialmente a indústria. Assim dizia: *"Adotar ... medidas que diminuam importação enquanto não se eleva a exportação. Isso importa proteção à indústria nacional, que há de suprir grande parte da importação."*[33]

O desequilíbrio do balanço de pagamentos foi certamente um dos argumentos mais decisivos dos industrialistas para pleitear uma política de proteção industrial. Serzedelo Correa, em 1903, retoma este argumento, afirmando que a nossa dependência externa comprometia nossa soberania. Dizia:

> *"Cerca de 85 por cento da atividade comercial não nos pertence e não ficam no país; os fretes da navegação, os lucros e dividendos de bancos, de empresas de seguros de toda a espécie, de aluguéis de prédios, o salário devido ao trabalho nas fazendas de café, etc., tudo, tudo isso em larga escala, aqui não fica e sai do excesso do valor de nossa produção agrícola sobre o valor do que importamos."*[34]

A saída proposta por ele era desenvolver a indústria nacional para aumentar a produção interna e evitar a drenagem de nossa riqueza para o exterior.

---

[33] O Industrial, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1881, apud. Nícia Vilela Luz. "Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro: esforços em prol da industrialização", op. cit., p. 307

[34] Serzedelo Correa. *O problema econômico do país.* Rio de Janeiro, 1903, p. 5-6.

Enfim, para os industrialistas, o desenvolvimento da indústria nacional faria diminuir as importações e consequentemente os encargos relacionados a ela, como fretes, seguros, etc., diminuindo as despesas do governo com o exterior e aumentando, de certa forma, a disponibilidade de recursos para serem investidos na expansão da produção.

Ao defender a indústria como o setor produtivo capaz de dar novo dinamismo a economia brasileira, Amaro Cavalcanti, ao mesmo tempo, impetrava seus ataques aos demais setores produtivos: agricultura, indústria extrativa e comércio importador, com pesadas críticas, como veremos a seguir.

1.3.1 Críticas à indústria extrativa

A abundante riqueza natural do Brasil permitia que alguns Estados, principalmente o Amazonas e o Pará, vivessem basicamente da economia extrativista no século XIX. Nestes Estados, a maior parte da produção advinha da extração de produtos que estavam disponíveis na natureza em grande quantidade como: o guaraná produzido no Amazonas, a castanha no Pará e o cacau e a borracha em ambos os estados. Suas fontes de renda dependiam da exploração desses produtos e variavam de acordo com o maior ou menor aproveitamento da indústria extrativa, bem como com variação da demanda e do nível de preços internacionais dos produtos.

Para Amaro Cavalcanti esta forma de produção era uma fonte secundária de renda, que apesar das grandes receitas que gerava com a exportação de seus produtos, nunca conseguiria trazer algum progresso para o país, pois não passava de uma forma primitiva de produção cuja tendência era a decadência. Ao descrever o sistema produtivo do Estado do Amazonas, Amaro Cavalcanti dizia: *"trocam produtos que a natureza lhes oferece abundantemente e de que não precisam, pelos produtos do trabalho de outros povos, dos quais carecem, para a própria subsistência. Haverá nisto uma situação econômica satisfatória, garantidora de prosperidade futura? Pensamos que não..."*[35]

A indústria extrativa da forma precária como estava estruturada nestas regiões, não garantia nenhuma perspectiva de prosperidade futura, bastava observar os exemplos, como o

[35] A. Cavalcanti. *Resenha financeira do ex-Império do Brasil,* Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1890, p. 194

do Estado do Pará, que embora mais desenvolvido na produção extrativa, possuía o mesmo aspecto econômico do Amazonas, ou seja, era incapaz de produzir o suficiente para o sustento do seu próprio estado. Dizia Cavalcanti: *"O Pará importa, como o Amazonas, os gêneros alimentícios de toda a espécie, e não tem um só gênero agrícola para a sua exportação."*[36]

Sua perspectiva para estas regiões eram as piores possíveis, não acreditava que pudessem alcançar algum progresso com um sistema tão frágil de produção, e a situação se agravava com a falta de melhoramentos e de introdução de novas técnicas. Ninguém, a seu ver, poderia ter uma base segura de progresso sustentado na simples possibilidade de colher *"onde e quando houver"* produtos da natureza. Dizia:

> *"urge que o Pará (e o Amazonas também), aproveitando da riqueza, ora fácil, dos produtos naturais, não se detenha* descuidoso *em relação aos elementos de prosperidade real e estável que cumpre preparar ou desenvolver, como garantia do próprio futuro, no qual não é licito contar com os atuais recursos da indústria extrativa, ainda mesmo supondo que esta perdure longamente...*
> *E si, como se tem dado, basta uma baixa no preço do seu melhor produto, a* borracha, *para desde logo haver crise, maior ou menor, na sua vida econômica e financeira; o que não seria de recear, si amanhã um novo invento, um processo mais refletido, viesse dispensar aquela matéria na mor parte dos misteres para que é ela hoje procurada?! A ninguém é lícito esperar o mal, podendo precavê-lo..."*[37]

A solução indicada por Amaro Cavalcanti para estes Estados dinamizarem suas economias era a implantação de novos meios de produção e a introdução de melhoramentos industrias e de novas técnicas de produção. Esta seria a única forma segura de um país alcançar um verdadeiro progresso econômico:

> *"O progresso estável e contínuo de um povo só pode resultar da aplicação do trabalho, de mais a mais inteligente e aperfeiçoado, criando cada dia novos produtos industriais, e alargando a esfera de sua ação produtiva sobre novos elementos existentes ou adquiridos.*
> *Sob esse regime exclusivo de* troca de produtos *pelos gêneros necessários ao seu consumo, o Pará pode progredir, mas a base de seu futuro se mostra muito precária...*

---

[36] A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, op. cit., p. 198
[37] Ibidem, p, 199

O selvagem também pode colher o fruto de que se alimenta, ou trocá-lo pelo objeto que deseja, sem que, deste modo, consiga jamais melhorar de condição."[38]

Além de chamar a atenção para a falta de uma perspectiva de crescimento para estas regiões, Amaro Cavalcanti, já neste momento, chamava a atenção para um outro problema que considerava muito importante: os efeitos devastadores dessa cultura extrativa sobre a natureza, que hoje em dia damos o nome de "problema ambiental". Sobre isso dizia: *"Além de que os processos empregados até aqui na indústria extrativa naquelas regiões tendem antes a destruir, a devastar, do que a fazer* frutificar continuamente.[39]

1.3.2 Críticas à agricultura:

Além de criticar a indústria extrativa por considerá-la uma fonte secundária de renda e incapaz de promover qualquer progresso econômico para o país, Amaro Cavalcanti também direcionava sua crítica para a agricultura. Segundo ele, a agricultura era uma atividade incerta, pois estava sempre sujeita a uma série de infortúnios que poderiam afetar sua produção ou a sua renda, entre os quais: uma produtividade irregular e suscetível a imprevistos; vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas, alto custo de produção, etc. Na sua opinião, um país com uma estrutura econômica basicamente agrícola estaria sempre condenado ao subdesenvolvimento e dependente de países com economias industrializadas.

A subsistência de uma economia pautada exclusivamente na produção agrícola teria sido, a seu ver, a responsável pela decadência econômica de inúmeras províncias brasileiras, que tendo suas economias dependentes unicamente da produção agrícola "incerta" e "imprevisível", eram constantemente abatidas por quebras de safra ou pela diminuição da produção, que geravam imensuráveis perdas para as economias locais.

Amaro Cavalcanti cita como exemplo a província do Ceará, que em 1876 possuía uma economia agrícola realmente próspera produzindo o café e o algodão, além do gado. No entanto, as secas de 1877-1880 e 1888-1889, transformaram aquela realidade em uma grande crise, as pastagens e a lavoura foram destruídas, o gado morreu quase todo, as colheitas

---

[38] A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, op. cit., p. 199
[39] Ibidem, p. 199

tornaram-se insignificantes e a população migrou para outras regiões, levando a província a total decadência. O Maranhão enfrentou o mesmo processo de decadência, a cultura da cana-de-açúcar que já havia atingido seu estágio de desenvolvimento, encontrava-se, em 1887, reduzida a dois ou três centros produtores, levando a economia da província a um decrescimento real.[40]

Quanto às culturas mais importantes deixadas pelo Império, o café e a cana-de-açúcar, Cavalcanti acrescentava:

> *"...uma e outra definham, à falta de introdução de melhoramentos de toda a sorte, muito embora conhecidos e praticados entre os outros povos, e à falta de um bom sistema de crédito territorial e agrícola que lhes facilitasse o numerário em condições convenientes. A rotina continua a ser a lei dos nossos agricultores, o que é, aliás, conseqüente, repetindo o pensar do economista List: 'Nada mais é natural do que a continuação de uma* agricultura-rotina *no país, que carece das indústrias manufatoras; porque são estas que lhes fornecem os melhores instrumentos e as invenções as mais aperfeiçoadas e apropriadas ao seu desenvolvimento e progresso'."*[41]

Do mesmo modo, encontrava-se a "indústria pastoril" subsistindo com a falta de melhoramentos, como a melhora das raças, da alimentação, dos pastos, etc.[42]

Para Cavalcanti, a precariedade econômica da maioria das províncias brasileiras era a mais importante prova da impossibilidade de um país exclusivamente agrícola como o Brasil alcançar algum desenvolvimento econômico. Na sua opinião, mesmo se um país de estrutura econômica basicamente agrícola possuísse uma diversidade de produtos agropecuários e condições de solo extremamente favoráveis, estaria sempre condenado ao subdesenvolvimento, na dependência dos produtos industriais e, portanto, dependente de países de economias industrializadas. A saída para este país estaria na diversificação da estrutura econômica, ou seja, na industrialização.

Tendo por base esta teoria, concentrava seus esforços para convencer parlamentares e intelectuais da precariedade de uma nação exclusivamente agrícola e da necessidade de um desenvolvimento industrial.

---

[40] No capítulo 1 da seção 2 do livro *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, Amaro Cavalcanti faz uma descrição da situação financeira das províncias do Império, p. 191-278.
[41] A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, op. cit., p. 183
[42] Ibidem, p. 183

Amaro Cavalcanti era, na verdade, um industrialista que não concordava com destino eminentemente agrícola que queriam impor ao Brasil e que acreditava na força produtora da indústria como alternativa de progresso. Todavia, não podemos esquecer que Amaro Cavalcanti falava em um período onde predominavam os interesses da oligarquia cafeeira. Eram eles que conduziam a política econômica do país de acordo com os seus interesses, dificultando a implantação de medidas industrializantes. Porém, Amaro Cavalcanti não se intimidava e, com o intuito de defender políticas econômicas que favorecessem a indústria, tecia pesadas críticas à lavoura, colocando-se entre aqueles que criticavam as medidas políticas do governo de auxílio a este setor e reivindicando uma maior atenção governamental para com as atividades que realmente pudessem engrandecer o país.

Suas críticas incidiam basicamente sobre as políticas de defesa da lavoura realizadas a partir do último quartel do século XIX[43], porém condenava, sobretudo, o intuito político dos contratos de auxílio à lavoura do governo Ouro Preto, dizendo que seu verdadeiro fim era *"atenuar o sentimento republicano da classe dos agricultores, que, despeitados do fato da abolição, se mostravam cada dia mais infensos à causa do terceiro reinado..."*[44]

Para Cavalcanti, o auxílio do governo às lavouras era um ato arbitrário, que protegia a uns poucos, aos mais espertos, em prejuízo do Tesouro e da coletividade da nação, pois representava um grande encargo público para os cofres públicos e altamente remunerador

---

[43] Com o fracasso das duas primeiras tentativas (em 1873 e 1875) do governo Imperial para dinamizar o crédito hipotecário, justamente no momento de maiores dificuldades para a lavoura, principalmente a do Vale do Paraíba, novas medidas de auxílio foram propostas em 1888, quando o Ministro João Alfredo anunciou acordos com o Banco do Brasil, que atuaria como intermediário nos auxílios aos agricultores. Os auxílios à lavoura consistiam em programas de concessão de créditos aos fazendeiros na forma de contratos de empréstimos ou auxílios que eram intermediados pelos Bancos, os quais recebiam um adiantamento do Tesouro sem juros, para serem repassados à lavoura em dobro a soma recebida e a prazos longos e juros médios pré-fixados. Estes contratos além de tentarem dar um desfecho à crise da lavoura, serviam como uma espécie de compensação aos ex-proprietários de escravos pelos prejuízos com a abolição, além de serem uma importante fonte de liquidez para o Banco do Brasil. No entanto, tais auxílios representavam uma clara redistribuição seletiva de renda ao favorecer somente fazendeiros que tivessem condições de solvabilidade, o que acabava deixando à sorte os insolventes que representavam boa parte dos fazendeiros do Vale do Paraíba. Ouro Preto ampliou os auxílios por intermédios dos contratos com bancos e continuou a repassar os recursos para os fazendeiros mais prósperos intensificando o processo de falências de empresas insolventes e a concentração das propriedades. A medida que esses contratos foram ampliando-se a outros bancos, o tema de auxílio à lavoura passou a ser mais discutido na imprensa. De início, as acusações eram que tais auxílios não estavam chegando às lavouras, depois ressaltavam-se os aspectos políticos dos auxílios, sustentando que os benefícios eram uma estratégia eleitoral, mais tarde esses contratos passaram a ser acusados de terem dado impulso à especulação na bolsa. Conforme Gustavo Franco. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana.* Rio de Janeiro: BNDES, 1983, p. 77-91

[44] A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil,* op. cit., p. 50

para os bancos intermediários, que eram os que realmente lucravam com a operação[45]. Para ele, esta política de auxílios era o que poderia haver de pior para lavoura *"dar o dinheiro do Tesouro para outros lucrarem em nome da lavoura!."* Desta forma, dizia:

> *"... não será sem razão afirmar que a lavoura nada lucrou com os auxílios do governo, não obstante os grandes sacrificios do tesouro publico, e que todas as vantagens daquela operação foram para os bancos intermediários, os quais não só tiveram esse bom ensejo de liquidar antigas e perdidas contas, mas ainda dinheiro, abundante e barato, para o movimento geral de suas carteiras."* [46]

Amaro Cavalcanti considerava as medidas de auxílio à lavoura totalmente ineficazes, pois estimulavam uma certa acomodação nos agricultores frente a situação protetora que representavam os recursos fáceis, o que significava um desestímulo à busca pelo crescimento da produção. Isto fica evidente quando dizia:

> *"...entre nós, o sistema de* auxílios à lavoura *foi, incontestavelmente, péssimo: - despertando nos agricultores a esperança de obter recursos amplos e fáceis sem ser o resultado de seus esforços pessoais, muitos deles deixaram logo de cogitar de outros meios, ainda possíveis às próprias forças, para tudo esperar das arcas do Tesouro."* [47]

Além disso, concluía que o dinheiro fácil e barato que chegava aos agricultores era um *benefício passageiro* ou simplesmente *aparente*, além de escasso, servindo a uns poucos privilegiados, enquanto grande parte dos agricultores subsistiam na penúria e na esperança de conseguir os limitados auxílios do governo.

Para ratificar sua posição contra a ajuda financeira do Estado para a agricultura, Amaro Cavalcanti colocava-se contra qualquer intervenção direta do Estado no terreno da iniciativa privada. Assim sendo, dizia:

> *"Que o Estado promova o desenvolvimento material do país, mediante o impulso e o proporcionamento de* meios indiretos, *resultantes das boas leis e das boas práticas, - é o seu direito e o seu dever, visto como a sua própria prosperidade tem, por condição, a prosperidade geral da coletividade. Mas, que ele se imiscua*

---

[45] De acordo com Cavalcanti, numerosos estabelecimentos bancários foram fundados neste momento, com o intuito declarado de serem intermediários do governo no auxílio às indústria, recebendo adiantamentos gratuitos do tesouro.

[46] A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, op. cit., p. 50

[47] Ibidem, p. 50

diretamente *nos misteres industriais, fornecendo o dinheiro do Tesouro em auxílio de uma indústria determinada, interceptando os meios da iniciativa privada, estabelecendo preferências odiosas, obstando a expansão natural da livre concorrência e até inutilizando o mérito do esforço individual, é erro grave, que somente serve para* facilitar *aos mais* espertos *ou mais* protegidos, *em prejuízo manifesto do Tesouro e sem jamais conseguir proveito para aqueles mesmos que se procurou auxiliar, visando o interesse público.* "[48]

Amaro Cavalcanti defendia para a agricultura uma política mais consistente por parte do governo, como a organização do crédito territorial e agrícola; a instituição de bancos que fornecessem capital à lavoura, para suprir as suas necessidades; a organização de instituições de seguros, para dar garantias frente a quaisquer eventualidades e a organização de institutos agronômicos para auxiliar no melhoramento das técnicas de cultivo. Enfim, Amaro Cavalcanti criticava a agricultura porque queria industrializar o Brasil, mas isso não significava negar que a agricultura nacional precisasse de melhoramentos, seus discursos também demonstravam uma certa preocupação com o estado da lavoura brasileira, com a falta de diversificação da produção, a carência de melhorias tecnológicas, a falta de créditos agrícola, etc.

1.3.3 Críticas ao comércio importador

Com relação ao comércio, principalmente o importador e as casas filiais de matrizes estrangeiras, Amaro Cavalcanti refletia o sentimento dos nacionalistas, que as consideravam uma classe parasitária, ávida por lucros e incapaz de gerar algum benefício para a nação.

Com ampliação das manifestações nacionalistas no Brasil, na década de 1880, intensificaram-se as críticas ao comércio importador. Segundo Nícia Vilella Luz[49], esse sentimento de hostilidade para com o comércio remontava aos tempos coloniais, *nos tradicionais conflitos entre brasileiros agricultores e comerciantes portugueses* que tentavam monopolizar os negócios comerciais. O comércio importador era acusado de explorar o consumidor, de trazer a ruína para o comércio brasileiro e de drenar nossas riquezas para o

---

[48] A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, op. cit., p. 50
[49] Nícia Villela Luz, em *A luta pela industrialização no Brasil*, op. cit., p. 63-64

exterior.

Amaro Cavalcanti parece ter herdado este sentimento, mas não é somente isso, os comerciantes, de certa forma, exerciam uma campanha contra a industrialização do Brasil, na medida em que se opunham às políticas protecionistas e por isso recebiam pesadas críticas de Amaro Cavalcanti. Dizia ele:

> *"Não se ignore que a* Representação do Comércio *está firmada por muitos indivíduos que são agentes, consignatários ou representantes de fábricas ou manufaturas estrangeiras, os quais, não importando, sequer, por conta própria,* só têm a lucrar, *como simples intermediários, dispondo de nossos mercados, como de outros tantos* debouchés *para os produtos que recebem. O mesmo se pode dizer das casas filiais que aqui negociam em gêneros e mercadorias que lhes são remetidos pelas* suas matrizes *no estrangeiros."*[50]

Em muitos casos, considerava o comércio importador até mesmo como um empecilho ao desenvolvimento, na medida em que se opunha à proteção às indústrias nacionais, com o intuito de evitar o seu desenvolvimento e assim manter seu mercado em expansão. Em suas palavras, *"é intuitivo, que tais interessados e outros importadores em condições semelhantes, não vêem com bom olhos o emprego de meios que, tendo por fim o desenvolvimento da indústria nacional nos seus diferentes ramos, possam fazer cessar o* monopólio de fato, *de que eles gozam acerca do consumo no país."*[51]

Segundo Cavalcanti, somente com o desenvolvimento industrial o país conseguiria manter um comércio nacional realmente poderoso e aliado do progresso, pois da forma como existia não contribuía em nada para o engrandecimento econômico. Na verdade, dizia: *"a real prosperidade do país vem principalmente da sua produção industrial, cujo aumento torna igualmente poderoso e florescente o comércio nacional, e não o simples comércio importador de mercadorias estrangeiras, em troca da matéria prima exportada."*[52]

---

[50] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 347-348, Discurso no Senado. Sessão de 25 de julho de 1892. (Este livro reúne diversos discursos de Amaro Cavalcanti no Congresso Nacional durante o período em que foi Senador da República – 1891 a 1893)

[51] Ibidem, p. 348

[52] Ibidem, p. 348

1.4 A defesa da indústria como fator de progresso

Para Amaro Cavalcanti a indústria era a *"classe produtora por excelência"*, uma geradora potencial de prosperidade, portanto, o único meio eficaz do Brasil reverter a sua situação de atraso econômico e garantir o progresso e a soberania nacional, a exemplo de outros países como os Estados Unidos e a Alemanha, por exemplo. Dizia: *"... o verdadeiro progresso econômico de um povo há de ser procurado nos seus recursos ou melhoramentos industriais."*[53]

A indústria, segundo Amaro Cavalcanti, era a melhor fonte produtora de riqueza de um país, por ser a única em condições de satisfazer o mercado interno em expansão[54], de fortalecer o comércio internacional com eficácia, através da substituição das importações pela produção interna e pelo aumento das exportações de produtos com maior valor agregado, e de aumentar a renda do Estado, através do aumento da arrecadação, diminuindo assim, a dependência estrangeira, equilibrando as contas públicas do país e garantindo a soberania nacional. Enfim, a indústria era a garantia de prosperidade financeira: *"A prosperidade financeira não tem base mais sólida, mais larga, nem mais garantidora, do que o desenvolvimento progressivo da indústria nacional."*[55]

Todavia, Amaro Cavalcanti lamentava que este importante fator de progresso estivesse sempre relegado a segundo plano no Brasil, até mesmo impedido de se realizar por força de inúmeros empecilhos e oposições.

Para ele, o primeiro grande empecilho ao desenvolvimento das forças industriais do país era a condução da economia pautada pelos interesses agro-exportadores. Durante quase todo o século XIX, a condução da política econômica do país esteve nas mãos da classe agrária dominante, que impunha certos limites ao pleno desenvolvimento industrial. Os maiores obstáculos à industrialização eram a falta de interesse das classes dominantes em

---

[53] A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil,* op. cit., p.197

[54] De acordo com Amaro Cavalcanti, o aumento do consumo interno, principalmente nos anos de 1891 e 1892, era resultado do crescimento da população em virtude da imigração estrangeira, da organização de novas empresas e companhias que demandavam mais casas para escritórios, fábricas e oficinas, e objetos de consumo. Era também conseqüência do aumento da renda interna, que aumentava e diversificava as necessidades de consumo. (A. Cavalcanti, *Política e Finanças,* op. cit., p. 357-358)

[55] A. Cavalcanti, *Política e Finanças,* op. cit., p. 326. (Discurso no Senado. Sessão de 25 de julho de 1892)

desenvolver políticas que favorecessem a industria nacional, e a oposição do setor agrário e do comércio às políticas de proteção industrial.

No campo econômico, os maiores obstáculos à industrialização foram a falta de recursos financeiros e a escassez de meio circulante e de crédito fácil. A administração da política monetária marcadamente conservadora durante o Império, e conduzida pela meta da conversibilidade e por um contínuo viés deflacionista, com alguns períodos de exceção, conduziu a economia a um grande aumento da dívida pública e a um sistema econômico em regime de permanente escassez de meios de pagamentos, tornando os recursos escassos para serem investidos na indústria.[56]

A falta de mão-de-obra e a permanência do escravismo foram outros grandes obstáculos à industrialização do país. Para Amaro Cavalcanti, a condescendência do governo para com o sistema escravista impossibilitou o engrandecimento do país. Sobre isso dizia:

> *"Este fato impossibilitou-nos durante muito tempo a imigração estrangeira, e daí o retardamento da nossa vida industrial.*
> *Muitas medidas econômicas e financeiras deixaram de ser estudadas ou atendidas, muitos alvitres utilíssimos foram menosprezados, uns com relação direta ao problema urgente de transformação do trabalho, outros com relação ao sistema econômico-financeiro, em geral, - porque envolviam a necessidade de resolver a questão inadiável da abolição do trabalho escravo!"*[57]

Para Amaro Cavalcanti, a prova de que o escravismo era um entrave ao desenvolvimento foi a situação vivida pelo país logo após a abolição, quando muitos esperavam as piores conseqüências para o nosso crédito público no estrangeiro, com a queda da confiança nas forças econômicas do país, o que se verificou foi o inverso, a abolição em nada afetou o nosso crédito público, ao contrário, *"despertou-se uma fé nas forças econômicas do país, isto é, aceitou-se o fato (e assim devia sê-lo), como constitutivo de uma base mais sólida e permanente da futura riqueza nacional."* [58]

Outro grande empecilho ao desenvolvimento industrial do país, apontado por Amaro Cavalcanti, era a precariedade dos sistemas de transportes nacionais. Ele sabia

---

[56] No terceiro capítulo abordaremos com detalhes, a opinião de Amaro Cavalcanti sobre a questão monetária do Brasil, destacando a sua posição e as medidas propostas por ele para melhorar o sistema financeiro do Brasil como forma de garantir o desenvolvimento econômico.
[57] A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil,* op. cit., p. 40 e 121
[58] Ibidem, p. 42

perfeitamente da grande importância econômica das redes de transportes, da necessidade de se construir novas estradas rodoviárias, novas vias férreas e de melhorar as condições dos portos e da navegação fluvial e marítima. Suas primeiras observações foram sobre a região do nordeste brasileiro, mas acusava a deficiência dos sistemas de transportes em todo o país. Falando sobre o Rio Grande do Norte assim ele se exprimiu:

> *"o comércio interior, com exceção da pequena zona, hoje percorrida pela ferrovia de Natal e Nova Cruz, e daquela que faz pelo Rio Potengi entre a capital e a cidade de Macaíba, é todo feito em costas de animais (cavalos e bestas), cuja força de tração e resistência são admiráveis, a despeito de serem de raça pequena, e da má alimentação que recebem."*[59]

Muito embora todos estes obstáculos impostos ao desenvolvimento industrial no Brasil, as indústrias nacionais surgiram e aos poucos foram tornando-se significativas no cenário econômico, principalmente nos últimos anos do Império e após a Proclamação da República, beneficiadas pelas condições favoráveis da economia, pela abolição do escravidão, pelo crescimento da imigração, pelas políticas monetárias e fiscais expansionistas e pelo empenho dos industrialistas, que defendiam a proteção industrial no Congresso Nacional, nos jornais, etc.

Porém, muito ainda precisava ser feito em favor da indústria se quiséssemos alcançar, por exemplo, um desenvolvimento industrial semelhante ao dos Estados Unidos. E essa era a luta dos industrialistas que, como Amaro Cavalcanti, enfrentavam as oposições e reivindicavam uma política consciente do Estado para promover a industrialização do país.

Amaro Cavalcanti tinha plena consciência de que as circunstâncias em que se desenvolvia a industrialização do Brasil no início da República não eram as mesmas vividas pelos países que nos antecederam no processo de industrialização. Percebia que as mudanças no padrão tecnológico das indústrias e as transformações do capitalismo no final do século XIX, conforme descrevemos no item 1.2 deste capítulo, tornavam o desenvolvimento industrial no Brasil muito mais complexo.

Por outro lado, também tinha consciência de que estas transformações do capitalismo, que provocaram alterações nos padrões das relações internacionais, acirrando a

---

[59] A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil,* op. cit., p. 211

concorrência intercapitalista, também haviam provocado o acirramento do uso das políticas protecionistas como instrumento de defesa para a indústria nacional.

Esta frase do discurso de Amaro Cavalcanti no Congresso Nacional em julho de 1892, revela sua plena consciência sobre o papel das políticas protecionistas para o desenvolvimento industrial de muitos países:

> *"Atenda agora o Senado: todas as nações que nos precederam no desenvolvimento da indústria, que já tem bastante riqueza acumulada, para bem satisfazer as necessidades da sua vida ordinária - , todas elas, não obstante, entenderam, neste último decênio, que deviam formar uma nova política financeira internacional, fechando a era das teorias* livre-cambistas, *e entrando, resolutas, em fase abertamente protecionista, caracterizada pela guerra das tarifas aduaneiras"*[60]

Tendo compreendido todo este movimento do sistema capitalista, Amaro Cavalcanti entendeu que a única forma de promover o desenvolvimento industrial no Brasil, era através da forte presença do Estado, incentivando e protegendo a indústria nacional, para que ela pudesse nascer e se desenvolver de forma segura e eficiente, trazendo o progresso para o país, como fizeram os Estados Unidos, a França, a Alemanha, o Japão, etc. Esta foi a sua luta durante toda a década de 1890, isto é, reivindicar uma política de proteção eficiente do Estado, para proteger e desenvolver a indústria nacional. Sua participação na luta pela indústria foi mais intensa nos primeiros anos da República, principalmente durante a fase final da crise do Encilhamento, 1891 e 1892, quando atuou intensamente no Congresso Nacional reivindicando proteção e ajuda financeira para as indústrias atingidas pela crise.

Como observaremos no próximo capítulo, suas idéias eram fortemente influenciadas por Friedrich List, economista e político alemão, teórico do nacionalismo econômico e do protecionismo[61]. List defendia uma política protecionista em favor da nascente indústria alemã, defendia a industrialização como meio de superar o atraso econômico e atacava a doutrina inglesa do livre-comércio, por basear-se na desigualdade do desenvolvimento entre os países e mascarar o imperialismo inglês, e defendia também a ativa

---

[60] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit.

[61] Friedrich List publicou em 1841 sua obra mais importante *Das nationales System der politischen Ökonomie* (O sistema nacional de economia política). Nos Estados Unidos escreveu *Outlines of American Political Economy (Esboço de uma economia política norte-americana), 1827.*

intervenção do Estado no desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Seu protecionismo era parcial, por fundamentar-se na indústria e excluir a agricultura, e provisória, aplicando-se somente às indústrias nascentes, e só até o ponto em que elas estivessem suficientemente fortes para competir com as do exterior.[62]

Ao analisarmos a luta de Amaro Cavalcanti pela industrialização do Brasil, no próximo capítulo, perceberemos que eram exatamente estas as medidas que propunha para promover o desenvolvimento da indústria brasileira.

---

[62] Conforme: G. Friedrich List. *sistema nacional de economia política.* Apresentação de Cristóvam Buarque e Tradução de Luiz João Baraúna. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

CAPÍTULO II

A LUTA DE AMARO CAVALCANTI PELA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Nosso objetivo neste capítulo será apresentar, num primeiro momento, um panorama geral sobre os principais entraves colocados à industrialização no Brasil e o surgimento do movimento industrialista, reunindo industriais, intelectuais e parlamentares identificados com a defesa da indústria num contexto de economia agro-exportadora. Num segundo momento, apresentaremos o pensamento de Amaro Cavalcanti, as suas idéias em relação a intervenção do Estado na economia, sua posição frente ao liberalismo e ao protecionismo, e como processou a sua luta em prol da industrialização, suas reivindicações e seus argumentos em defesa da indústria nacional contra os ataques antiindustrialistas, e os mecanismos que considerava importante para fomentar o desenvolvimento industrial no Brasil.

2.1 Panorama geral da industrialização no Brasil

O insignificante desenvolvimento industrial do Brasil verificado até meados do século XIX deveu-se em grande parte a uma deliberada política mercantilista portuguesa que proibia qualquer tipo de desenvolvimento industrial na colônia. As primeiras medidas favoráveis ao surgimento da indústria no Brasil ocorreram em 1808, quando D. João logo após instalar-se no país, revogou a Lei de 1785 que proibia a produção manufatureira no país.

Porém, dois anos mais tarde, a força do poderoso comércio importador impôs novos obstáculos ao desenvolvimento industrial, através dos tratados comerciais que concediam privilégios especiais às manufaturas inglesas e portuguesas.[63]

Somente na década de quarenta, quando expirou o prazo estabelecido pelos diversos tratados comerciais, abriu-se uma nova oportunidade para a implantação de uma política de proteção à indústria brasileira nascente. Apesar da primeira tarifa aduaneira estabelecida em 1844 (tarifa Alves Branco), ser reconhecidamente insatisfatória do ponto de vista protecionista, verificou-se a partir daquele momento, um pequeno surto de crescimento industrial, com a instalação de importantes fábricas de chapéus, cerveja, fundição e principalmente novas fábricas têxteis, que já existiam no Brasil desde 1840, facilitadas por vários incentivos, como: isenção de tarifas para importação de máquinas e equipamentos e dispensa de direitos alfandegários sobre matérias-primas. Mas foi somente a partir do final da década de 1850 que a indústria brasileira começou a se expandir, beneficiada pelo dinamismo da economia cafeeira nacional. A partir de então, a indústria manteve uma estreita relação de interdependência com a expansão do complexo cafeeiro, o que possibilitou uma série de condições favoráveis ao processo de industrialização.[64]

Todavia, a orientação da política econômica pautada pelos interesses agro-exportadores e a falta de uma política governamental explícita por parte do governo para promover a industrialização no país, impediu que o crescimento industrial tivesse um prosseguimento contínuo e ascendente. Apesar disso, a indústria nacional se desenvolveu, através do que Wilson Suzigan chamou de *surtos espontâneos*[65], beneficiando-se das condições favoráveis da expansão cafeeira[66] e dos esforços de inúmeros homens ilustres que

---

[63] Consistiam no tratado assinado com a Grã-Bretanha em 1810, que conferia uma tarifa preferencial de 15% para as manufaturas inglesas e que depois foi estendido a outras nações. Nícia Vilela Luz. *A luta pela industrialização no Brasil.* 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978, p. 20-23

[64] Sergio Silva. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 49.

[65] Segundo o estudo de Wilson Suzigan, a indústria nacional se desenvolveu através de surtos de investimentos, que ocorreram nos seguintes períodos: 1) entre fins da década de 1860 e início da de 1870; 2) na década de 1880 e principalmente na de 1890; 3) nos anos anteriores à Primeira Guerra; 4) na década de1920; 5)de 1933 em diante, intercalados por períodos de recessão. Com base neste estudo, apresentamos a seguir de forma bastante simplificada, o crescimento industrial do Brasil até o final do século. (W. Suzigan. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento.* São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 78 e seguintes.)

[66] De acordo com Wilson Suzigan, existe "uma relação direta entre a expansão do setor agrícola-exportador e o investimento industrial: períodos de crescimento do investimento industrial coincidiram com fase de expansão das exportações, enquanto períodos de declínio do investimento industrial coincidiram com crises do setor exportador". W. Suzigan. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento,* op. cit.

viam no desenvolvimento industrial a chave para o progresso da nação e lutavam contra os entraves colocados à industrialização. Desde o início do século a indústria nacional teve que enfrentar, além dos obstáculos econômicos, os obstáculos políticos e ideológicos, representados pelos interesses da sociedade agro-exportadora e do comércio importador contrários ao uso de uma política protecionista. Argumentava-se que enquanto a indústria era favorecida a lavoura era sacrificada com impostos e que a tarifa protetora encarecia e dificultava a aquisição de instrumentos agrários e os gêneros necessários à subsistência da classe trabalhadora. Diante destes interesses antagônicos, os governos permaneciam no seguinte dilema "*promover a industrialização do país, que reconheciam ser uma necessidade nacional, e atender ao mesmo tempo os interesses da lavoura*".[67] Neste impasse, a política alfandegária brasileira não conseguia satisfazer nem aos partidários do protecionismo nem aos defensores do regime de livre-trocas.

As oposições protecionistas tornaram-se mais significativas durante segunda metade do século, quando o desenvolvimento da cultura cafeeira parecia confirmar a "vocação agrícola" do país e a forte corrente agrarista vê sua posição reforçada em relação às pressões da corrente industrialista. A onda anti-protecionista levou o governo a adotar uma política alfandegária um pouco mais liberal em 1857 e em 1860, diminuindo os direitos sobre os gêneros alimentícios, instrumentos e utensílios destinados à lavoura e sobre matérias-primas, revogando os privilégios concedidos às fábricas nacionais. Segundo Nícia V. Luz, as modificações não tinham o objetivo, propriamente dito, de estabelecer um regime de livre troca, mas *"sim satisfazer os anseios da lavoura monocultora que exigia o barateamento dos gêneros de primeira necessidade, por meio, entre outras medidas, dos impostos de importação."*[68]

Dadas estas circunstâncias, o movimento industrialista arrefeceu, mas por pouco tempo, pois, a partir de década de 1860, um grupo de industrialistas formados por industriais, políticos e intelectuais começou a se destacar no cenário político retomando a discussão em torno do protecionismo à indústria. Este movimento abriu o debate entre liberais (livre-cambista) e protecionistas, que se estenderia ao longo do século.

Graças à prosperidade econômica brasileira a partir de 1861, motivada pelo

---

[67] Nícia Vilela Luz. *A luta pela industrialização no Brasil*, op. cit., p. 26
[68] Ibidem, p. 30-31

crescimento das exportações nacionais, a indústria foi impulsionada com a multiplicação de investimentos nas fábricas nacionais. Na segunda metade da década o aumento dos investimentos industriais foi beneficiado pela política fiscal e monetária expansionista do governo, para fazer frente as despesas com a Guerra do Paraguai. Esta política inflacionária causou a depreciação do câmbio que, embora reduzisse a proteção ao produto interno manufaturado, contribuiu para aumentar os investimentos em novos bens de capital. Somente em 1867, após longos debates no Parlamento, uma reforma tarifária de cunho acentuadamente fiscal estabeleceu uma tarifa mais protecionista[69].

Porém, o surto de investimentos industriais foi interrompido a partir de 1874, com a política deflacionária adotada após o término da Guerra do Paraguai, que reduziu o estoque de moedas e causou um declínio geral dos preços. Neste momento, a depressão econômica que atingia os países industrializados chegou ao Brasil, conduzindo-o a uma recessão que durou de 1874 a 1876, e à crise bancária de 1875[70]. Além disso, o governo, sob pressão do comércio e dos fazendeiros, decretou a tarifa Rio Branco em 1874, com um aspecto mais liberal. Segundo Nicia V. Luz: *"a tarifa Rio Branco de 1874, refletia a nova orientação política do governo imperial, no último quartel do século. Enveredava-se para um liberalismo moderado que não contentaria os liberais e alienaria os conservadores; que não satisfaria nem à lavoura, em à indústria."*[71]

Esta instabilidade econômica, com alternâncias entre períodos de crescimento industrial e períodos de recessão, despertou o país para o problema da industrialização e reforçou o grupo daqueles que lutavam pelo desenvolvimento industrial como fator de progresso para o país. Desencadearam-se uma série de protestos por parte dos fabricantes de chapéus, com reivindicações por uma política de amparo à indústria nacional, especialmente através da proteção alfandegária.

As fábricas de chapéus tiveram uma grande importância na incipiente estrutura fabril do século XIX. Entretanto, elas viram-se ameaçadas de extinção, em conseqüência da

---

[69] O crescimento dos encargos públicos fez o governo recorrer ao aumento dos impostos. A nova tarifa aumentou em 20% as taxas alfandegárias sobre artigos de luxo (calçados, roupas, mobília, chapéus) e acrescentou uma taxa em ouro de 15% sobre os direitos alfandegários. N. V. Luz. *A luta pela industrialização no Brasil,* op. cit., p. 35

[70] W. Suzigan. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*, op. cit., p. 79

[71] Para maiores detalhes sobre a tarifa de 1874, ver Nícia Vilela Luz. *A luta pela industrialização no Brasil,* op. cit., p. 42-43

crise de 1874-75, que gerou a falência de várias fábricas e bancos, e da elevação tarifária sobre a matéria-prima importada para a produção de chapéus. Em dificuldades os chapeleiros recorreram à Associação Comercial, à comissão nomeada por Rio Branco para rever a tarifa e, finalmente, dirigiram um manifesto à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), gerando muitos debates, até que, para resolver a questão, a SAIN solicitou pareceres da Seção da Indústria Fabril e da Seção do Comércio, a respeito da proteção alfandegária.[72]

O parecer da Seção Industrial indicava que a indústria fabril necessitava de uma política francamente protecionista e o parecer do Comércio, ao contrário, desaconselhava a proteção e defendia, invocando o Visconde de Cairú, que o Brasil devia se restringir a agricultura. Porém, o parecer da seção da indústria saiu vencedor e uma representação assinada pela SAIN foi enviada ao governo. As reivindicações dos chapeleiros teve uma grande repercussão pública, agitando os meios econômicos e políticos em torno da discussão tarifária. Buscando conciliar interesses antagônicos e atender as necessidades fiscais do Estado, uma nova tarifa foi decretada em 1879, elevando o direito dos produtos importados, que apesar de ainda não ser muito satisfatória do ponto de vista protecionista, acalmou os industriais.[73]

Entretanto, o mal-estar econômico gerado pela crise de 1875, que se acentuaria com a crise do café de 1880-1886, tornou-se um fator decisivo para o fortalecimento do movimento dos industrialistas, lutando por uma tarifa mais protecionista, que pela primeira vez vão se unir para tentar defender seus interesses e impor seus objetivos. Foi numa reunião convocada pelos industriais para discutir os problemas da classe, que acabou se criando em 1880, a Associação Industrial, tendo como líder Antonio Felício dos Santos, o que favoreceu o

---

[72] Em torno da "questão chapeleira", estavam envolvidos vários interesses: o dos comerciantes, que defendiam baixas tarifas para venderem os chapéus importados; o dos industriais de chapéus de lebre, que desejavam tarifas elevadas para os produtos similares importados; o dos artesão, ameaçados tanto pela concorrência estrangeiros, como pelo crescimento das manufaturas; o dos fabricantes de chapéus de seda, que ao lado do comércio importador, defendiam tarifas baixas, com o intuito de combater a concorrência dos chapéus de lã e de pêlo de lebre. Conforme: M. A. P. Leopoldi. *Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil, the associations of industrialits, economic policy-marking and the with special reference to the period 1930*-1961, Oxford, Engl.: Oxford University. Tese PhD, St. Antony's College, 1984, cap. 3

[73] Para maiores detalhes sobre a "questão chapeleira" e os pareceres da Sessão da Indústria e do Comércio ver: Nícia Villela Luz, *A luta pela industrialização no Brasil,* op. cit., p. 55-56, e Edgard Carone. *O Centro industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977).* Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978, p. 54-61.

debate entre livre-cambistas e protecionistas, que marcou todo o restante do século XIX e início do século XX.

2.1.1 O desenvolvimento da indústria e dos movimentos industrialistas a partir da década de 1880

A Associação Industrial foi criada para defender os interesses da classe industrial e, para isso, contou com um dos maiores industrialistas do final do Império, Felício dos Santos. Porém, este reclamava da indiferença manifestada pelos industriais em relação aos trabalhos da Associação Industrial. Além de pequeno número de associados, a maioria era proprietários de indústrias ainda muito artesanais, e alguns representantes da fábricas de tecidos, chapéus, velas, produtos químicos, construções navais, etc., com pouca experiência associativa, o que significava um forte empecilho para o sucesso da Associação na defesa dos interesses industriais.[74] Apesar dos esforços, a Associação Industrial não conseguiu suplantar a pressão do comércio importador e da lavoura cafeeira, que faziam campanha para a redução tarifária, e em 1881, foi decretada uma nova tarifa de inspiração livre-cambista, que, apesar de reduzir os direitos sobre as matérias-primas importadas, o que favorecia as indústrias, acabou prejudicando muitas empresas porque reduziu os direitos sobre a importação de artigos similares aos fabricados no Brasil.

Não obstante esse retorno às tendências liberais, a campanha em prol da industrialização e por reformas na pauta alfandegária ganhou nova vida. Apesar do setor industrial em si, ainda não conseguir se organizar para formar uma associação de classe consciente, o movimento dos industriais do final da década de 1870 e início da década seguinte, influiu positivamente em alguns nomes eminentes, que passaram a usar o Congresso para defender o protecionismo à indústria nacional, por entenderem que esta era a única alternativa de se alcançar o desenvolvimento econômico do país.

Alguns fatores, durante a década de 1880, contribuíram para que a defesa da indústria ganhasse fôlego e para que crescessem as hostilidades aos princípios do liberalismo

---

[74] Nícia Vilela Luz. "Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro (II): esforços em prol da industrialização", in: *Revista de História*, n. 33, janeiro-março, 1958, p. 34.

econômico, tornando o clima mais propício para o desenvolvimento de uma política industrial. Dentre estes fatores podemos destacar: a crise cafeeira de 1883/85, que chamou a atenção para a vulnerabilidade de uma economia baseada num único produto de exportação; o desenvolvimento progressivo da imigração estrangeira, provocada pela expansão cafeeira, que aumentou a oferta de trabalho e expandiu o mercado para os produtos industrializados; e, a decadência da indústria de construção naval e da marinha mercantil, depois das medidas liberais decretadas em 1862.[75]

Felício dos Santos foi o mais importante defensor da indústria no Congresso na década de 1880. Sua argumentação era de que através da industrialização o Brasil não só obteria a independência econômica, mas resolveria outros problemas prementes da economia brasileira, atraindo braços e capitais estrangeiros para o país, ocupando a população urbana desocupada e livrando o país da vulnerabilidade de uma economia monocultora e, finalmente, contribuindo para aliviar os nossos problemas no Balanço de Pagamentos, ao abastecer o mercado interno com produtos nacionais, diminuindo a importação.[76]

Seguindo as idéias de Felício dos Santos começaram a se destacar na defesa da indústria: Amaro Cavalcanti, Alcindo Guanabara, Barata Ribeiro, João Luiz Alves, Francisco Sales, João Pinheiro, Serzedelo Correa, entre outros. Amaro Cavalcanti começou a atuar mais decisivamente à favor da industrialização no final da década, através de artigos em jornais procurava mostrar as deficiências da economia brasileira e sugeria a industrialização como alternativa de progresso. Sua participação também foi muito ativa nas discussões sobre as reformas monetárias implementadas no final do Império, como observaremos no decorrer do trabalho.

A década de 1880 é também caracterizada por um período de expansão dos investimentos na indústria de transformação no Brasil, que durou até aproximadamente 1895.[77] Este desenvolvimento industrial foi propiciado pela expansão das exportações cafeeiras que impulsionou um vigoroso *boom* na atividade econômica do final do século, pela construção das estradas de ferro, pela imigração que aumentou a oferta de trabalho e o

---

[75] Nícia Villela Luz. *A luta pela industrialização no Brasil,* op. cit., p. 59-61

[76] Nícia Villela Luz, em *A luta pela industrialização no Brasil,* op. cit., p.67-70, faz um resumo das principais idéias de Felício dos Santos.

[77] W. Suzigan. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento,* op. cit., p. 81-82.

mercado para os produtos industrializados e pela política monetária expansionista[78] do final de Império.

Até o final do Império, as modificações tarifárias que se sucederam foram apenas revisões parciais e não causaram tanta polêmica, mas trouxeram benefícios graduais aos industriais, especialmente ao setor têxtil. Em 1886 o governo isentou as máquinas, compradas para a instalação de novas indústrias, do pagamento de direitos de importação[79]. As revisões tarifárias de 1887 e 1888 resultaram num certo protecionismo à matéria-prima nacional, o que representou uma vitória parcial do *lobby* dos industriais, principalmente os da área têxtil.[80]

No último ano do Império a indústria nacional encontrava-se num momento favorável, beneficiada pela situação relativamente próspera da vida econômica nacional. O progresso econômico foi facilitado por leis orçamentárias que favoreceram numerosas mudanças de alcance econômico e financeiro, como a reforma monetária iniciada em 1888[81]. A obtenção de capital estrangeiro ficou mais fácil, o meio circulante nacional melhorou, a substituição do trabalho livre abriu novos horizontes para o país, a agricultura prosperou e houve também uma diversificação industrial, com o surgimento de novas fábricas e oficinas nos ramos mais variados.

As condições favoráveis às indústrias tiveram continuidade com a proclamação da República e as políticas de Rui Barbosa, que tinham por objetivo o crescimento econômico através do fornecimento de recursos líquidos necessários aos investimentos nas atividades urbano-industrial. Os industrialistas começaram a participar das comissões tarifárias, a publicar livros e artigos na imprensa e a conquistar cadeiras no Congresso. O primeiro projeto de tarifa alfandegária da República, elaborado em 1890, foi submetido à apreciação de um grupo organizado de industriais do Centro Industrial e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e resultou na cobrança de uma parcela dos impostos alfandegários em ouro[82], e na

---

[78] Durante a maior parte da década de 1880 prevaleceram as políticas monetárias e fiscais restritivas, o que de certa forma retraiu o ritmo dos investimentos industriais, porém, a política monetária expansionista adotada no final da década favoreceu um surto de investimentos industriais, como nunca vistos no Brasil. No capítulo 3 dedicamos uma parte especial para descrever a evolução da política monetária do Brasil ao longo do Império e início da República e seus efeitos para a industrialização do país.

[79] Nícia Vilela Luz. *A luta pela industrialização no Brasil*, op. cit., p. 166-168.

[80] As indústrias de tecidos de algodão e de juta foram também protegidas contra a concorrência do tecido importado através da elevação dos direitos alfandegários.

[81] Sobre a reforma monetária, ver item 3.2.2.1 do capítulo 3.

[82] A quota-ouro compreendia um percentual da tarifa de importação que devia ser paga "em ouro", isto é, como se o mil-réis fosse cotado ao par. Isso tinha uma função fiscal para o governo e atuava como instrumento de

cobrança de tarifas sobre as matérias-primas importadas, que antes eram isentas de tributação.[83]

A grande expansão do estoque de moedas e as facilidades de crédito, características da economia do final do Império e início da República, resultaram em altos picos de investimentos industriais. A indústria têxtil aumentou substancialmente seus investimentos neste período: 60 novas fábricas de tecidos de algodão foram criadas, também fábricas de tecidos de lã e, praticamente toda a indústria de tecidos de juta; as indústrias de chapéus se modernizaram; as fábricas produtoras de calçados aumentaram a produção e outras indústrias se desenvolveram, como por exemplo: a indústria de cerveja, de fósforo, de metal-mecânica, de papel, etc. Entretanto, a situação mudou drasticamente no início de 1891, com a crise do Encilhamento[84]. Houve uma brusca desvalorização da taxa de câmbio, estável até 1891, que se estendeu pelos anos seguintes e uma fuga do capital estrangeiro, em virtude da crise e da falta de simpatia por parte dos investidores ingleses para com as políticas nada ortodoxas de Rui Barbosa. A proteção alfandegária foi substancialmente reduzida, corroída pela inflação e, apesar da forte depreciação cambial compensar essa redução em alguns períodos, as oscilações no nível de proteção colocaram os industriais em grandes dificuldades, pois, muitos deles ainda estavam pagando os maquinários e implementos importados para a instalação das novas fábricas.[85]

Os mais ortodoxos atribuíram a crise às políticas implementadas por Rui Barbosa, levando-o à renúncia em janeiro de 1891. O poder passou então às mãos da ortodoxia, que aos poucos foi eliminando os progressos adquiridos ao longo da década de noventa. Durante o ano de 1891 todas as tentativas de política cambial fracassaram e o resultado foi uma

---

proteção à indústria nacional contra a importação de produtos competitivos, pois a quota-ouro tendia a preservar o nível real dos impostos de importação, a despeito da desvalorização do mil reis. A quota-ouro, criada com a tarifa de 1890, vigorou até 1934. Quando de sua criação, correspondia a 100% do imposto de importação, mas oscila durante toda a República Velha. No período 1919-1934 sua proporção foi cerca de 60% do imposto de importação. M. A. P. Leopoldi. *Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil,* op. cit.

[83] E. Moraes (org.). *As Idéias Sociais de Jorge Street.* Brasília; Senado Federal, 1980, "Apresentação", p. 30.

[84] Sobre a política monetária do final do Império e início da República, ver Gustavo Franco. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana,* Rio de Janeiro: BNDES, 1983 e Pandiá Calógeras. *A política monetária do Brasil,* Trad. Thomaz Newlands Neto, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1960 - Brasiliana: Série Grande Formato, vol. 18 -,(1ª ed. 1910)

[85] De acordo com Wilson Suzigan, a alternância de períodos de aumento de proteção com períodos de redução da proteção podem ter estimulado a alternância entre períodos de crescimento da produção e contração nos investimentos com períodos de declínio da produção e expansão dos investimentos. (Wilson Suzigan. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*, op. cit, p. 82)

intensificação da fuga do capital estrangeiro. A situação que prevaleceu no ano de 1892 foi o mal-estar econômico e as crises políticas, comerciais e bancárias, que levaram a uma sucessão de falências.

Neste período, levantou-se um grande clamor por parte dos industriais para que o governo auxiliasse as indústrias afetadas pela crise por meio de adiantamentos ou empréstimos. As reivindicações partiam principalmente daqueles empresários que haviam adquirido suas instalações no estrangeiro ao câmbio relativamente alto e com a depressão cambial viram-se em grandes dificuldades para pagar suas dívidas. Neste momento, muitos industrialistas, parlamentares e intelectuais, colocaram-se em defesa dos interesses industriais. Rodrigues Alves, o então Ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto, opôs-se à campanha de auxílio às indústria e Serzedelo Correa, conhecido industrialista, foi chamado para ocupar seu lugar em janeiro de 1892. Serzedelo Correa conduziu os debates que se sucederam no Congresso sobre o "auxílio à indústria", por quase todo o ano e foi justamente neste cenário de discussões, que percebemos a maior atuação de Amaro Cavalcanti na luta industrialista. Cavalcanti participou ativamente de todos os debates que se sucederam no ano de 1891 e 1892 sobre o meio circulante e sobre os auxílios à indústria, lutando para que os interesses industrias fossem preservados e para que o governo atendesse as necessidades da indústria que mal começava a se desenvolver e já enfrentava uma crise de grandes proporções.

A luta destes industrialistas, neste período, foi bastante árdua, pois tiveram que enfrentar inúmeros obstáculos impostos pela situação financeira do país e pelos interesses agro-exportadores, que expandiram seus domínios políticos com a Proclamação da República.

Todavia, a participação ativa dos industrialistas no cenário político, contribuiu para a elaboração da tarifa de 1895-1896, considerada como a primeira tarifa efetivamente protecionista, mas não foi suficiente para evitar o avanço das políticas contracionistas orientadas pela bancada conservadora.[86]

Por outro lado, a crise da década de 1890 também serviu para reavivar as *forças adversas à industrialização do país*, pelo menos em relação à maneira pela qual essa industrialização se processava. Em nome do nacionalismo econômico estas forças iriam

[86] Nícia Vilela Luz. *A luta pela industrialização no Brasil*, op. cit., p. 119.

questionar o industrialismo defendido por Cavalcanti e Serzedelo, utilizando o argumento da indústria natural *versus* indústria artificial.[87]

O resultado da pressão antiindustrialista foi uma nova revisão tarifária em 1897 dirigida pelo livre-cambista Leopoldo Bulhões, a qual reduziu as tarifas em até 25%, retirando parte de suas funções protecionistas.

Em 1898, quando Campos Sales assumiu o governo, tendo Joaquim Murtinho como Ministro da Fazenda, a política de deflação e restrição financeira desse governo agravou a crise econômica e intensificou as reivindicações industrialistas e as reclamações da classe agrária, que também sentia-se prejudicada pela crise. Porém, as políticas implementadas para restabelecer o equilíbrio financeiro do país acabaram beneficiando a indústria nacional. A pauta alfandegária representava uma importante peça no plano do governo, pois além de ser responsável por boa parte da arrecadação, o acordo do *Funding Loan* havia empenhado, como primeira hipoteca, as rendas Alfandegárias do Rio de Janeiro. Procedeu-se então, a uma nova revisão tarifária que só foi decretada em 1900, tendo como objetivo principal, a arrecadação mais eficiente e mais rendosa.[88]

A tarifa de 1900, cuja taxa predominante girava em torno de 50%, apesar de não ter a intenção protecionista das tarifas de 1895-96, satisfez aos industriais por encarecer os produtos importados, incentivando a produção nacional, que também foi favorecida pela depressão cambial que se acentuou na década de 1890.

Nos primeiros anos do século XX o movimento protecionista ganhou força com a adesão de expressivos industriais paulistas e tomou uma nova direção, abandonando os pedidos por auxílios pecuniários e concentrando suas reivindicações nas medidas de proteção contra a concorrência estrangeira. Entre 1903 e 1904, estes industrialistas envolveram-se em mais uma campanha por revisão tarifária, amplamente discutida nos jornais da época. No ano de 1904, os industriais fundaram no Rio de Janeiro, o Centro Industrial do Brasil (CIB), primeira entidade de classe da indústria organizada sem qualquer interferência governamental. No mesmo ano, João Luiz Alves criou um projeto de revisão tarifária propondo uma elevação

---

[87] Sustentavam-se que as indústrias naturais eram aquelas cujas matérias-primas eram produzidas internamente e que podiam sobreviver sem a ajuda do governo e as indústrias artificias, ao contrário, eram aquelas que usavam matérias-primas importadas.

[88] Nícia Vilela Luz. *A luta pela industrialização no Brasil*, op. cit., p. 124-125

dos direitos sobre os produtos agropecuários e sobre as matérias-primas similares às nacionais, mas o projeto sofreu inúmeras oposições e acabou arquivado no Congresso em 1907.

A partir de 1905, os antiindustrialistas começaram a ganhar força e avançar, acusando a indústria de causar o aumento do custo de vida no país e de gerar altos lucros para os industriais. A imprensa do Rio de Janeiro liderava uma violenta campanha contra a política protecionista, publicando artigos como este do Jornal do Comércio que dizia: " *O país não está preparado (...) para esse protecionismo com que se oprime; e as indústrias que se procura desenvolver já se vão desenhando – aos olhos do povo – como inimigas de sua economia; só prosperam produzindo* caro *o que poderíamos comprar* barato*!...* "[89].

A população urbana descontente e movida pela campanha anti-protecionista da imprensa, também passou a manifestar sua hostilidade contra as indústrias nacionais. Os agricultores, enquanto consumidores, reclamavam do aumento do custo de vida em função do protecionismo e, enquanto atividade produtora, reclamavam do desvio do capital público do campo para a atividade industrial. Contudo, o que realmente preocupavam os agricultores e os estimulavam a reagir contra a ofensiva protecionista era a preocupação que a industrialização agravasse o problema da falta de mão-de-obra. Lutavam ainda contra as medidas protecionistas, o comércio importador, para o qual a indústria significava o aumento da concorrência e um empecilho ao seu monopólio sobre o consumo interno, e o capital estrangeiro, para o qual o avanço da indústria nacional significaria aumento da acumulação interna de recursos, o que aumentaria a possibilidade de ruptura da dependência nacional ao capital estrangeiro.[90]

O acirramento das críticas contra a indústria abriu uma "fase defensiva" na luta industrialista, na qual a indústria buscava a manutenção das conquistas já efetuadas. Outras propostas de revisão tarifária, de cunho livre-cambista, foram remetidas ao Congresso em 1909-1910, 1913-1915 e 1919, mas não surtiram efeito. Assim, por mais de três décadas, a tarifa de 1900 ofereceu alguma proteção às indústrias.

De forma geral, a política tarifária durante todo o Império teve o intuito de atender as necessidades fiscais do Estado e muito raramente, as reformas tarifárias visavam atender as

---

[89] Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1907.

[90] Renato M. Perissinotto. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas: Ed. UNICAMP, 1994

necessidades protecionistas das indústrias. Por isso, a proteção às indústrias nacionais foi oscilante durante todo o século XIX. Todavia, em alguns momentos a política tarifária chegou a estimular o desenvolvimento industrial, como vimos anteriormente, e a atuação de alguns homens influentes, políticos, intelectuais e industriais, tiveram uma função muito importante neste cenário, pois, se ao longo de sua luta pela industrialização do país não foram fortes o bastante para exigir uma política industrial mais eficiente, pelo menos não se pode negar que eles foram os pivôs de um grande debate que se travou ao longo do século entre protecionista e liberalistas.

2.2 O pensamento de Amaro Cavalcanti sobre a intervenção do Estado na economia

Para Amaro Cavalcanti existe uma estreita coincidência entre os interesses do Estado e os interesses gerais dos indivíduos, pois *"o Estado nada mais é do que a* comunhão organizada *de todos os indivíduos"*[91], sendo assim, a prosperidade do Estado depende da prosperidade dos indivíduos e, portanto, a sua obrigação é garantir os meios para que os indivíduos prosperem. Assim, como a verdadeira garantia de progresso e do bem-estar de um povo se assenta sobre a base sólida da sua ordem econômica, a intervenção do Estado é legítima e importantíssima na ordem dos interesses econômicos. Desta forma, além da função indispensável do Estado de manter a ordem e a justiça da sociedade, cabe-lhe intervir para *"o desenvolvimento e bem-estar, intelectual, moral e material da nação, as quais aumentam com o progresso comum nacional"*. Neste sentido, concordava com a premissa de que a intervenção de modo auxiliar ou regulamentar era um fator indispensável ao progresso econômico e social do país.

Amaro Cavalcanti defendeu uma posição favorável a intervenção protecionista do Estado no Congresso Nacional em 1892, quando tentava convencer os parlamentares da necessidade da intervenção do governo na economia brasileira com o intuito de proteger a indústria nacional abalada com a crise do Encilhamento. Mais tarde, reafirmou sua posição em relação a intervenção do Estado, ao protecionismo e ao liberalismo em seu livro *Elementos de*

[91] A. Cavalcanti. *Elementos de Finanças: Estudo theorico-pratico.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p. 9

Finanças, publicado em 1896 e em artigo publicado no *Auxiliador da Indústria Nacional*, em 1903, sob o título *Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras*.

Amaro Cavalcanti procurava defender uma postura de crítica para com as teorias que defendiam fórmulas absolutas sobre o papel do Estado na economia. Na sua opinião, de um lado, o *sistema socialista*, caracterizado pela violenta intervenção das autoridades sobre a sociedade, errava, não por admitir a ação do Estado, mas por supor que este pudesse substituir o indivíduo, desprezando a iniciativa particular. De outro lado, errava o *sistema liberal* ao reduzir a quase nada o papel do Estado, fazendo tudo depender da iniciativa privada ou particular. Para ele, a característica mais expressiva do liberalismo, o *laissez faire, laissez passer*, era uma ilusão, pois jamais havia sido adotado por nação alguma, independentemente do seu *"grau de civilização, de progresso e de liberdade"*, o que se observava na prática era o Estado intervindo constantemente na economia, criando resultados muito prósperos, embora os economistas ortodoxos argumentassem ao contrário. Neste sentido, afirmava: *"a teoria da não intervenção absoluta apenas existe na concepção dos autores e nos livros em que ela se acha exposta.*[92]

Para Cavalcanti, havia verdades e exageros em ambos os lados, pois no seu entender:

> *"nem o Estado pode ser reduzido a um simples guarda da ordem pública (um* gendarme *ou* agente de polícia) *nem tão pouco, lhe cabe a atribuição de* verdadeira providência *dos múltiplos fins e interesses do povo e território, que o constituem.*
> *Não há dúvida que a segurança pública, isto é, a manutenção da paz e da justiça no interior e a defesa do país no exterior – são as duas funções,* absolutamente essenciais *ou* irredutíveis *do Estado; mas é desrazoado* [sic], *e até contra a experiência dos fatos, - pretender-se daí, que estas duas funções exclusivas lhe bastam, para o cabal desempenho do seu papel em um povo civilizado."*[93]

Sua teoria era de que toda a intervenção do Estado era legítima, desde que o objetivo precípuo fosse atender aos interesses gerais da sociedade. Sua função era manter a ordem e a justiça, mas também, ser um *"auxiliador poderoso do progresso e do bem estar*

---

[92] A. Cavalcanti. *Política e Finanças.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 319-321. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)

[93] A. Cavalcanti. *Elementos de Finanças,* op. cit., p. 40. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)

comum". Assim, deveria atuar de forma a tornar viáveis os meios necessários para que o progresso fosse alcançado, utilizando os meios que estivessem ao seu alcance, *"como auxiliar poderoso do progresso e do bem-estar comum que é, não pode ficar estranho ou indiferente ao emprego de meios concernentes, que as circunstâncias reclamem e se achem ao seu alcance."*[94]

Isto significa que considerava perfeitamente viável a intervenção direta do Estado nos assuntos de ordem econômica, criando leis para regulamentar contratos, interferindo na esfera comercial, investindo nas indústrias, criando instrumentos de crédito, moeda, tarifas, etc., desde que essa intervenção contribuísse para o progresso da sociedade.[95]

Todavia, Amaro Cavalcanti recomendava uma intervenção seletiva do Estado, ou seja, que variasse de acordo com as necessidades internas. Sendo assim, reconhecia no sistema positivista[96] a melhor e a mais aceitável proposta de orientação para a intervenção do Estado na economia, pois esse sistema, no seu entender, não admitia uma fórmula rígida para a ação do Estado, ao contrário, reconhecia que a ação deste deveria ser orientada pelo estado econômico da nação. O positivismo, dizia ele:

> *"Reconhece que (...) a ação do Estado deve variar com as circunstâncias, ser maior ou menor, mais constante ou menos freqüente, segundo as condições de aptidão ou de eficácia da iniciativa particular, respectivamente. Mas sustenta, de inteiro acordo com as lições da história, que a intervenção do Estado, de modo auxiliar ou* supletivo *e* regulamentar, *tem sido fator indispensável ao progresso social e bem-estar comum de todos os povos"*[97]

Desta forma, as circunstâncias internas de cada país é que deveriam definir o nível de intervenção do Estado na economia. Em países pobres como o Brasil, de estrutura

---

[94] A. Cavalcanti. *Política e Finanças.* op. cit., p. 317. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)

[95] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 316. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)

[96] O positivismo foi uma escola do pensamento sociológico fundado por Auguste Comte por volta de 1830, em reação ao socialismo abstrato da escola clássica, cuja teoria procurava explicar alguns princípios do homem e da sociedade através do cientificismo, isto é, à luz das ciências naturais. O positivismo começou a influir no pensamento brasileiro por volta de 1870, coincidindo com os primeiros sinais de decadência do regime imperial, representando a reação de uma nova classe de intelectuais que se formam nas faculdades influenciados pelas novas idéias. Sobre o positivismo no Brasil ver João Cruz Costa. *Contribuição a história das idéias no Brasil,* Rio de Janeiro, 1967 e João Cruz Costa. *Augusto Comte e as origens do positivismo.* São Paulo, 1959.

[97] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 321. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)

econômica primária, a intervenção direta do Estado era mais do que justificada, era a única alternativa para o desenvolvimento e diversificação de suas economias.

> *"o limite das atribuições do Estado tem de ser fixado, não em vista da teoria ou dos princípios abstratos somente, mas, sobretudo, em vista das suas condições peculiares: - em um país, por ventura,* intelectual e economicamente, *assaz desenvolvido, o poder público deverá abster-se de auxiliar certas instituições ou empresas, embora de geral interesse, as quais, em situação diferente, podia ou devia auxiliar, para que a coletividade não sofresse os prejuízos ou o mal-estar, que a carência das mesmas teria de acarretar."*

Entretanto, esta não era a opinião dominante, tendo em vista que para os setores agro-exportadores era muito conveniente opor-se a intervenção do Estado, defendendo os princípios do liberalismo, pelo menos enquanto estes atendessem aos seus interesses. Estes criticavam a intervenção protecionista do Estado, pois consideram que o protecionismo era o responsável pelo aumento dos preços e conseqüente aumento do custo de vida dos consumidores, além de ser uma medida injusta que favorecia a uns poucos, em detrimento da população. Defendiam abertamente o liberalismo econômico, como mostra este discurso de um representante da lavoura, na Câmara dos Deputados em 1887:

> *"O verdadeiro fomento da indústria está na própria indústria, na iniciativa do cidadão, na liberdade individual que a cada um deve ser deixada, na restrição das despesas públicas de modo que se exija o menor sacrifício possível ao cidadão, a fim de que lhe restem recursos de que possa usar como entender."*[98]

O comércio importador, embora um pouco mais discreto, não atacava diretamente o protecionismo, mas atuava indiretamente, chamando a atenção da opinião pública com o argumento de que as taxas protetoras encareceriam os produtos de consumo.

---

[98] Annaes do Paralmento. Câmara dos Srs. Deputados. Segunda Sessão da Vigésima Legislatura. Sessão de 1887. Rio de Janeiro, 1887. IV, p. 571-572.

2.3 Críticas ao liberalismo e defesa ao protecionismo

Amaro Cavalcanti rebatia as críticas daqueles que defendiam o liberalismo dizendo que nem mesmo os defensores mais ortodoxos do liberalismo comercial, como Adam Smith e Stuart Mill, negavam que a ação auxiliar do Estado era justificada em certas circunstâncias, principalmente, dizia: *"quando se trata de indústrias, de melhoramentos ou serviços de inteira utilidade pública ou comum, para a fundação ou desenvolvimento dos quais não bastam a iniciativa privada e os recursos individuais, ou que daí não possam advir interesse satisfatório para o trabalho e esforço dos particulares;"* O dever do Estado nestes casos era subvencionar ou auxiliar, com o objetivo de *fomentar o seu progresso.*

Adam Smith, segundo Cavalcanti, deixou claras algumas exceções dentro dos princípios do liberalismo:

> *"Há dois casos nos quais seria geralmente vantajoso estabelecer algum encargo sobre a indústria estrangeira, para o fim de encorajar a indústria nacional. O primeiro é, quando uma espécie de indústria particular é necessária à defesa do país. (...) O segundo, no qual será vantajoso em geral – lançar algum tributo sobre a indústria estrangeira para encorajar a indústria nacional, é quando o produto d'esta está carregado com algum imposto interno. Neste caso, parece razoável estabelecer um imposto equivalente sobre o produto da mesma espécie, que vem fabricado do estrangeiro"*[99]

Lembrando J. Stuart Mill, também reconhecido defensor da liberdade nas relações externas, Amaro Cavalcanti dizia que ele também admitia a existência de algumas exceções em dadas circunstâncias, como confirma estas suas palavras:

> *"O único, em que os direitos protetores podem ser sustentados segundo os princípios da Economia Política, é quando são estabelecidas temporariamente, sobre tudo, num* país novo em crescimento, *na esperança de neutralizar uma indústria estrangeira que convém, por si mesma, às condições em que o país se acha."*

Ainda, acrescenta Mill:

---

[99] Citação de Adam Smith do livro *Richesse des Nations,* trad. A. Blanqui, livro IV, transcrita por Amaro Cavalcanti em artigo publicado em 1903. (A. Cavalcanti. "Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras", in: *O Auxiliador da Indústria Nacional.* Jan/Jun, 1903, p. 8-9

> *"muitas vezes, a superioridade de um país sobre o outro, em dado ramo da indústria, vem simplesmente do fato de o primeiro haver começado mais cedo. Pode-se suceder, que não exista vantagem alguma natural de um lado, nem desvantagem do outro; mas, tão somente, uma superioridade ocasional de habilidade e experiência."*[100]

Em defesa do protecionismo contra aqueles que o acusavam de ser de um sistema *inimigo da liberdade,* Amaro Cavalcanti dizia que a proteção não significava proibição, nem muito menos negação da liberdade, trata-se simplesmente de *" restrições da liberdade em determinados objetos e em dadas circunstâncias (...) que o país vê-se na necessidade de estabelecer nas suas relações do comércio externo, antes de poder entregar-se, de todo ou na sua maior parte, às práticas, aliás, mais fáceis e cômodas do livre-câmbio".*[101] Segundo ele, o protecionismo, longe de ser um inimigo da liberdade, é antes de tudo:

> *"... uma condição preliminar de melhor aplicação dela; ele não aspira* exclusivismo *de ação, nem mesmo a estar, de maneira permanente na vida econômica de um povo.*
> *Simples instrumento temporário de defesa dos interesses do país, ele sente-se bem, e funciona satisfeito, ao lado do* livre-câmbio, *partilhando com ele e, em regra, contentando-se com o menor quinhão, - as relações e vantagens do comércio exterior.*
> *O protecionismo não é, de forma alguma, a* proibição, *ao contrário, pressupondo e querendo a concorrência estranha, ele procura apenas auxiliar, melhorar, robustecer os elementos e forças da indústria nacional, afim de que tenha ela, sempre e de modo abundante, o que possa oferecer, em permuta do que recebe da produção estrangeira.*[102]

Isto mostra que Amaro Cavalcanti não era absolutamente contrário ao livre-câmbio, mas considerava que ele ainda não era o melhor sistema a ser adotado pelo Brasil, pelo menos enquanto as forças produtivas não estivessem suficientemente desenvolvidas para enfrentar a concorrência estrangeira.

Normalmente se alegava que a grande vantagem do livre-câmbio é que ele abria as portas do comércio estrangeiro, provendo o mercado interno com maior abundância de

---

[100] Citação de J. Stuar Mill do livro *Pincipes d'Economique Politique*, trad. C. Seneuil, Paris, 1861, transcrita por Amaro Cavalcanti no artigo "Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras", op. cit., p. 10-11.
[101] A. Cavalcanti. "Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras", op. cit., p. 19
[102] Ibidem, p. 17

produtos com maior facilidade e menor custo, garantindo, portanto, maior bem estar aos consumidores; enquanto o protecionismo apresenta a desvantagem de privar os consumidores desses benefícios, para garantir a alguns produtores a venda de seus produtos a preço alto. Todavia, para Amaro Cavalcanti havia exageros nas duas afirmações, primeiro porque o livre câmbio não apresenta só vantagens, ele também tem desvantagens e, segundo, porque nem sempre as indústrias protegidas oferecem produtos com o preço alto.

As desvantagens do livre-câmbio para um país de indústrias incipientes e ainda não aparelhadas, segundo Amaro Cavalcanti, seriam estas:

> *"a) a falta de trabalho útil para a parte da população empregada nas indústrias indígenas;*
> *b) o aniquilamento do capital de ditas indústrias, ora arruinadas;*
> *c) a redução dos meios de subsistência para a população e, por isso a incapacidade desta, ou a menos de uma porção da mesma, para tirar partido da barateza de consumo, prometida pelo* livre-câmbio;
> *d) o transtorno,* direto *ou* reflexo, *das condições econômicas, que os fatos enumerados deverão ocasionar para o país em geral e, em particular, para o comércio interessado, ou antes, alimentado, como é, dos frutos da produção nacional"*[103]

A questão que Amaro Cavalcanti colocava era esta: a vantagem do livre-câmbio de servir a população com produtos mais baratos e em abundância compensaria os males apontados?

Para ele, evidentemente, a resposta era não, e buscava em Friedrich List essa confirmação. List, ao fazer uma comparação entre *os valores (preços) dos produtos* e as *forças produtoras da nação*, disse: *"o comércio externo de uma nação não deve ser apreciado, como o do indivíduo, segundo a teoria exclusiva dos valores, isto é, em vista do lucro material do momento; a nação deve encarar, ao mesmo tempo, o conjunto de relações, das quais dependem a existência e prosperidade nacionais no presente e no futuro."*[104]

Em outras palavras, para Amaro Cavalcanti, os sacrifícios que os direitos protecionistas impunham ao consumidor, devido ao aumento dos preços dos bens de consumo, seriam compensados no futuro pelo desenvolvimento industrial, que certamente produziria tais

---

[103] A. Cavalcanti. "Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras", op. cit., p. 20
[104] G. Friedrich List em Nationales Sys*tem der Politischen Oekonomie,* 1882, citado por Amaro Cavalcanti no texto: "Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras", op. cit., p. 21

produtos por um preço mais baixo do que os importados. Assim dizia: *"Portanto, se os direitos protetores acarretam um sacrifício de* valores, *esse sacrifício é compensado pela aquisição de* forças produtivas; *e estas, não somente asseguram à nação uma soma assaz superior de riquezas materiais no futuro, mas ainda, a sua independência industrial em caso de guerra."*[105]

Assim como List, Amaro Cavalcanti também defendia um protecionismo moderado e somente temporariamente; a proteção aduaneira, dizia *"deve ser* moderada, *não indo além da que for* necessária, *para que o produto indígena se ponha em pé de concorrer com o produto estrangeiro similar"*, por outro lado, faz questão de frisar que a proteção deveria ser igual para todos, para que não ocorresse monopólio sobre determinada produção, o que asseguraria uma concorrência interna que garantiria preços mais razoáveis. Além disso, a proteção deveria ser temporária, ou seja, ela deveria existir enquanto as circunstâncias internas exigissem, depois, com a indústria desenvolvida e o crescimento da prosperidade do país, advinda da produção industrial, o país poderia *"entregar-se ao mercado externo"*.[106]

2.4 O papel do Estado no desenvolvimento industrial do Brasil

Para Amaro Cavalcanti, sendo o Estado um promotor do progresso nacional, era perfeitamente justificável que interviesse para o desenvolvimento industrial do país, não apenas iniciando novas indústrias indispensáveis à atividade econômica, mas amparando aquelas que se encontrassem em dificuldades e promovendo o desenvolvimento da infra-estrutura necessária para sustentar o seu desenvolvimento.

As suas reivindicações pela intervenção do governo em apoio geral à indústria incluíam: investimentos diretos em novas indústrias indispensáveis à atividade econômica, amparo às indústrias existentes através de uma política tarifária adequada e medidas de apoio creditício e monetário, com garantias de juros, subvenções, adiantamentos e empréstimos.

---

[105] A. Cavalcanti. "Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras", op. cit., p. 21-22
[106] Ibidem, p. 20 e 22.

2.4.1 Considerações sobre a política tarifária brasileira

A questão tarifária no Brasil, enquanto instrumento de proteção industrial, sempre foi um "pomo de discórdia", que envolvia um jogo de interesses entre industriais, Estado, comerciantes importadores e cafeicultores. Aos industriais interessavam uma elevada tarifa aduaneira que os protegesse contra a concorrência estrangeira dos manufaturados importados; ao Estado interessava as tarifas elevadas por motivos fiscais, no início da República cerca de dois terços da receita governamental provinha dos impostos aduaneiros; aos comerciantes e cafeicultores interessavam os baixos índices tarifários, aos comerciantes porque tornavam os produtos importados mais baratos e facilitava seu monopólio sobre o mercado interno e, aos cafeicultores, porque a tarifa elevada aumentava os custos dos bens de consumo e equipamentos usados na lavoura e porque temiam represálias dos países compradores de café, insatisfeitos com as tarifas brasileiras. E ainda existiam as pressões vindas do estrangeiro, contra as reformas tarifária. Humberto Bastos cita um exemplo bastante significativo dessa pressão estrangeira, trata-se de um artigo do jornal *Times* de 4 de agosto de 1904, quando discutia-se a reforma tarifária de João Luiz Alves, que não foi aprovada. Dizia o jornal:

> *"Em vista da adoção pela Câmara em primeira discussão do projeto relativamente a uma elevação proibitiva das tarifas aduaneiras, sem consulta da Comissão de Orçamento, os representantes diplomáticos da Grã-Bretanha, Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Estados Unidos, França e Itália, coletivamente, exprimiram a esperança de que o Governo use de sua influência sobre o Congresso, para manter as velhas tarifas."*[107]

Pelo menos até a década de 1930, a questão tarifária no Brasil esteve envolvida num jogo de interesses que motivaram intensas disputas em torno de cada reforma tarifária realizada ao longo do Império e da Primeira República. Dada a impossibilidade de conciliar tantos interesses antagônicos, a política tarifária brasileira oscilou durante todo o período entre os interesses protecionistas e livre-cambistas, não agradando nem a um nem a outro.

Embora a maioria das tarifas aduaneiras de caráter mais protecionista tivessem sido adotadas com interesses puramente fiscais, não se pode negar que muitas delas tiveram um grande efeito protecionista e que por trás de cada revisão tarifária estiveram sempre um

---

[107] Humberto Bastos. *O pensamento industrial no Brasil,* op. cit., p. 79.

grupo de industrialistas fazendo campanha por uma maior proteção, a despeito dos ataques livre-cambistas.

Na sua luta pela industrialização, Amaro Cavalcanti, assim como Felício dos Santos, um dos maiores líderes do nosso industrialismo na década de 1880, não defendia nenhum sistema protecionista preestabelecido. Em seus discursos dizia que o mais importante era a existência do auxílio por parte do Estado, e que as circunstâncias determinariam quais os melhores mecanismo que deveriam ser acionados para auxiliar as indústrias. Segundo suas palavras:

> *"o modo é um* expediente de ocasião, *ele não pode ser fixado,* a priori, *para os casos diversos e imprevistos; são as circunstâncias econômicas do país, as condições e as necessidades especiais de cada indústria, que deverão decidir da sua preferência, da sua escolha e da sua eficácia. O que, porém, importa, é armar o Poder Executor dos recursos legais."*[108]

O importante era que o sistema protecionista atingisse seu objetivo, qual seja:

> *"1) dotar o país de indústrias necessárias ou lucrativas, que d'outra sorte seriam sufocadas logo ao* nascer*;*
> *2) assegurar, por esse modo, trabalho e bem-estar à população operária do país;*
> *3) tornar-se este independente do* estrangeiro, *dispensando-se de comprar-lhe produtos, a respeito dos quais, é de supor, aquele acabara por adquirir o monopólio, depois de haver arruinado a indústria nacional."*[109]

Todavia, Amaro Cavalcanti tecia muitas críticas ao sistema tarifário brasileiro. Para ele, o seu grande problema era que não representava nenhum sistema definido, nem era liberal, nem era protecionista, em geral era elaborado com interesses fiscais para preencher o déficit do Tesouro. Em assunto de tarifas aduaneiras, dizia, *"estamos nas mesmas condições do tempo do Império"*.[110]

Para Cavalcanti, até então, nenhuma política tarifária realmente séria havia sido elaborada ao longo do século XIX e era isso que ele reivindicava. Não defendia nenhum protecionismo inconseqüente, para ele, o nível de proteção tarifária era de extrema

---

[108] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 345-346 (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)
[109] A. Cavalcanti. *Elementos de Finanças,* op. cit., p. 220-221
[110] A. Cavalcanti. "Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras", op. cit., p. 36

importância e, portanto, antes de se realizar qualquer reforma, deveria se analisar uma série de fatores, balanceando os efeitos favoráveis e os prejudiciais. A definição de um sistema tarifário exigia assim, um estudo paciente *"com toda imparcialidade, com todos os dados estatísticos e outros elementos de informações e comparações, colhidos no país e no estrangeiro, de modo que se lhe pudesse dar sem eufemismo, o qualitativo de 'boa tarifa'."*[111]

No seu entender, era preciso, antes de se proceder a reforma das tarifas aduaneiras, analisar os seguintes fatores: qual a importância da renda aduaneira para o Estado; se o Tesouro pode dispensar semelhante renda ou se pode contar com a elevação de outros impostos internos ou criar outras fontes de renda; definir quais as indústrias precisam, de fato, serem protegidas; qual a qualidade e a quantidade de produção destas industrias que pedem auxílio; se elas tem condições (capital, trabalho e matérias-primas) para suprir o mercado interno, com o retraimento das importações dos produtos similares; qual o custo dos produtos nacionais que chegam ao mercado; qual o nível tarifário que seria suficiente para proteger estas indústrias e que tipos de matérias-primas deveriam ser isentas ou taxadas levemente.[112]

Estas afirmações demonstram claramente, que Amaro Cavalcanti era bastante seletivo em se tratando de política tarifária. Ressaltava que em primeiro lugar, devia se avaliar as "necessidades do Tesouro", para depois *"dar a proteção aduaneira, já como elemento de fomento às indústrias nacionais* no caso de bem merecê-la*"*

Por outro lado, para enfatizar a sua crítica à ausência de uma política tarifária definida, Amaro Cavalcanti procurava deixar bastante claro, que dar proteção temporária e seletiva, não significava que ela poderia ser alterada ou extinguida ao *bel-prazer,* sendo assim, chamava a atenção dizendo:

> *"Dar hoje proteção aduaneira à certa indústria e, amanhã, diminuí-la, retirá-la mesmo, antes da possibilidade de alcançar o efeito desejado, - sem o devido critério, ou pela simples razão de desagravar o imposto, - como já se tem feito entre nós; - é erro condenável, prejudicialíssimo, sobretudo, ao capital, cujo emprego em tal e tal indústria denota sempre fé na ordem das coisas."*[113]

---

[111] A. Cavalcanti. "Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras", op. cit., p. 36
[112] Ibidem, p. 37
[113] Ibidem, p. 39

Embora concordasse que a proteção só deveria ser estendida às indústrias que realmente a merecessem, Amaro Cavalcanti não concordava com a teoria que se desenvolve na última metade da década de 1890 sobre *indústrias naturais* e *indústrias artificiais.*

Segundo os critérios desenvolvidos pelos livre-cambistas, especialmente por Joaquim Murtinho, o grande divulgador do conceito de *indústria artificial,* contra a qual moveu violenta campanha, as indústrias naturais eram aquelas que podiam se desenvolver sem qualquer proteção governamental, bastando que para isso que tivessem certas condições como: capital e mão-de-obra suficientes e transporte adequado, e as indústrias artificias eram aquelas que utilizavam matérias-primas importadas e que não podiam dispensar a proteção do Estado. Sendo assim, afirmavam que o Estado deveria incentivar o desenvolvimento industrial somente das primeiras, ou seja, daquelas que utilizavam matérias-primas que o país pudesse fornecer.[114]

Para Amaro Cavalcanti, esta idéia era inaceitável e sobre isso pronunciou-se num artigo de 1903, dizendo:

> *"Ele* [o critério definido pelos livre-cambistas] *pressupõe o Universo dividido em países, cada um deles com certas aptidões naturais e exclusivas, nos homens e nas coisas, e de tal modo ajustadas no tempo e no espaço, - que a prosperidade de cada povo se faria sem outra condição, que não fosse a simples aplicação do seu capital e trabalho ao desenvolvimento das suas indústrias naturais.*
> *Uma primeira dificuldade surge, porém, desde logo: a de saber, qual seja a indústria, verdadeiramente natural, de um país, - capaz dos resultados prometidos."*[115]

A primeira dificuldade em se adotar este critério, segundo Cavalcanti, é saber quais são as indústrias verdadeiramente naturais de um país, um segundo problema advém do fato de que, tais indústrias naturais, não são, na maioria das vezes, exclusivas a um só país. Neste caso, teríamos o seguinte problema:

> *"Suponham-se dois Estados limítrofes nessas condições naturais de identidade ou quase identidade, - um tendo começado mais cedo e se achando já com sua indústria* natural *em situação próspera e largamente desenvolvida, e outro, ao contrário, por ter começado mais tarde ou por acidente diverso, se achando apenas com a sua indústria em estado incipiente...*

[114] Nícia Vilela Luz. *A luta pela industrialização no Brasil*, op. cit., p. 84-85
[115] A. Cavalcanti. "Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras", op. cit., p. 12

Naturalmente, dada inteira liberdade de concorrência, o primeiro desses países invadirá os mercados do segundo e, pela sua superioridade de condições produtoras e de experiência, não tardará em assenhorear-se dos referidos mercados, isto é, - levará a indústria incipiente do segundo Estado à completa ruína e desaparecimento. E como, agora, remediar a sorte desgraçada do último, continuando ele no mesmo regime de livre-câmbio?"[116]

Segundo Cavalcanti, este mal, perfeitamente possível de ocorrer, principalmente no caso de um país novo como o Brasil, é a prova clara da fragilidade da teoria dos livre cambistas, *"além de um desmentido formal à sua afirmativa categórica, de que as indústrias naturais são* sempre capazes *de fazer a prosperidade do país, dispensada toda e qualquer proteção oficial"*[117]

Para Amaro Cavalcanti a tese sobre a indústrias naturais só seria totalmente verdadeira se *"as aptidões e elementos naturais dos diferentes países se achassem por tal modo repartidos"*, de forma que um país produzisse aquilo que o outro necessitasse e não pudesse produzir por si mesmo.

Como Amaro Cavalcanti, Serzedelo Correa também procura deixar bem claro a sua aversão à idéia de indústria natural. Para ele também não havia distinção: "A indústria é sempre resultado do trabalho humano e é pelo trabalho que o homem consegue dar a todos os objetos a utilidade, isto é – a qualidade abstrata que os torna aptos à satisfação de nossas necessidades, e que os transforma em riqueza. Indústria natural é, pois, uma contra-censo"[118]

2.4.2 O Estado explorando indústrias

Com relação a intervenção direta do Estado nas explorações industriais, Amaro Cavalcanti era solidário com a teoria liberal de Adam Smith e Stuart Mill, que admitia uma intervenção direta do Estado em áreas ou setores essenciais em que a iniciativa privada não quisesse ou não pudesse investir. Assim afirmava Amaro Cavalcanti: o Estado *"não só pode, como até deve, tomar a si a exploração de certas indústrias, já no interesse imediato do serviço público e já no pensamento de desenvolvê-las no país, quando as forças individuais se*

---

[116] A. Cavalcanti. "Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras", op. cit., p. 12-13
[117] Ibidem, p. 13
[118] Serzedelo Correa. *O problema econômica no Brasil.* Rio de Janeiro, 1903, p. 153-154.

mostrarem insuficientes ou incapazes de bem fazê-las."[119]

Todavia, as explorações industriais estatais deveriam obedecer a duas condições básicas:

a) que as indústrias exploradas fossem de interesse geral para a coletividade e para o progresso do país e,

b) que não se prejudicasse os interesses da iniciativa privada.

Isto significava, em primeiro lugar, que a exploração industrial pelo Estado só deveria ocorrer caso trouxesse algum benefício para a sociedade. Segundo Amaro Cavalcanti, geralmente, as razões que levavam o Estado à exploração industrial eram de três ordens: 1) o intuito de receber renda; 2) a necessidade de garantir certos serviços especiais para a sociedade; e 3) a idéia de concorrer para o progresso real e prosperidade da nação. Em defesa da industrialização do Brasil, Cavalcanti considerava as três razões, ou seja, o desenvolvimento de uma indústria poderia servir não apenas para atender as necessidades da sociedade, como para promover o progresso real da nação e ainda resultar em receitas para o Tesouro.

Segundo Amaro Cavalcanti não existiam no Brasil explorações industriais por parte do Governo com o intuito exclusivo de um rendimento fiscal. As empresas exploradas pelo governo pela segunda razão (serviços essenciais) eram: com monopólio - a Casa da Moeda; a fabricação da pólvora; o Correio Geral da República; a impressão da leis, decretos, etc.; concessão de penas d'água (na Capital Federal); e sem monopólio - a Imprensa Nacional; o Telégrafo Federal; os estabelecimentos federais de instrução; os Artesanatos de Marinha e Guerra; a Casa de Correção da Capital Federal; e, a Assistência dos Alienados. As empresa exploradas pela terceira razão eram: sem monopólio: a fabricação de ferro de Ipanema e as estradas de ferro da União. [120]

Em segundo lugar, Cavalcanti defendia a exploração industrial pelo Estado, especialmente naqueles ramos onde a iniciativa não pudesse ou não tivesse interesse em investir, ou ainda, em algum ramo estratégico. Sobre isso dizia:

---

[119] A. Cavalcanti. *Elementos de Finanças,* op. cit., p.132

[120] Ibidem, p.130-131

"não lhe incumbindo o papel de criar a riqueza diretamente, em regra, ele só devia praticar aquelas indústrias, que, embora reconhecidamente indispensáveis ao país, deixassem, todavia de existir pela insuficiência dos recursos individuais. Além destas, em tais circunstâncias, outras há, que, o Estado pode ou deve mesmo exercê-las: são aquelas do interesse imediato de alguns ramos do público serviço, como por exemplo: a fabricação de moeda, a de instrumentos militares, ou de certas espécies de material bélico, como a pólvora, etc; assim como, razões manifesta de ordem, de garantia e de fiscalização lhe dão preferencia para o serviço do Correio, e dos Telégrafos, e não falta quem pense, que assim deveria também ser, a respeito das estradas de ferro em geral." [121]

Sendo assim, ação do Estado nas explorações industriais deveria ser auxiliar ou supletiva:

"quando se trata de indústrias, de melhoramentos ou serviços de inteira utilidade pública ou comum, para a fundação ou desenvolvimento dos quais não bastam a iniciativa e os recursos individuais, ou que daí não possam advir interesse satisfatório para o trabalho e esforço dos particulares; o Estado deve empreendê-los, ou ao menos, subvencionar *e* auxiliar *a sua realização, e fomentar o seu progresso"*[122]

Por outro lado, Amaro Cavalcanti ressaltava que a participação do Estado nas explorações industriais deveria ser apenas circunstancial, para atender as necessidades prementes da economia, no momento oportuno as empresas administradas pelo Estado deveriam passar para as mãos da iniciativa privada. Assim sendo, dizia:

"as indústrias ou serviços que um Estado pode ou deve iniciar e exercer no seio de uma nação nova e desprovida de instrução, de saber profissional, ou de capitais disponíveis, não devem, só por isso, ser continuadas indefinidamente *por conta dos cofres públicos, apesar de já terem mudado as circunstâncias da economia nacional."* [123]

Amaro Cavalcanti achava que o Estado poderia intervir diretamente sem ter que ser o comerciante, o industrial ou o banqueiro, em suas palavras: *"sem ser o empresário de*

---

[121] A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1890, p. 12

[122] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 322. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)

[123] Na sua opinião o governo já deveria ter aberto mão de muitas empresas que estavam sob seu poder, como: as estradas de ferro e os estabelecimentos oficiais de ensino superior. A. Cavalcanti. *Elementos de Finanças*, op. cit., p. 134

fábricas e oficinas (como pretendem os socialistas) em concorrência prejudicial aos interesses dos particulares", pois seu fim não era e nem poderia ser o lucro, mas, as vantagens que geraria para a sociedade.[124] Além disso, Cavalcanti não considerava o Estado um bom administrador, por isso defendia que sua ação deveria ser apenas auxiliadora, iniciando novas indústrias e criando novas atividades, sem desejar mantê-las indefinidamente sob sua direção.

Além de defender a participação direta do Estado nas explorações industriais, Cavalcanti atribuía ao Estado a tarefa de proteger, se necessário fosse, determinadas indústrias que se encontrassem em dificuldades, e esta proteção não deveria limitar-se às tarifas alfandegárias, mas consistir também de adiantamentos ou empréstimos, feitos pelo próprio Estado e emissões fiduciárias. Todavia, esta proteção deveria variar *"conforme a fase industrial do país, segundo as circunstâncias do momento, e de acordo com os meios ou recursos que dispõe o Estado"*.[125]

Enfim, o Estado poderia usar de todos os meios que dispunha para auxiliar e promover o desenvolvimento industrial do país, mesmo que à princípio isto significasse prejuízo aos cofres públicos, pois o desenvolvimento industrial e o retorno que a industrialização traria para a sociedade, quando ela já estivesse plenamente estabelecida, compensaria todos os "sacrifícios" iniciais, ou seja, os fins justificariam os meios.

2.5 A defesa da indústria no Congresso Nacional

Amaro Cavalcanti destacou-se por sua defesa à indústria brasileira durante a década de 1890, período em que a indústria passou pelo auge da expansão nos primeiros anos da República e logo a seguir teve que enfrentar a crise econômica que assolou a economia a partir de 1891, e a oposição industrialista que acirrou suas críticas sobre a indústria nacional. Neste momento, a atuação de Amaro Cavalcanti na defesa de uma política protecionista para as indústrias existentes tornou-se bastante intensa, representando um dos pontos culminantes das reivindicações do movimento industrialista. Sua atuação no Congresso tomando parte nas discussões sobre a proteção tarifária e a ajuda financeira às indústrias atingidas pela crise do

---

[124] A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, op. cit., p.12

[125] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 324. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho

Encilhamento, foi bastante intensa, discutindo em alto nível com a bancada anti-protecionista, propondo projetos e sustentando apoio incondicional aos demais projetos de auxílio governamental às indústrias, enfim, defendendo uma ação imediata do governo para salvá-las da crise em que se encontravam. Como já descrevemos, estavam em dificuldade, especialmente aquelas indústrias que haviam encomendado máquinas e equipamentos na época do câmbio alto em 1888/89 e com a depreciação cambial de 1892, viram-se em dificuldades para pagar suas dívidas e recorriam ao governo para socorrê-las.

O pensamento predominante naquele momento acusava as indústrias de serem as grandes responsáveis pela especulação desenfreada que levou a economia à crise do Encilhamento. Além disso, a incapacidade da indústria nacional de abastecer o mercado interno e os privilégios concedidos a alguns industriais, começaram a criar um clima de hostilidade contra as indústrias existentes. Criticava-se o caráter especulativo da industrialização brasileira, o enriquecimento dos industriais às custas do consumidor e das finanças públicas e o aumento do custo de vida. Estas críticas partiam das classes agrícolas e do comércio importador, aos quais interessavam diretamente a redução da tarifa alfandegária. Nos jornais, freqüentemente saíam artigos criticando a situação das indústrias, o que de certa forma acabava influenciando a opinião pública contra as indústrias existentes. Um exemplo é este artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em julho de 1892 que comentava em tom de ironia:

> *"A história dos auxílios às indústrias é osso que o governo traz atravessado na garganta. De uma parte (das empresas) um clamor imenso: estamos em apuros mas nós jogamos na bolsa, simplesmente nos enchemos imprudentemente de encomendas para a montagem de mil indústrias e mandamos vir máquinas e máquinas e máquinas e agora não sabemos que fazer de tanto ferro arriscando a ser vendido a peso, porque não dispomos de dinheiro para aproveitá-lo em fábricas... Socorrei-nos com um emprestimozinho de apólice... Socorrei-nos! Vede que somos a indústria nascente!"*[126]

Assim como as críticas às indústrias se avolumaram, cresceram também as resistências contra a adoção de uma política de auxílio por parte do governo para as indústrias,

---

de 1892)

[126] Jornal O Estado de São Paulo, 01 de julho de 1892.

exigindo um grande esforço de iniciativa por parte dos industrialistas para alcançar algum benefício por parte do Estado. Os principais argumentos contra a proteção eram os seguintes:

1. a ajuda às indústrias significava um desperdício de dinheiro público com empresas arruinadas pelo jogo da bolsa e com novas empresas mal administradas, que nem bem haviam se formado e já enfrentavam falta de fundos para pagamento de sua instalação;
2. os auxílios do governo às indústrias tenderiam a baixar o câmbio externo;
3. a adoção de medidas protecionistas poderia não agradar ao mercado europeu;
4. os auxílios constituíam-se um obstáculo à imigração e à entrada de capitais.

Para defender a indústria contra os ataques e convencer os parlamentares da importância de se proteger a indústria nacional, Cavalcanti discursava no Congresso rebatendo um a um os argumentos e as críticas da bancada anti-protecionista.

Para Amaro Cavalcanti estava muito claro que, em primeiro lugar, não foram as indústrias que criaram a situação precária em que se encontravam e sim a *falta de confiança e a má administração governamental* que teriam conduzido a economia à crise que gerou a depressão da moeda, o abatimento do crédito, a desvalorização dos títulos e o desaparecimento quase que completo do capital monetário circulante. Em segundo lugar, Cavalcanti chamava a atenção para o fato de que a crise que atingiu a economia não distinguiu as boas e más empresas, a ruína das companhias e empresas foi geral. Assim sendo, dizia:

> *"Tamanho desastre econômico-financeiro ocorrido nos primeiros dias da República, tornara-se, não há de negar, o precursor, senão o causador, ao menos em parte, dos muitos outros males da mesma espécie que posteriormente nos sobrevieram; porque ele não só destruiu o que recentemente se havia procurado criar ou realizar nesse sentido, mas também não pequena porção da nossa economia comum, que já existia feita nos anos anteriores."*[127]

Amaro Cavalcanti levava em consideração que a maioria das indústrias atingidas pela crise eram recém-criadas e ainda não haviam alcançado seu pleno desenvolvimento. Muitas delas ainda pagavam suas dívidas com a importação de máquinas e equipamentos para

[127] A. Cavalcanti. A vida econômica e financeira do Brasil, (1914) in: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1920, vol. XXXVIII, p.24

a instalação de suas fábricas, tornando-se extremamente vulneráveis as desvalorizações cambiais que se sucederam naquele momento. Os recursos para a manutenção dos compromissos firmados antes das desvalorizações tornaram-se insuficientes e as empresas nem podiam contar com o capital de terceiros que estavam escassos por causa da própria crise. A única alternativa para estas empresas continuarem seu processo de desenvolvimento era recorrer à ajuda financeira do Estado. Sobre isso discursava Cavalcanti no Congresso em 1892: *"sabe o Senado, que cálculos feitos para a compra de materiais, digamos ao câmbio de 26 dinheiros, como muitas adotaram, não podia deixar de falhar pela base, baixando o câmbio a 11 e 10 dinheiros!"*[128], ou seja, com a desvalorização do câmbio as empresas necessitavam de mais divisas para quitar suas dívidas no exterior.[129] Sendo assim, a falta de recursos derivava da política econômica adotada pelo governo e não da má conduta destas empresas.

Desta forma, considerando o governo como o responsável pelo mal, caberia a ele a responsabilidade de auxiliar no emprego do remédio que as indústrias necessitavam. Neste sentido, dizia:

> *"Não foram, senhores, as novas indústrias que criaram tão desastrada situação; ao contrário, são vítimas expiatórias de alheios erros, cuja maior imputação deve em justiça recair sobre o governo. E si o governo é, sabidamente, o maior responsável do mal, ele está moralmente obrigado a auxiliar no emprego do remédio que as circunstâncias indicam e reclamam."* [130]

Amaro Cavalcanti procurava enfatizar que os auxílios pecuniários às industrias, não representavam, de forma alguma, desperdício de dinheiro público com empresas arruinadas, como muitos afirmavam, pois seu objetivo era salvar o quanto se podia as *boas* indústrias, aquelas comprovadamente dignas de receberem o auxílio, que pelo emprego do seu

---

[128] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit.,, p. 339. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)

[129] Quando as empresas iniciaram seus investimentos industriais em 1888 e 1889, a taxa média do câmbio girava em torno de 26 *pence* por mil-réis, com a desvalorização a taxa média do câmbio caiu em 1892 para 11 *pence* por mil-réis, com isso a dívida que muitas empresas contraíram em 1888 ao câmbio alto, ficaram mais elevadas com a desvalorização e muitas delas não possuíam capital suficiente para quitar estas dívidas. Luiz A. Tannuri em *O Encilhamento,* São Paulo: Hucitec, 1981, apresenta um anexo estatístico com as variações anuais da taxa de câmbio desde 1870 até 1900.

[130] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 325. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)

capital e pelos serviços já prestados, ofereciam garantias de sucesso. Além do mais, impedindo muitas empresas de irem a falência, o governo estaria impedindo que tanto capital empregado fosse desperdiçado e que se retrocedesse no desenvolvimento da industrialização nacional. Sendo assim, indagava:

> *"o que melhor conviria para o bem-estar comum, ou para a vida industrial do país, - auxiliar indústrias que, já se achando em pé adiantado, carecem de recursos, relativamente pequenos, para tirar da própria produção os elementos de subsistência e progresso, - ou deixar que elas se arruinem completamente, com a perda de todo o capital, de todo o trabalho feito, o que eqüivale a uma diminuição da fortuna pública?"*[131]

Além disso, Amaro Cavalcanti defendia o auxílio às indústrias pelos seguintes motivos:

> *"em primeiro lugar, não se trata de* donativos, *mas de empréstimos, cujo reembolso será uma realidade, desde que forem feitos com a precisa segurança ou garantias idôneas; em segundo lugar, seria ajuizar muito mal do critério do governo, para admitir que ele* desvirtuasse o fim *dos* auxílios *indo aplicá-los, de preferência, à indústrias arruinadas; em terceiro lugar, importa saber que na vida comum os interesses econômicos dos contribuintes se identificam com os das próprias indústrias – ou como proprietários, capitalista e produtor, ou como empresário, operário ou consumidor".*
> *"Além disso, convém atender: arruinadas as indústrias de um país, que são as fontes mais abundantes da contribuição pública, é que o imposto há de gravar com peso maior a cada um dos contribuintes. A prosperidade financeira não tem base mais sólida, mais larga, nem mais garantidora, do que o desenvolvimento progressivo da indústria nacional"*[132].

Por outro lado, para justificar ainda mais a ajuda, Amaro Cavalcanti argumentava que os auxílios pleiteados pelas empresas não consistiam em direitos novos, pois na história econômica do Brasil, muitos eram os exemplos do Estado intervindo como auxiliador, através de empréstimos diretos, feitos em favor da imigração, da lavoura e na fundação de fábricas e oficinas.

---

[131] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 337. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)
[132] Ibidem, p. 326

> *"Não afirmo que a intervenção dos nossos governos tenha sido sempre a melhor ou a mais acertada; mas é certo, que sem ela não teríamos tido nem estradas de ferro, nem a navegação a vapor costeira de nossos mares e a interior de nossos rios, nem muitos outros melhoramentos materiais, cuja realização era superior às forças do capital e do crédito particular, somente."*[133]

Todavia, Cavalcanti não negava que muitas das indústrias que pediam auxílio ao governo pudessem ter sido fundadas com o intuito de garantir lucros com as especulações da bolsa, como acusavam os antiindustrialistas, porém, defendia convictamente que a grande maioria das empresas que se pretendia favorecer com o auxílio governamental, eram realmente sérias e que, se não fossem as dificuldades geradas pela crise, teriam alcançado por seus próprios meios a solução para seus problemas. Em suas palavras:

> *"... muitas empresas podem ter pecado, acreditando demais na facilidade dos recursos do crédito; mas, em regra, já o disse, elas são vítimas dos erros econômicos e políticos de nossos governos,* - causa principal *de todos os males que afetam a vida comum neste momento.*
> *Se as condições do Brasil não tivessem feito desaparecer o crédito público e particular, uma indústria (...), ou recorrendo à novas chamadas de capital ou fazendo um emissão de* debêntures, *ou por meio de letras descontadas, poderia sem dúvida chegar aos mesmos resultados, sem vir solicitar auxilio estranho. Não há porém, alguém que ignore que, na crise atual, é impossível recorrer aos meios supostos."*[134]

Sobre o argumento dos antiprotecionistas de que os auxílios do governo às indústrias conduziriam a uma inevitável queda do câmbio, Amaro Cavalcanti considerou como uma afirmação inteiramente equivocada, e assim dizia: *"declaro ao Senado, que não posso compreender como os auxílios prestados à indústria nacional, nas condições supostas, tenham o efeito pernicioso de fazer piorar o câmbio internacional."*[135]

Recorrendo à conceitos econômicos, Cavalcanti lembrava aos parlamentares que o aumento da produção interna de um país tem o efeito de diminuir importações ou de aumentar exportações, influenciando dessa maneira, positivamente sobre o câmbio. Sendo assim,

---

[133] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 334. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)
[134] Ibidem, p. 340-342
[135] Ibidem, p. 341

incentivando o crescimento da indústria nacional, o país estaria investindo no aumento da produção que levaria necessariamente a uma elevação cambial.[136]

Seguindo esta lógica era óbvio que os auxílios às indústrias teriam um efeito contrário ao temido pelos opositores à proteção, já que as indústrias auxiliadas, ao começarem produzir novamente, aumentariam o produto interno, possibilitando uma diminuição das compras no exterior, o que eqüivale dizer, uma redução das despesas do governo, ou seja, redução da dívida pública no estrangeiro, que implicaria numa menor pressão sobre o câmbio externo.

> *"Todos sabem, que o desfavor do câmbio externo, originando-se da dívida do país ao estrangeiro, aumenta com as razões que tornam maior a mesma dívida"*, sendo assim, *"o aumento considerável de produtos que, conseguintemente, deixaríamos de ir comprar e* ficar devendo *no estrangeiro, operaria no sentido de tornar o câmbio desfavorável? Por certo que não; seria um contra-senso."*[137]

Desta forma, conclui que seria um absurdo pensar que os auxílios tornariam o câmbio desfavorável para o país, já que as evidências mostravam justamente o contrário.

Amaro Cavalcanti achava ainda que esta oposição às medidas de auxílio do governo era fruto da pressão dos interesses estrangeiros, que insistiam em orientar a política econômica do país, pelo menos é o que insinua em seu discurso: *"por minha parte, embora legislador obscuro, prefiro votar leis necessárias ao meu país, antes com os olhos nas necessidades, do que obedecendo ao* môt d'ordre, *que nos venha do estrangeiro, às vezes ditado no seu interesse, somente."*[138]

Outra estratégia dos antiprotecionistas para combater os auxílios do governo às indústrias era levantar a idéia de que a proteção industrial poderia não agradar ao mercado europeu e, com isto, as exportações brasileiras corriam o risco de sofrer retaliações. Amaro Cavalcanti, ao contrário, procurava mostrar que estes mesmos povos, que alguns pensavam incomodar com as políticas protecionistas, ao longo de sua evolução histórica, já haviam se utilizado de mecanismos protecionistas como meio para alcançar o desenvolvimento almejado.

---

[136] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 338. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)
[137] Ibidem, p. 341 e 343
[138] Ibidem, p. 340

Ressaltava o exemplo do último decênio (1880) em que todas as nações em pleno desenvolvimento e com bastante riqueza acumulada, utilizavam a proteção tarifária para defender suas indústrias, *"fechando a era das teorias* livre-cambistas, *e entrando (...) em fase abertamente protecionista, caracterizada pela guerra das tarifas aduaneiras."*[139]

Para Amaro Cavalcanti a década de 1890 representava uma nova fase, uma vitória dos conceitos positivistas e por toda a parte os elementos da legislação em prol da indústria haviam aumentado com o objetivo de dotar o país com uma indústria mais desenvolvida, capaz de gerar riqueza em abundância e assim torná-lo livre da dependência imposta pela produção estrangeira.

Para se fazer convencer, Cavalcanti citava os exemplos de países que seguiram semelhante conduta e adotaram o sistema protecionista. Como o Império Germânico que em 1879 revogou a sua tarifa liberal aumentando as respectivas taxas no intuito manifesto de proteger a indústria nacional. Como resultado deste movimento, dizia: *"a Alemanha é hoje uma potência industrial de primeira ordem, capaz não só de competir, mas de dispensar a maior parte dos produtos da França e da Inglaterra."*[140]

Do mesmo modo, lembrava as reformas aduaneiras da Áustria-Hungria, realizadas em 1882 e 1887 e da Itália em 1883 e 1887, nas quais "*adotaram medidas* quase proibitivas *contra a introdução de gêneros estrangeiros, desde que já houvessem similares, ou a possibilidade de obtê-los, da produção nacional."* Além dessas, Cavalcanti citava outras reformas mais recentes como o "bill *Mac Kinley, votada em 1890 para ser a tarifa aduaneira dos Estados Unidos da América do Norte, e a última pauta francesa, que começou a vigorar no corrente ano."*[141]

Através destes exemplos, Amaro Cavalcanti procurava mostrar a nítida tendência de crescimento das políticas protecionistas em muitos países, principalmente naqueles países que faziam pressão para o Brasil manter uma política livre-cambista. Neste sentido, dizia:

> *"si esta é a situação do mundo, si este é o exemplo que nos oferecem as suas nações mais ricas, que já têm a sua indústria feita e próspera; como é que nós outros, em condições diferentes para pior, queremos dar exemplo do mais*

---

[139] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 340. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892) p. 343-344
[140] Ibidem, p. 345
[141] Ibidem, p. 345-346

extravagante liberalismo econômico, *atirando nossas indústrias ao abandono e à ruína, e preferindo, que o estrangeiro continue a ditar-nos a lei a seu talante, em matéria de tamanha relevância?!"* [142]

Por fim, Amaro Cavalcanti refutava o argumento de que os auxílios às indústrias constituiriam um obstáculo à imigração e à entrada de capitais, como totalmente contraproducente. Para ele, parecia muito claro que tanto os imigrantes como os capitais estrangeiros preferiam destinar-se à países cujas indústrias encontram-se desenvolvidas e solidamente sustentadas, onde as possibilidades de expansão e trabalho são muito maiores, do que destinar-se para países cujas indústrias encontram-se arruinadas, ou onde não haja indústria alguma.

> *"Pois, por acaso os trabalhadores prefeririam vir para um país de indústrias arruinadas, ou sem indústria alguma, do que para um outro em o qual existissem diversos ramos daquelas em exploração progressiva, havendo, conseguintemente, trabalho múltiplo para as diferentes aptidões de cada indivíduo?"*

E ainda acrescenta:

> *"é lícito acreditar, que os capitais estranhos prefiram emigrar para um país, cujas indústrias, cujo trabalho se achem ameaçados de ruína, do que para um outro, cuja ordem industrial se ache firmada ou, ao menos, auxiliada e amparada pelos recursos do próprio crédito público?!"*[143]

Amaro Cavalcanti acreditava e procurava convencer os demais de que se os auxílio do governo não viessem naquele momento, a tempo de salvar as indústrias existentes e uma grande parte da riqueza pública, teriam de vir mais tarde, de qualquer modo, para socorrer o país da grande desorganização do trabalho que viria com a falência das indústrias. Além disso, acrescentava:

> *"É bom não esquecer que a sorte das indústrias não constitui um interesse singular e isolado; a sua ruína irá afetar, levar consigo, talvez, a existência de vários e importantes estabelecimentos bancários, que, lhes facilitaram o desconto ou lhes fizeram avultados adiantamentos, e também a de muitas casas comerciais,*

---

[142] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 346. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)
[143] Ibidem, p. 349

que lhes forneceram material, em grandes somas, confiadas no crédito das respectivas empresas... "[144]

Todavia, apesar de toda sua defesa à proteção industrial, Amaro Cavalcanti frisava que os auxílios diretos que reivindicava para as indústrias, eram necessários para salvá-las de um momento de crise aguda, em situações normais estes auxílios não eram necessários, bastando que o Estado atuasse indiretamente para o desenvolvimento da industrialização do país.

> *"Não há dúvida, que em épocas normais, e tratando-se de indústrias já feitas, consolidadas, estou de acordo que o governo somente intervenha pelos meios ou favores indiretos; mas, em crises terríveis, ou prolongadas, como aquela que nos oprime, e tratando-se de indústrias no seu período inicial, ainda que bem adiantado; penso diversamente."*
> *"Precisamos na emergência atual, de auxílios diretos, bastantes, e distribuídos já no empenho declarado de salvar os elementos de uma grande parte do trabalho nacional e da própria subsistência pública!"* [145]

Como o momento vivido era de crise, fazia-se necessária a ação direta do Estado para manter o progresso do país e o bem-estar da sociedade.

Enfim, a luta de Amaro Cavalcanti pela industrialização do Brasil foi bastante prática, utilizando o Congresso Nacional como palco para expor suas idéias, fazer suas reivindicações e principalmente, para defender a indústria contra os ataques anti-protecionistas e contra a crise econômica do Encilhamento.

Deixamos para o próximo capítulo, outra parte importante das reivindicações industrialistas de Amaro Cavalcanti, que consiste na defesa de uma reforma monetária liberal, com o objetivo de tornar os recursos financeiros fáceis e abundantes para serem investidos na indústria nacional.

---

[144] A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 350. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 25 de julho de 1892)
[145] Ibidem, p. 346-347

CAPÍTULO III

O PAPEL DA POLÍTICA MONETÁRIA E DO CRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

3.1 Introdução

Neste capítulo procuramos desenvolver alguns aspectos do pensamento de Amaro Cavalcanti a propósito do papel das políticas monetárias no desenvolvimento econômico. Para Amaro Cavalcanti a questão monetária era um dos aspectos mais importantes dentro das políticas do governo, por ser um instrumento para se alcançar o desenvolvimento econômico e, portanto, merecia especial atenção por parte dos governantes. No seu pensamento industrialista, a moeda apresentava-se como uma das peças fundamentais para a implantação da indústria no Brasil, pois esta necessitava de muito capital para se desenvolver e, portanto, de uma moeda forte e eficiente, capaz de atrair capitais para serem investidos em novos empreendimentos. A moeda era assim, o centro das atenções no cenário econômico de um país, por isso Amaro Cavalcanti dedicou boa parte de seus estudos para entender e explicar o sistema financeiro do Brasil.

Amaro Cavalcanti foi um grande conhecedor da matéria financeira, parte de suas obras são análises exaustivas do sistema financeiro brasileiro durante o Império e primeiros anos da República, que contribuem com uma descrição detalhada do funcionamento do meio circulante nestes períodos e retratam uma grande preocupação com a moeda nacional. Seus principais trabalhos nesta área são *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil,* escrito em 1889, onde o autor esboçou suas críticas à administração monetária conservadora do Império e

defendeu a moeda fiduciária e o crédito farto para incentivar os investimentos na produção industrial e *O Meio Circulante Nacional*, publicado em 1893, onde o autor expôs sua posição frente a questões polêmicas, como: a eficácia da moeda metálica e da moeda fiduciária, e fez uma descrição do sistema monetário brasileiro. Além destes trabalhos outras obras do autor nos serviram de referência para a análise seu pensamento em torno da moeda no Brasil, assim como seus discursos no Congresso Nacional em 1891 e 1892.

Amaro Cavalcanti é perfeitamente didático ao desenvolver suas idéias acerca da moeda como meio circulante. Ao longo de seus trabalhos avalia a situação financeira do Império e da República, faz muitas críticas e sugere uma política monetária nada ortodoxa, contrariando as opiniões predominantemente conservadoras do período. Suas propostas têm o objetivo de aumentar os recursos de crédito e o dinheiro em circulação, para facilitar o desenvolvimento industrial e, consequentemente, manter o equilíbrio financeiro do Estado e o progresso econômico do país.

Não cabe neste trabalho fazer um estudo da moeda em si, mas apenas revelar alguns aspectos das questões monetárias que influenciaram na formulação da política monetária do Brasil ao longo do Império e dos primeiros anos da República. Neste sentido, pretendemos mostrar *en passant* como se desenvolveram os debates ingleses acerca da política monetária, que influenciaram a montagem dos sistemas monetários-financeiros dos países centrais e que se tornaram ponto de referência para as controvérsias brasileiras em torno da condução da política monetária. Nosso intuito é mostrar a posição de Amaro Cavalcanti neste cenário ao lado daqueles que defendiam a moeda fiduciária como alternativa para se resolver os problemas econômicos e financeiros do Brasil.

3.2. Controvérsias sobre a política monetária no século XIX: metalistas *versus* papelistas

3.2.1. Controvérsias: padrão-ouro ou moeda fiduciária?

Nos seus primórdios, a moeda geralmente utilizada como meio circulante era algum produto de aceitação geral que atuava como mercadoria-moeda, servindo de intermediário nas transações de compra e venda. Com o tempo os metais preciosos tornaram-

se os instrumentos monetários mais adequados à circulação monetária. Os metais viabilizaram o processo de cunhagem, que atribuíram uma certa padronização da circulação monetária e facilitaram a cobrança de tributos governamentais. O desenvolvimento de sistemas monetários à base de metais preciosos (principalmente o ouro e a prata) e o crescimento paralelo das atividades de produção e comércio ensejaram o aparecimento de um novo tipo de moeda mais flexível, a *moeda-papel*, de mais fácil manuseio e transporte, o que facilitava as operações de crédito.

A moeda-papel era um certificado de depósito emitido pelas casas de custódia, com lastro de 100% e garantia de total conversibilidade em ouro. Este sistema ficou conhecido como o sistema do padrão-ouro, segundo o qual o valor de uma moeda nacional é legalmente definido como uma quantidade fixa de ouro, em termos internacionais e, em nível interno, o meio circulante tem a forma de moedas de ouro ou notas (moeda-papel) conversíveis em ouro, de acordo com a taxa de conversão fixada legalmente. Este sistema surgiu no final do século XVIII e floresceu durante o século XIX, sendo abandonado depois da crise de 1929.

Com a generalização do uso da moeda-papel, percebeu-se que não era necessário o lastro integral de 100% em relação aos certificados em circulação, pois nem todas as pessoas solicitavam a conversão de seus certificados em ouro. Assim, paulatinamente, passou-se a emitir certificados de depósitos com lastros inferiores a 100%, característica da moeda fiduciária ou *papel-moeda*. Com a constante escassez de metais para servirem como moeda ou como lastro para o meio circulante, principalmente nos países periféricos, generalizou o uso desta moeda como substituto direto da moeda metálica.

Esta simplificada definição do padrão-ouro e da moeda fiduciária não revela a complexidade existente em torno da definição do sistema monetário de um país. A evolução das discussões em torno da melhor moeda a ser adotada como meio circulante nacional demonstram a existência de grandes controvérsias, que envolvem as discussões sobre o grau de vinculação da moeda nacional em relação à moeda internacional, sobre o lastro pelo qual seria emitida a moeda, sobre a sua conversibilidade na moeda internacional, sobre a responsabilidade das emissões e o nível adequado de taxa cambial, dividindo as opiniões em dois flancos distintos: de um lado os chamados metalistas e de outro os papelistas. Os metalistas eram defensores de um sistema monetário metálico ou do uso de moeda-papel

totalmente conversível em ouro[146], com um único banco emissor controlado pelo governo, num regime de câmbio fixo; o objetivo básico deste sistema era manter a estabilidade cambial do país. Os papelistas ao contrário, defendiam o uso da moeda totalmente fiduciária, lastreada em títulos internos, emitida pelos bancos nacionais, com o objetivo de manter uma maior elasticidade monetária para atender as necessidades variáveis da demanda por moeda.

Estas controvérsias em torno da questão monetária iniciaram-se no final do século XVIII, quando discutia-se o sistema monetário inglês e se estenderam ao longo do século XIX e XX, fazendo escola e influenciando a condução da política monetária de muitos países.

As controvérsias sobre a política monetária inglesa[147] se acirraram depois das Guerras Napoleônicas, quando a conversibilidade das notas do Banco da Inglaterra teve que ser suspensa para preservar as reservas de ouro do país e financiar as despesas militares. Neste momento, a *câmara dos comuns* criou uma comissão, o *Bullion Committee*, para investigar as causas da desvalorização do meio circulante em relação ao ouro em linguotes (*bullion*) que ocorrera em 1808/1810. Desta comissão sobressaíram duas correntes de opiniões: uma defensora da conversibilidade em ouro, a qual afirmava que a causa da desvalorização do meio circulante era a existência de um excesso de papel-moeda emitido pelo Banco da Inglaterra e a solução era o resgate das notas de ouro, com o objetivo de reduzir o estoque de notas em circulação, e a volta da conversibilidade para a estabilização dos preços e para restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos. A outra corrente contestava estas idéias e acusava os problemas do balanço de pagamentos - originados com as saídas do metal para fora do país para fazer frente aos gastos com a guerra e com a importação de alimentos - como a causa da desvalorização.

A primeira corrente, defensora da emissão de moeda lastreada em ouro, tornou-se conhecida como os "*bullionistas*" e a segunda como os "*anti-bullionistas*". A primeira corrente venceu o debate e a solução adotada para conter a desvalorização do meio circulante inglês foi o "*estabelecimento da conversibilidade das notas em ouro à taxa de mercado igual*

---

[146] Os metalistas admitiam uma moeda não metálica em circulação, desde que ela fosse totalmente conversível em ouro, ou seja, que sua oferta variasse de acordo com as flutuações do estoque do metal no país.

[147] As considerações sobre a controvérsia monetária inglesa foram buscadas em Amaury P. Gremaud, *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República(1840-1930)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FEA-USP, 1997, item 2.1, p. 74-78 e em Renato L. Marcondes, "Padrão-Ouro e Estabilidade", in: *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 28, N. 3, P. 533-559, Jul.-Set./1998, p. 537.)

à fixada em 1717, por meio de Lei de Cunhagem de 1816", que resultou na adoção definitiva do padrão-ouro na Inglaterra a partir de 1821.[148] Os historiadores afirmam que o debate sobre moeda e câmbio entre 1821 e 1844, desenrolou-se entre a *Currency School,* continuação da escola *Bullionista,* tendo David Ricardo como um dos seus principais representantes e o *Banking School*, que criticava o padrão-ouro por não concordar que ele fosse o melhor sistema monetário para um país.[149] O modelo inglês do padrão-ouro completou-se em 1844 e atingiu sua época áurea na economia mundial no período compreendido entre 1879 e 1913, período este caracterizado por um grande crescimento econômico mundial com estabilidade de preços e intenso fluxo de capital.

A adoção do padrão-ouro por parte da Inglaterra, país que crescia de importância no comércio mundial, e a interpretação de que este sistema garantia a estabilidade do valor da moeda nacional, ajudaram a disseminar este sistema para outros países, seguidores do Banco da Inglaterra. Conforme Friedman: *"(...) a afirmação de que o ouro teria um valor mais estável que a prata tornou-se uma profecia fortemente auto-realizada a partir do momento em que o ouro foi escolhido como padrão (...) contudo, se a Grã-Bretanha tivesse escolhido a prata na expectativa de que seu valor fosse mais estável, esta teria provavelmente sido também uma profecia auto-realizada".*[150]

Os Estados Unidos, freqüentemente utilizados como modelo por alguns financistas no Brasil, aderiram ao padrão-ouro em 1834, mas em 1862, por ocasião da Guerra de Secessão tiveram que suspender a conversão metálica, recorrendo aos bancos de emissão, somente em 1879 os Estados Unidos retomaram a conversão metálica, adotando o padrão-ouro, no qual permaneceram até 1933. Portugal adotou o padrão-ouro em 1854, a Itália em 1861, abandonando-o em 1865 e retomando-o novamente em 1884; a Suécia adotou-o em 1873 até 1903; a Alemanha em 1871 e a França em 1875.[151]

---

[148] Segundo Eichengreen, a Inglaterra já estaria sob o padrão-ouro desde 1717, sendo que somente em 1821 tal sistema seria plenamente implantado. B. Eichengreen. *Gold fetters: The gold standard and the great depression, 1919-1939.* New York: Oxford University Press, 1922

[149] Referências sobre estas duas escolas podem ser encontradas em Fernando Nogueira da Costa, *Economia monetária e financeira: Uma abordagem pluralista,* São Paulo: Makron Books, 1999, anexo ao capítulo 1.

[150] Milton Friedman. *O poder do dinheiro*, apud.: Renato L. Marcondes, "Padrão-Ouro e Estabilidade", op. cit., p. 538.

[151] John Schulz. *A crise financeira da abolição: 1875-1901.* Trad. Afonso Nunes Lopes, São Paulo: EDUSP: Instituto Fernand Braudel, 1996, p. 26

Por outro lado, não se pode deixar de destacar uma importante transformação na própria natureza da moeda no período que vai do fim das guerras napoleônicas ao início da Primeira Guerra Mundial, período em que houve um crescimento significativo da moeda fiduciária, bem como uma grande expansão monetária nos principais países do mundo.[152]

As dificuldades de muitos países em se adequarem às regras do padrão-ouro, devido à escassez de metais que, em geral, não acompanhava o crescimento constante das necessidades de meio circulante nacional, e as constantes crises econômicas que provocavam a saída de metais do país, generalizaram o uso da moeda fiduciária como alternativa para solucionar os problemas urgentes da falta de meio circulante. Segundo Gustavo Franco, este crescimento da moeda fiduciária, no caso dos países ricos, significava *"desligar o ritmo de crescimento econômico de longo prazo do ritmo de crescimento da oferta de ouro"*, especialmente na segunda metade do século XIX, quando a oferta de ouro cresceu muito lentamente. Porém, no caso dos países periféricos, como o Brasil, a adoção da moeda fiduciária significava *"afrouxar as ligações do crescimento econômico com o balanço de pagamentos"*. Isto significava que: *"a moeda fiduciária era um mecanismo que permitia aos países da periferia livrar as suas condições de crédito doméstico das oscilações dos movimentos de capitais e das relações de troca, mas impunha sobre eles o ônus da instabilidade cambial, pois a taxa de câmbio seria a variável de 'ajuste' para os choques externos de qualquer natureza"*. Ao dissociar a liquidez doméstica do balanço de pagamentos, através da adoção da moeda fiduciária e de taxas de câmbio flexíveis, o país podia incrementar sua economia favorecendo a industrialização. Todavia, esta política tinha um custo, a instabilidade crescente, que invariavelmente levava o país à adoção de medidas austeras de estabilização, condizentes com a teoria ortodoxa.[153]

---

[152] Segundo dados apresentados por Gustavo Franco, da soma total de moeda ofertada nos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha em determinados anos, a percentagem entre moeda metálica e moeda fiduciária era a seguinte:

	1815	**1848**	**1872**	**1892**	**1913**
I. Moeda metálica	67	63	41	24	13
II. Moeda Fiduciária	33	37	59	76	87
Soma	100	100	100	100	100

Fonte: R. Triffin (1972), p. 49, apud. G. Franco. *Reforma monetária e instabilidade...*, op. cit., p. 136.

[153] Gustavo Franco. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição* republicana, Rio de Janeiro: BNDES, 1983, p. 137-138

A coexistência desses dois sistemas no cenário mundial sempre levantou grandes controvérsias em torno da questão monetária que até hoje desperta discussões de correntes distintas do pensamento econômico. Pode-se dizer que o debate entre estas correntes é um ponto de referência para os debates que se realizaram no Brasil, no final do século XIX, em torno da questão monetária do país, influenciando decisivamente as distintas posições entre metalistas e papelistas.

3.2.2 Evolução histórica da moeda no Brasil

A circulação monetária no Brasil teve nos seus primórdios a moeda metálica como meio circulante principal, mas aos poucos a circulação puramente metálica (ou totalmente conversível em ouro) foi se tornando uma meta difícil de ser alcançada e a moeda fiduciária (notas bancárias ou do Tesouro) foi aos poucos se tornando a moeda principal do país.

Durante o período colonial o sistema monetário do Brasil fundamentava-se no bimetalismo (ouro e prata) e as moedas de curso legal em circulação eram cunhadas em Portugal. Todavia, as deficiências desse sistema implicaram em diferentes manifestações de descrédito no padrão legal de moeda e no surgimento de uma multiplicidade de instrumentos monetários paralelos sendo utilizados como moeda em algumas regiões, como: o ouro em pó e barras de ouro, que serviam de moeda em Minas Gerais e no litoral do Rio de Janeiro, e na Bahia circulavam várias moedas de ouro, prata e cobre, cunhadas na colônia, em Portugal, na Espanha e em outras metrópoles européias.[154]

Este foi o sistema monetário encontrado por D. João VI à sua chegada no Brasil em 1808. Já neste período havia os primeiros vestígios de papel-moeda em circulação, os denominados *bilhetes de permuta*[155]. Com a chegada de D. João e as medidas liberalizantes implantadas, multiplicaram-se as transações econômicas no mercado interno e também os déficits na balança comercial, devido ao aumento da demanda por produtos importados, exigindo mudanças no padrão monetário vigente para melhor atender as necessidades de desenvolvimento da atividade mercantil nacional. Com este objetivo foi criado em 1808 o

---

[154] P. Hugon, *A moeda: introdução à análise e às políticas monetárias e à moeda no Brasil.* São Paulo: Pioneira-EDUSP, 1967. Ver "Evolução monetária da independência até a reforma monetária de 1846", p. 138-144.

[155] Tratavam-se de recibos de recolhimento metálicos na Casa da Moeda, legalizado por Alvará em 1803, que

primeiro Banco do Brasil ao qual foi facultado o privilégio de emitir *notas representativas*, com garantia de conversibilidade de 100%. Porém, para atender a crescente necessidade de moeda em circulação, principalmente devido aos financiamentos dos gastos militares, D. João recorreu a empréstimos junto ao Banco do Brasil que deram origem a primeira emissão de papel-moeda no país em 1809. De acordo com Amaro Cavalcanti, o verdadeiro intuito do governo na criação do Banco do Brasil era mesmo "fornecer os recursos necessários para as despesas públicas" através da emissão de notas bancárias[156] e, por causa desse intuito, o Banco do Brasil *"converteu-se em* verdadeira fábrica *de papel-moeda, cujas emissões sucediam-se, para satisfazer, quase exclusivamente, as exigências do Tesouro"*[157], situação que o levaria a ter sérias dificuldades, que resultaram na sua dissolução em 1829. A moeda fiduciária passava então a ser uma parte integrante da história política, econômica e financeira do Brasil e, juntamente com as moedas de cobre cunhadas pela Casa da Moeda, se tornaram as únicas moedas do Brasil.

Todavia, apesar da moeda fiduciária tornar-se uma peça essencial na política monetária do Brasil desde antes da proclamação da independência, o pensamento dominante da elite imperial era seguir uma política monetária conservadora em relação ao crédito, com o objetivo de manter a conversão metálica no sistema monetário nacional. Durante todo o Império e Primeira República, com breves exceções no período de administração do Ministro Bernardo de Souza Franco (1857-1858) e nos primeiros anos da República, sob a administração do Ministro Rui Barbosa, a condução da política monetária do Brasil esteve ligada aos princípios da ortodoxia monetária, tendo como meta o padrão-metálico, embora nunca tenha sido de fato adotado.[158]

A meta da conversibilidade era freqüentemente abandonada devido aos desequilíbrios no balanço de pagamentos nacional. A incapacidade do governo de manter uma arrecadação fiscal[159] suficiente para atender as necessidades crescentes das despesas e as freqüentes crises internacionais que assolavam a economia, provocando a queda do preço internacional dos produtos de exportação e a fuga de metais para o exterior, eram as principais

---

eram aceitos para liquidação de transações, mediante a transferência por endosso.

[156] A. Cavalcanti, *O meio circulante nacional.* UND/Fund. Roberto Marinho, 1983, p. 74

[157] A. Cavalcanti. *Elementos de Finanças.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p. 416

[158] John Schulz. *A crise financeira da abolição: 1875-1901,* op. cit. p. 137.

[159] A base das receitas do governo eram os impostos sobre importação.

causas dos desequilíbrios do balanço de pagamentos. Foi assim nas crises de 1857, 1864, 1875 e 1878. Para financiar o déficit existente o governo recorria aos serviços do endividamento externo[160] e, principalmente, à emissão fiduciária.[161]

A persistência de uma estrutura econômica precária, debilidades no meio circulante nacional, um déficit orçamentário difícil de ser financiado, depreciação cambial e inflação, acirraram os debates entre os parlamentares sobre a condução da política monetária do país, que se ampliaram ao longo de todo o Império. As emissões de notas, a cunhagem de moedas de cobre, a insuficiência do meio circulante nacional, a conversibilidade da moeda e a criação de bancos de emissão, eram os motivos básicos que motivavam as controvérsias monetária que dividiam os parlamentares, a partir do início do Primeiro Reinado, entre: metalistas (ou escola ortodoxa) - que defendiam o padrão metálico, o monopólio das emissões e o controle dos serviços bancários pelo governo; e os papelistas (ou escola de intermediação) - que defendiam a emissão fiduciária para suprir a escassez de meio circulante no país e uma reforma bancária liberal.[162]

Durante a maior parte do Império foram os metalistas que controlaram a política econômica do país, enquanto os papelistas faziam sucessivos esforços para desenvolver os bancos e as instituições financeiras no Brasil. Porém, as reformas que se sucediam, procurando restabelecer o padrão metálico, não tinham muito sucesso. Em meados de 1830 começaram a

---

[160] Durante todo o Império foram realizados dezesseis empréstimos pelo governo brasileiro na praça de Londres. Nos anos de 1824, 1829, 1839, 1843, 1852, 1858, 1859, 1860, 1863, 1865, 1871, 1875, 1883, 1886, 1888 e set/1889. Alguns empréstimos destinavam-se para financiar novos empreendimentos públicos, como construção de portos, estradas de ferro, porém, muitos deles eram realizados para cobrir os déficits do governo ou para amortizar antigos empréstimos vencidos. Para um descrição detalhadas dos empréstimos obtidos pelo governo durante o Império ver Amaro Cavalcanti. *Elementos de Finanças*, op. cit., p. 346 a 366 e Liberato de Castro Carreira. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil.* (1. ed. 1889), Brasília, Senado Federal e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 705 a 720. Ambos os autores fazem um descrição das operações realizadas em cada período.

[161] Uma análise detalhada da situação financeira do Império foi realizada pelos historiadores contemporâneos: Amaro Cavalcanti em: *O meio circulante nacional*, publicado em 1893 e republicado pela UND/Fund. Roberto Marinho, 1983 e Liberato de Castro Carreira em: *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil,* publicado em 1889 e republicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. Estes trabalhos trazem uma coletânea de documentos sobre a economia brasileira do século XIX, sendo excelentes fontes de pesquisa. Também são importantes fontes de pesquisa as obras de J. Pandiá Calógeras. *A política monetária do Brasil,* Trad. Thomaz Newlands Neto, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1960 e C. M. Paláez e W. Suzigan, *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976, entre outras.

[162] M. Peláez e W. Suzigan, *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976 (Série Monografia, n. 23), p. 33

aparecer os primeiros bancos nacionais privados[163] com direito de emissão de "vales", atendendo ao papel de intermediação financeira e de crédito monetário no país, possibilitando o aumento da liquidez na economia, ao mesmo tempo em que colaboravam para a diminuição do controle do governo sobre a oferta de moeda. Paralelamente ao desenvolvimento relativamente autônomo das instituições bancárias no Brasil, desenvolvia-se, segundo Peláez e Suzigan, uma "nova teoria bancária" defendida pelos papelistas, que se utilizando dos princípios da atividade bancária, propunham uma reformulação do sistema bancário do Brasil. Souza Franco[164] foi seu principal divulgador, defendia a criação de mais bancos com instituições de créditos mais eficientes, para fornecer recursos financeiros para financiamentos de projetos na área agrícola e industrial, demonstrando uma grande preocupação com o desenvolvimento e com o estabelecimento da indústria nacional. Entretanto, o plano de Souza Franco de elaborar uma reforma no sistema bancário brasileiro foi frustrado pela escola metalista, que reagiu fortemente contra a rápida expansão do sistema bancário. O resultado da reação metalista foi a lei de 1846 que instituiu uma ampla reforma conservadora no sistema monetário do Brasil, que adotou, pelo menos legalmente, o padrão-ouro como o meio circulante nacional, estabeleceu a paridade do mil-réis a 27 *pence* e conduziu a política monetária a um viés deflacionista[165].

Todavia, o saneamento da moeda metálica a partir deste momento, não se devia unicamente à lei de 1846. À nível internacional, o período de 1850-60 correspondeu a uma fase de depreciação geral do ouro, causada pelo grande aumento da produção, o que pode

---

[163] Somente a partir de 1836 se estabeleceram novos bancos privados no Brasil: o Banco do Ceará existiu de 1836 a 1839; o Banco Comercial do Rio de Janeiro de 1838 a 1842; em 1845 foi fundado o Banco Comercial da Bahia, em 1846 o Banco do Maranhão, em 1847 o Banco do Pará, em 1851 o Banco de Pernambuco. Somente em 1851 criou-se o segundo Banco do Brasil, por iniciativa do Visconde de Mauá, em 1853 este Banco do Brasil fundiu-se com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, passando a ser controlado pelo governo, constituindo-se terceiro Banco do Brasil. Sobre os estabelecimento de bancos de emissão no Brasil ver J. Pandiá Calógeras. *A política monetária do Brasil,* Trad. Thomaz Newlands Neto, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1960 -Brasiliana: Série Grande Formato, vol. 18 -,(1ª ed. 1910), cap. VII e M. Peláez e W. Suzigan, *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*, op. cit., p. 65-69.

[164] Souza Franco publicou um livro em 1848 intitulado: *Os Bancos do Brasil*, onde emitiu sua opinião sobre o meio circulante nacional. Este livro foi reeditado em 1893 pela Editora Universidade de Brasília. Para um resumo das propostas de Souza Franco para a reforma do sistema monetária do Brasil, ver o livro de C. M. Peláez e W. Suzigan, *História monetária do Brasil*, op. cit., p. 71-77

[165] Por essa reforma, eegundo Peláez e Suzigan, estipulou-se que deveriam ser aceitas nas repartições públicas as moedas de ouro de 22 quilates à taxa de uma oitava por 4 mil-réis. Esta nova lei resultava numa taxa de câmbio de 27 dinheiros esterlinos por mil-réis, o que significava uma desvalorização do mil-réis. Esta taxa de paridade tornou-se uma referência que persistiria até a Primeira República. M. Peláez e W. Suzigan, *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*, op. cit., p. 78

explicar naturalmente o maior volume de ouro na circulação brasileira. À nível nacional, este período correspondeu a uma fase de relativa prosperidade da economia brasileira. Com a abolição do tráfico em 1850, diminuíram-se os gastos com importação de escravos que somavam quase um terço das importações totais do país[166], o que contribuiu para um saldo superavitário em nossa balança comercial que se estendeu por quase todo o Império. De outro lado, contribuiu para essa prosperidade, o crescimento das exportações brasileiras liderado pelo café a partir de meados do século. A prosperidade geral no início dos anos de 1850 favoreceu o surgimento de algumas indústrias e aumentou as necessidades de moeda em circulação, o que contribui para o desenvolvimento contínuo dos bancos de emissão, como o segundo Banco do Brasil, fundado por Mauá.

Para conter as emissões que aumentaram consideravelmente em todo o Brasil[167], a corrente metalista tentou uma nova regulamentação da circulação nacional. Em 1853, uma nova lei bancária dirigida por Visconde de Itaboraí, substituiu a "pluralidade bancária" pelo "monopólio da emissão", que passaria a ser exercido pelo terceiro Banco do Brasil originário da fusão do Banco do Brasil dirigido por Mauá e do Banco Comercial do Rio de Janeiro[168]. Esta medida não agradou aos papelistas como Mauá, que considerava o terceiro Banco do Brasil uma simples casa de redesconto que deixava muito a desejar em relação as necessidades de crédito para o progresso do país.

Quando Souza Franco assumiu o Ministério da Fazenda em 1857, (favorável a pluralidade emissora e a ampliação do crédito doméstico), reverteu a política de Itaboraí, estabelecendo o direito de emissão a seis novos bancos privados. No mesmo ano, uma crise cambial acarretou a desvalorização da moeda nacional, causando pânico e falências de algumas casas bancárias. As razões da crise tornaram-se motivo de novas controvérsias entre metalistas e papelistas. Para os conservadores metalistas a desvalorização decorreu da própria pluralidade emissora, para os papelistas o motivo foi a crise norte-americana que teve impacto sobre as exportações brasileiras.

---

[166] Dorival Teixeira Vieira. *Evolução do sistema monetário brasileiro.* São Paulo: IPE, 1981

[167] O papel-moeda em curso acrescera de 1.851:000$000 em 1852 para 3.511.:000$000 em 1853. Dados de J. Pandiá Calógeras. *A política monetária do Brasil*, op. cit., p. 98

[168] Esta proposta se sobrepôs a proposta de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, que em 1850, propunha uma reforma bancária sancionando a pluralidade de emissão. M. Peláez e W. Suzigan, *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*, op. cit., p. 98.

Passada a crise, a tendência era uma nova tentativa de retorno às regras do padrão-ouro. Foi assim em 1857, quando Torres Homem representando a ala conservadora, assumiu o Ministério da Fazenda e substituiu a pluralidade da emissão, novamente, pelo monopólio das emissões do Banco do Brasil. Em 1860, Silva Ferraz como o novo Ministro da Fazenda, deu continuidade à política monetária ortodoxa, obrigando as sociedades bancárias a garantirem a conversibilidade de suas emissões, restringindo ao máximo as emissões fiduciárias. A instituição do regime de conversibilidade foi facilitado no início de 1860 pelo crescimento do fluxo de capitais no mercado mundial, que garantia a entrada de divisas no país, mantendo uma saldo da balança de pagamentos favorável. As exportações e a economia como um todo, cresceram significativamente entre 1860 e 1864, e o meio circulante se reduziu de 96 mil contos para 84 mil.[169]

Porém, a este período de crescimento seguiu-se uma nova crise financeira[170] com a desvalorização do câmbio, mas desta vez a crise ocorreu num período de contração da oferta de dinheiro, contrariando as opiniões de que as crises internas eram geradas pelo excesso de emissão. A solução encontrada pelo governo para superação da crise foi a suspensão temporária da conversibilidade e a autorização para a elevação do limite das emissões do Banco do Brasil ao triplo dos fundos disponíveis.[171]

No ano de 1866 tentou-se novamente reinstaurar a ortodoxia monetária com uma nova reforma bancária, que retirou o poder de emissão do Banco do Brasil tornando-o ofício exclusivo do Tesouro, com o objetivo de restringir ao máximo a expansão monetária, mas as necessidades de financiamento das despesas com a Guerra do Paraguai (1864-1870) exigiram o retorno da emissão de moeda. Voltávamos novamente ao monopólio da emissão pelo Tesouro Nacional. A partir deste momento, a economia entrou numa fase bastante favorável propiciada pela expansão das receitas de exportações do café e do algodão, pela política fiscal e monetária expansionista e pelo aumento dos direitos aduaneiros em decorrência da Guerra do Paraguai, que resultaram num surto de investimentos agrícola e industrial. Este surto só foi interrompido a partir de 1874, com a política deflacionária adotada após o término da Guerra,

---

[169] John Schulz. *A crise financeira da abolição: 1875-1901,* op. cit., p. 40

[170] Conhecida como Crise do Souto, em virtude da falência da Casa do Souto & Cia, em 1864, que levou à falência várias outras casas bancárias. J. P. Calógeras, *A política monetária do Brasil,* op. cit., p. 135 e 145

[171] J. Pandiá Calógeras. *A política monetária do Brasil,* op. cit., cap. VIII e IX

que reduziu o estoque de moeda e provocou o declínio geral dos preços. Estas medidas desencadearam um pânico bancário generalizado no início de 1875, deflagrado pela quebra do Banco de Mauá, levando o governo a autorizar a emissão temporária. A promulgação de uma nova lei bancária de 1875[172] amenizou as dificuldades de liquidez da economia, compensadas pelas emissões e pela ampliação dos empréstimos externos. A política monetária tornou-se mais liberal com o câmbio tendendo à desvalorização.[173]

Esta evolução do sistema monetário brasileiro revela a grande dificuldade apresentada pelo Brasil, assim como pela maioria dos países periféricos, para se adaptar as regras do padrão-ouro. Em fases recessivas do sistema financeiro mundial, enquanto os países centrais se ajustavam facilmente ao sistema, os países periféricos sofriam as conseqüências de um "estrangulamento externo", em virtude da queda dos preços dos produtos primários, decorrentes da queda da demanda mundial e da fuga de capitais, conseqüência do aumento das necessidades de pagamentos dos serviços da dívida externa e da política de aumento dos juros praticado pelo Banco da Inglaterra, com o objetivo de evitar um desequilíbrio em sua balança de pagamentos. *"Assim, os países periféricos apresentavam dificuldades em permanecer no padrão-ouro, pelas próprias flutuações cíclicas da economia mundial, independente de outros fatores, como guerras e revoluções que poderiam gerar o abandono."*[174]

Todavia, estas dificuldades de ajustamento não significavam o arrefecimento do ideário metalista, apenas postergava-se uma meta difícil de ser alcançada. A cada crise econômica o governo tinha que recorrer a emissão de moeda e à empréstimos para financiar seus gastos, mas tão logo passado os momentos críticos da crise, retornava-se à meta da conversibilidade, insistindo numa política monetária deflacionista. O resultado desta política monetária foi um grande aumento da dívida externa e um sistema econômico em regime de permanente escassez de meios de pagamentos.[175]

---

[172] A lei n.2.656, de 29 de maio de 1875 autorizava o governo a emitir até a soma de 25.000:000$ em bilhetes ao portador, a juros de 5 $^1/_2$ % no máximo, resgatáveis no prazo entre quatro e doze meses. J. Pandiá Calógeras. *A política monetária do Brasil,* op. cit., p. 166.

[173] J. Pandiá Calógeras. *A política monetária do Brasil,* op. cit., cap. X e XI e M. Peláez e W. Suzigan, *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*, op. cit., cap. V

[174] Renato L. Marcondes, "Padrão-Ouro e Estabilidade", op. cit., p. 542.

[175] Furtado já dizia em *Formação Econômica do Brasil*, que a meta da conversibilidade teria sido a causa maior do grande aumento da dívida externa e da permanente escassez de meio circulante que rondava o sistema econômico, impossibilitando o país de adaptar-se ao padrão-ouro. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil,* 22ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1987, p.170

3.2.2.1 As controvérsias monetárias no final do Império e no início da Primeira República

Desde a reforma monetária de 1866, o sistema monetário brasileiro praticamente não sofreu modificações, com exceção da lei de 1875, citada anteriormente. Porém, neste último quartel de século, as dificuldades financeiras comuns em todo o Império (carência de meios econômicos, dificuldades na obtenção de crédito e inexistência de uma circulação monetária eficiente), se acentuaram com as importantes transformações ocorridas na economia brasileira, decorrentes do dinamismo da produção cafeeira e da disseminação do trabalho assalariado e a conseqüente introdução do pagamento de salários monetários aos trabalhadores.[176]

Esta nova situação exerceu um grande impacto monetário ao criar a necessidade de maior volume de numerário que até então o sistema financeiro não estava preparado para suprir, agravando o problema da falta de liquidez[177] gerada pela oferta inadequada de moeda e fazendo ressurgir as discussões sobre a reforma monetária.[178]

---

[176] A disseminação do pagamento de salários e posteriormente a abolição, aumentaram as necessidades de capital de giro das fazendas de café, o que elevou o grau de monetização e a demanda por moeda na economia.

[177] O sistema financeiro há muito tempo sofria constantes "crises de liquidez" em conseqüência do sistema bancário que fomentava todo o setor comercial do país localizar-se predominantemente na Corte. Em épocas de safra suas moedas eram drenadas para o comércio do Norte e do Sul, o que fazia a pressão por moeda ter um caráter essencialmente sazonal. Na época das colheitas os cafeicultores pressionavam os comissários por adiantamentos e empréstimos e, como era o sistema bancário que financiava os comissários, a época da safra significava uma forte pressão de demanda por crédito sobre o sistema bancário. As conseqüências disso, eram a elevação da taxa de descontos, juros altos e dificuldades de realizações de negócios pela falta de numerário. Com o crescimento da demanda por moeda na década de 1880, tornou-se imprescindível encontrar mecanismos que fossem capazes de eliminar esse problema de falta de liquidez. (J. Pandiá Calógeras, *A política monetária do Brasil,* op. cit., p. 161)

[178] Segundo João Manuel Cardoso de Mello, a disseminação do trabalho assalariado trouxe para a economia brasileira dois graves problemas a serem resolvidos: 1 - a reprodução física da força de trabalho e seu custo, por causa da inexistência de uma agricultura mercantil de alimentos abundante e de um setor industrial e, 2 - a escassez de liquidez decorrente do crescimento da procura agregada por moeda com a introdução do pagamento de salários monetários. O primeiro problema foi resolvido pelo complexo exportador cafeeiro, utilizando as divisas que gerava para a "importação de **wage goods**, bem como fazendo nascer um setor produtor de bens de consumo para assalariado", ou seja, tornou possível o surgimento da grande indústria produtora de bens de consumo assalariado. Porém, essa discussão não caberia no escopo deste capítulo que procura retratar somente as questões ligadas à política monetária. Quanto ao segundo problemas, no decorrer do trabalho procuramos descrever qual a orientação dado pelo governo para sua solução. João M. Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio,* op. vit., item 2.2.1. Sobre as conseqüências da disseminação do trabalho assalariado no Brasil ver também: Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil,* op. cit., Parte IV e Gustavo Franco, *Reforma monetária e instabilidade durante a transição* republicana, Rio de Janeiro: BNDES, 1983, item 1.1 do cap. 1

A solução para estes problemas monetários do país esbarrava em vários obstáculos: de um lado, o entrave era o incipiente desenvolvimento da rede bancária, que além de pouco desenvolvido, estava fortemente concentrado na capital; de outro lado, a baixa propensão do público em reter moedas nos bancos significava uma limitação estrutural à capacidade dos bancos em expandir o crédito.[179]

Não obstante esta situação, a política monetária nos anos oitenta insistia numa administração conservadora, conduzida de acordo com a meta da conversibilidade, mantendo o sistema econômico em regime de permanente escassez de meios de pagamentos. Freqüentemente utilizava-se de medidas paliativas como a lei de 1885[180] que permitia emissões temporárias pelo Tesouro para aliviar, mesmo que temporariamente, as dificuldades de liquidez da economia.

A precariedade do sistema monetário brasileiro, que em 1887 passava por uma nova crise de liquidez, bem como, a pressão exercida por grupos de fazendeiros que se viam ameaçados com a aproximação da abolição e exigiam uma maior disponibilidade de crédito de médio prazo para a agricultura, foram os fatores que desencadearam as primeiras tentativas de mudanças drásticas na condução da política monetária, que deram origem ao primeiro grande projeto de reforma monetária com proposta francamente expansionista, apresentado ao Senado em 1887[181]. Embora os proponentes do projeto não fossem propriamente defensores da moeda

---

[179] G. Franco. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição* republicana, Rio de Janeiro: BNDES, 1983, p. 25-27

[180] A Lei n. 3.263 de 18 de julho de 1885, autorizava o governo a emitir até 25.000:000 de papel-moeda, garantidos por títulos da dívida pública ou letras do Tesouro, destinados a auxiliar os bancos de depósito do Rio, sem prazo fixo para vencimento dos contratos. J. Pandiá Calógeras, *A política monetária do Brasil,* op. cit., p.173-174.

[181] Os proponentes do projeto eram Lafayete, Affonso Celso (Visconde de Ouro Preto) (ambos membros do Partido Liberal)e Jerônimo José Teixeira Jr. (Visconde de Cruzeiro) (membro do Partido Conservador e presidente e acionista do Banco Industrial). Este projeto propunha uma profunda reorganização do sistema bancário, tendo como molde a experiência norte-americana dos bancos nacionais. "O projeto autorizava a criação de bancos emissores visando estabelecer um sistema bancário fundado no chamado princípio da liberdade bancária.". Não tinha restrições quanto ao número de bancos ou tamanho, apenas determinava que as emissões não poderiam ultrapassar 18 mil contos. "O lastro sobre o qual se faria a emissão seria constituído por títulos da dívida pública, os quais deveriam ser depositados na Caixa de Amortização". "As emissões não poderiam ultrapassar o valor correspondente a 90% do valor de mercado das apólices depositadas, e os bancos se obrigavam a manter em caixa, em papel-moeda, um montante de, no mínimo, 20% do valor de sua emissão. As notas bancárias emitidas deveriam ser livremente conversíveis em papel-moeda do Tesouro, ao portador e à vista, e teriam recebimento garantido por lei em quaisquer repartições públicas, sendo inclusive os bancos obrigados a receber notas uns dos outros." O projeto previa ainda, simultaneidade entre o recolhimento do papel moeda do Tesouro e a emissão bancária. Além disso, o projeto previa emissão bancária no total de 180 mil contos e o recolhimento de 184,3 contos de notas do Tesouro, o que no final das contas não tinha muito efeito sobre a base

fiduciária, entendiam que ela era um mecanismo perfeitamente viável para o Brasil, tendo em vista a impossibilidade de se ter a circulação metálica com eficiência. A apresentação deste projeto representava apenas o início das ricas discussões[182] que se travariam entre metalistas e papelistas a respeito da moeda, do câmbio e da conduta da política monetária do país. Os papelistas sustentavam que as emissões deviam acompanhar estritamente as variáveis e flutuantes necessidade dos negócios e, portanto, o meio circulante devia ser dotado de elasticidade. Atribuíam as freqüentes crises de liquidez e as altas taxas de juros à escassez de moeda, enquanto a corrente metalista tinha uma orientação ortodoxa, rejeitava as afirmações de que havia escassez de moeda e defendia a conversibilidade.[183]

A sensível melhora do mercado monetário no segundo semestre de 1887, arrefeceu as discussões em torno do projeto. Somente no final de 1888, quando o país começou a acumular reservas metálicas e o câmbio começou a apreciar-se até atingir a paridade em outubro, a conversibilidade vislumbrou-se possível e o projeto de reforma monetária que instalava a circulação metálica conversível no país foi aprovado no Senado em 1888[184]. Em 1889, depois das regulamentações impostas à lei de 1888 e sob o governo do Ministro Visconde de Ouro Preto, formou-se um grande estabelecimento bancário, o Banco Nacional

---

monetária.(G. Franco, R*eforma monetária e instabilidade...*, op. cit., p. 85-89)

[182] O Senado fez uma série de sugestões ao projeto tentado prevenir uma possível expansão monetária, sugestões que contrariavam francamente o projeto cujo propósito era a expansão monetária.

[183] Cabe ressaltar que a corrente não-metalista também acreditava na conveniência da meta de estabilidade cambial, por isso também era pela circulação metálica, porém, acreditavam que as condições econômicas e financeiras do país, não lhes dava a condição necessária para sustentação do sistema de conversibilidade no Brasil. De acordo com Gustavo Franco, até o aparecimento de Rui Barbosa os anti-metalistas não eram defensores da moeda fiduciária e, portanto, não eram adversários frontais da ortodoxia metalista, segundo ele: "isso se devia, por um lado, ao fato de que a estabilidade cambial, que adviria da conversibilidade, era do interesse de todos. E, por outro lado, se devia a que não se havia ainda apresentado um problema de gravidade suficiente para polarizar ou radicalizar as posições." Posteriormente, esse problema viria a tornar as duas visões inconciliáveis. (A discussão entre metalistas e não-metalistas encontra-se na tese de Franco, R*eforma monetária e instabilidade...*, p. 91-93)

[184] O projeto de reforma monetária aprovado pelo decreto nº 3.403 de 24 de novembro de 1888 autorizava a emissão pelo Tesouro e pelos Bancos. Os bilhetes emitidos seriam conversíveis em moeda imperial; as emissões deveriam ser garantidas por depósitos de títulos da dívida pública; as emissões não poderiam exceder o valor depositado em títulos e o recolhimento das emissões do Tesouro. Num primeiro momento o projeto não surtiu efeito no mercado, mas depois de passar por muitas discussões e pelas regulamentações de janeiro e de junho de 1889 (principalmente devido as pressões dos metalistas mais ortodoxos que exigiram a incorporação no projeto das emissões lastreadas em moeda metálica) formou-se um grande banco de emissão. (Gustavo Franco em R*eforma monetária e instabilidade...*, op. cit., capítulos 2 e 3, faz uma descrição detalhada dos acontecimentos em torno desta reforma, que também pode ser acompanhado em Pandiá Calógeras, *A política monetária do Brasil,* op. cit. capítulo XII, onde encontra-se também uma cópia as disposições gerais sobre a lei de 1888.)

do Brasil (BNB)[185]. A nova regulamentação da lei bancária propiciou uma grande expansão monetária no governo de Ouro Preto, que visava especialmente garantir grandes quantidade de fundos para os fazendeiros com o intuito de conquistar seu apoio à monarquia, todavia, também provocou um *boom* especulativo que deu origem à crise do Encilhamento.

Com a Proclamação da República e a desconfiança gerada nos meios financeiros de uma possível instabilidade econômica, o BNB perdeu o apoio do *Banque de Paris et des Pays Bas,* o que significou a perda de uma importante peça no esquema de sustentação do câmbio. Em um mês o câmbio caiu de 27 para 24 *pence.*[186] Rui Barbosa, que tinha severas críticas contra a Lei Bancária de 1888, pôs fim ao sistema de emissão conversível e no início da 1890 formulou um novo plano, visando dar novos rumos à política econômica e ter à mão um arcabouço legal para execução do seu plano de desenvolvimento. Rui Barbosa reverteu a ortodoxa política monetária da última década do Império com a adoção da chamada "Lei Bancária" de 17 de janeiro de 1890, a qual possibilitou uma forte expansão monetária, a partir de três bancos emissores[187], com base em emissões inconversíveis, lastreadas em títulos da dívida pública, além de importantes alterações na lei das sociedades anônimas, na organização do crédito móvel e na legislação hipotecária, com vistas a conter a especulação bancária.[188]

O decreto de 17 de janeiro gerou um extenso debate na imprensa e no governo, levando a situação rapidamente para um crise política, que resultou em algumas modificações no projeto original, sendo decretado em 7 de março de 1890.[189] As novas regulamentações do

---

[185] O BNB foi formado pela associação do Banco Internacional, de propriedade do conde de Figueiredo, e do Banque de Paris et des Pays Bas, com um capital de 90 mil contos e a emissão autorizada até atingir o triplo, e com o comprometimento de tirar de circulação todo o papel-moeda emitido pelo Tesouro no prazo de cinco anos. As emissões do BNB seriam conversíveis à paridade de 1846, exceto em caso de guerra, revolução ou crise política, quando admitia-se o curso forçado da moeda.

[186] John Schulz. *A crise financeira da abolição: 1875-1901,* op. cit., p. 82

[187] Três regiões bancárias seriam formadas, cada qual tendo seu próprio banco emissor e com limites específicos à sua emissão, sendo que na região central previa a constituição de um banco que exerceria o monopólio da emissão em uma região que representava 4/5 do movimento bancário do país.

[188] O sistema montado por Rui Barbosa parecia estabelecer um compromisso entre as doutrinas do monopólio e da pluralidade, pois, embora defendesse o sistema de liberdade bancária, este sistema apresentava características monopolísticas, pois somente três bancos exerciam o monopólio de emissão, cada qual na sua região, sendo que a região central configurava um movimento de centralização bancária, na medida que um único banco tinham o monopólio da emissão na maior região bancária do país. Sobre a reforma monetária de Rui Barbosa, ver a tese de Gustavo Franco, R*eforma monetária e instabilidade...*, op. cit., capítulo 4.

[189] Este decreto permitia ao Banco Nacional e ao Banco do Brasil emitir cada um, bilhetes até o dobro de 25 mil contos que esses estabelecimentos depositassem em moeda metálica no Tesouro. Sendo que os bilhetes seriam conversíveis enquanto o câmbio permanecesse ao par ou acima deste, além disso, o decreto reduzia em 50 mil contos as emissões do Banco dos Estados Unidos do Brasil (BEUB) sobre apólices. No entanto, em agosto o BEUB receberia 50 mil contos em emissões sobre metal. Sobre as modificações no projeto original de Rui

decreto representavam uma reviravolta na política monetária de Rui Barbosa, que diante das pressões exteriores concedia o curso forçado e a concessão de emissões inconversíveis sobre metal, o que possibilitou o crescimento do crédito em larga escala além de facilitar a influência do governo no mercado de câmbio.[190]

Com o objetivo de fortalecer financeiramente o país e conter a especulação, Rui Barbosa implementou uma série de medidas como: elevação do valor dos depósitos mínimos para a constituição de sociedades anônimas de 10 para 30%; recolhimento das emissões do Tesouro, criação da tarifa-ouro e suspensão dos auxílios à lavoura.[191]

Entretanto, a política monetária mantinha-se em sérias dificuldades, indicando a proximidade de uma crise. As possibilidades de expansão do crédito por parte dos bancos estavam chegando ao limite, além disso, o envolvimento dos bancos com as novas companhias lançadas, dificultavam a contenção da especulação por parte do governo. Visando elevar o grau de controle do governo sobre o sistema bancário, Rui Barbosa autorizou a fusão do BEUB e do Banco Nacional em dezembro de 1890, constituindo o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (BREUB). A fusão vislumbrava-se para o Ministro como uma possibilidade de controlar e organizar o sistema bancário brasileiro a caminho da unidade, pois favorecia a expansão monetária e facilitava a condução da política cambial.[192]

Os maiores obstáculos ao sistema proposto por Rui Barbosa eram a grande oposição à interferência do governo sobre o banco e a fragilidade do Banco da República, altamente dependente do apoio do Governo.

No início de 1891 a situação mudou drasticamente com a brusca queda na taxa de câmbio, que se entendeu pelos anos seguintes, com o êxodo do metal e o crescimento das importações, exigindo uma reorientação na trajetória da política econômica brasileira. Logo começaram a vincular a desvalorização cambial à política liberal de Rui Barbosa que, diante

---

Barbosa, (ver J. Pandiá Calógeras, *A política monetária do Brasil,* op. cit., Cap. XIV, p. 216-220)

[190] G. Franco, *Reforma monetária e instabilidade...,* op. cit., p. 117

[191] Ibidem, p. 138

[192] De acordo com este decreto, o novo banco praticamente exerceria o monopólio das emissões e "funcionaria com um agente financeiro do Estado dentro e fora do país, podendo o governo influenciar a indicação dos administradores do banco", no entanto, deveria ainda estar totalmente desvinculado de qualquer atividade não bancária, como concessão de natureza industrial. O Banco da República tomava feições de um banco verdadeiro Banco Central e esta situação era claramente estimulada pelo governo, pois a centralização permitia-lhe melhor controle do sistema bancário e melhor condução da política econômica, bem como lhe possibilitava o melhor domínio sobre o mercado de câmbio. G. Franco, *Reforma monetária e instabilidade...,* op. cit., p. 131-133.

da situação, renunciou ao cargo em janeiro de 1891 e o poder passou às mãos da ortodoxia. O primeiro a assumir o ministério foi o conselheiro Alencar Araripe, seguido pelo Barão de Lucena.

As constantes desvalorizações cambiais[193] durante todo o ano de 1891, que culminaram com uma taxa de 12 *pence* por mil-réis no final do ano, desencadeando longas discussões e muita controvérsia acerca das suas causas. A interpretação usual da crise costumava indicar que as reformas monetárias, com o crescimento excessivo das emissões, provocaram a desvalorização cambial e favoreceram os movimentos especulativos do Encilhamento, o que confirmaria a previsão dos metalistas de que as emissões trariam a baixa do câmbio. Por outro lado, os antimetalistas afirmavam que as desvalorizações cambiais deviam-se a problemas no balanço de pagamentos e não a expansão das emissões. Entretanto, a primeira idéia foi a que prevaleceu como a interpretação tradicional na história. Ainda em nossos dias encontram-se muitas críticas às reformas de 1889-1891[194], porém, trabalhos relativamente recentes como de Fishlow, Vieira e Franco[195], por exemplo, procuram salientar os aspectos positivos da gestão de Rui Barbosa.[196]

Assim, o que prevaleceu a partir de 1891 foi o predomínio no poder de homens que acreditavam que a crise cambial devia-se a política monetária "anárquica" de Rui Barbosa. A condução da política econômica do país esteve nas mãos da ortodoxia, que aos poucos foram eliminando os progressos adquiridos ao longo da década de noventa.

---

[193] As desvalorizações tinham um efeito positivo sobre as cotações de café, mantendo o preço interno elevado apesar da queda do preço externo a partir de 1891 e um efeito negativo que era o encarecimento das importações, caracterizando-se o mecanismo de "socialização das perdas".

[194] Ver lista de críticos às políticas de Rui Barbosa em Pelaez, C. M. "As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945", op. cit. 8 e 9.

[195] A. Fishlow. "Origens e conseqüências da substituição de importação no brasil." *Estudos Econômicos*, 2(6), SP: IPE/USP, dezembro, 1972; Dorival Teixeira Vieira. *A evolução do sistema monetário no Brasil.* SP:IPE, 1981 e Gustavo Franco, *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana,* op. cit.

[196] Para Gustavo Franco a política monetária e as reformas de Rui Barbosa representaram um verdadeiro progresso, não cabendo-lhes as pesadas críticas que recebeu. Segundo este autor, a reconstituição histórica mostra que: "a desvalorização cambial se deveu às condições fortemente desfavoráveis do balanço de pagamentos e que os eventos que originaram essas mesmas condições eram de natureza essencialmente exógena, ou seja, pouco ou nada relacionados com o crescimento das emissões e a especulação bursátil." Enfim, a desvalorização cambial do período foi provocada pela sucessão de déficits no balanço de pagamentos a partir de 1890, cuja origem remonta ao aumento do déficit em conta corrente e a um retraimento da entrada de capital estrangeiro para o país. O influxo de capital estrangeiro para o Brasil foi uma conseqüência direta da crise financeira que abalou Londres em novembro e contraiu os movimentos de capital inglês para o Brasil. A fuga do capital estrangeiro deveu-se também, em parte, a falta de simpatia por parte dos investidores ingleses para com as políticas nada ortodoxas de Rui Barbosa. G. Franco, R*eforma monetária e instabilidade...,* op. cit., p. 140-141)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Todas as tentativas de política cambial durante o ano de 1891 fracassaram. O Barão de Lucena não conseguiu combater o jogo dos títulos, tendo inclusive, sido acusado de ter dado uma série de facilidades aos especuladores em várias circunstâncias[197]. Durante todo o ano de 1892 predominou o mal estar econômico e as crises políticas, comerciais e bancárias. Sucederam-se as falências, entre elas a da Companhia Geral das estradas de Ferro do Brasil.

Com a ascensão de Floriano Peixoto ao poder em 23 de novembro de 1891, tendo à frente do Ministro da Fazenda Rodrigues Alves, teve início uma reação ortodoxa da política monetária. Rodrigues Alves, um representante da ala conservadora, acreditava que a quantidade de moeda em circulação era a causa da recessão. Em seu governo tentou implantar uma contra-reforma, com o apoio do Senador Campos Sales, visando o monopólio da emissão, a imposição de um teto máximo para a quantidade de moeda em circulação e o recolhimento das notas do tesouro. Com o objetivo de manter a imagem do país no exterior e garantir operações de crédito necessárias ao financiamento dos empréstimos do Governo junto aos banqueiros europeus, Rodrigues Alves inaugurou uma política de deflação e contração econômica, com o argumento de que esta política promoveria a entrada de capitais e o crescimento econômico acelerado. Porém, o plano de austeridade do governo não agradou aos industriais do Rio de Janeiro que entendiam que o programa significaria a falta de crédito e o agravamento da crise industrial.[198]

Apesar do crescimento de sua popularidade, Rodrigues Alves renunciou em agosto de 1892, em seu lugar assumiu o industrialista Serzedelo Correia, cuja política econômica seguia a linha de Rui Barbosa. Alguns autores recentes afirmam que a campanha pelo "auxílio às indústrias" movida pelos industriais em 1892 e a renúncia de Rodrigues Alves no mesmo ano, "não foram acontecimentos isolados", o que revelaria uma certa força do protesto industrial que conseguiu substituir o conservador Rodrigues Alves pelo industrialista Serzedelo Correia.[199] Este, por sua vez, pôs em prática uma reforma bancária em 17 de

---

[197] Seu último ato foi tentar reorganizar o Banco da República para emitir 600.000 contos. Como o Congresso não aceitou seu projeto, este passou a ser um dos motivos para o golpe de 3 de novembro/1891, quando o governo decretou "estado de sítio", dissolveu o Congresso e suspendeu a Constituição. A reação ao chamado "Golpe de Lucena" veio em 23 de novembro de 1891, na forma de um contragolpe que induziu a renúncia de Deodoro e a ascensão de Floriano Peixoto. Edgard Carone, *A republica velha (Instituições e classes sociais)*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª ed., 1972

[198] Sobre a contra-reforma de Rodrigues Alves ver C. M. Peláez e W. Suzigan, *História monetária do Brasil*, op. cit., p. 144 e J. Pandiá Calógeras, *A política monetária do Brasil*, op. cit. p. 241-243

[199] Estas afirmações foram feitas por M. A. P. Leopoldi em sua tese de doutoramenteo: *Industrial Associations*

dezembro de 1892, com o objetivo de criar um grande banco destinado a sanear a praça das especulações e possibilitar o desenvolvimento da indústria. O resultado foi a fusão do BREUB com o Banco do Brasil, formando o Banco da República do Brasil (BRB), sobre o qual o governo teria grande influência[200]. Entretanto, suas tentativas de nada adiantaram, a especulação da bolsa continuava desenfreada e aprofundava-se a crise cambial. A crise política e as revoltas que se desencadearam ao longo de 1893 agravaram a situação.

As desvalorizações cambiais causaram graves problemas fiscais para o governo ao mesmo tempo em que beneficiaram as cotações do café em moeda nacional, compensando as quedas dos preços externos do café a partir de 1893. A vida econômica do país estava paralisada em 1894, ao mesmo tempo em que a insurreição estourava no sul do país e, em meio a este cenário, o governo se limitava a fazer dinheiro para lutar contra a pressão financeira e política.

Esta era a situação encontrada pelo novo Governo de Prudente de Morais que assumia o poder em novembro de 1894, tendo a frente do Ministério da Fazenda Rodrigues Alves. O pagamento da dívida externa estava cada vez mais difícil, a continuidade da queda dos preços externos do café refletiram-se em queda da receita de exportações, de outro lado, a queda das importações resultava em queda das receitas do governo, debilitando as contas externas e dificultando ainda mais o equilíbrio orçamentários. A saída encontrada pelo governo para restaurar as finanças e a política, foi tentar prover a economia de recursos para financiar as despesas do governo através da emissão de obrigações do Tesouro e da dívida externa, porém, os empréstimos efetuados foram rapidamente consumidos e em nada contribuíram para atenuar a situação cambial.[201]

Deste momento em diante a República caminhou para a restauração dos interesses agrários. O entusiasmo nacionalista com perspectivas de industrialização já haviam sucumbido junto com Rui Barbosa e as oligarquias estaduais hegemônicas, vinculada aos interesses

---

and Politics in Contemporary Brazil, the associations of industrialits, economic policy-marking and the with special reference to the period 1930-1961, Oxford, Engl.: Oxford University. Tese PhD, St. Antony's College, 1984, cap. 5, item 2.1.

[200] Através do BRB seria autorizada a emissão dos chamados "bonos" ou "auxílios à industria", destinados a apoiar as empresas viáveis. Sobre o decreto de 17 de dezembro (ver J. Pandiá Calógeras, *A política monetária do Brasil,* op. cit.p. 247)

[201] Segundo Calógeras, nesse período já se configurava a necessidade de fundar um banco nacional apoiado pelo Governo, mas que somente seria realizado mais tarde. (J. Pandiá Calógeras, *A política monetária do Brasil,* op. cit., p. 271-281.

agrários, reassumiram, com a eleição de Prudente de Moraes, o controle do poder do Estado, organizando-se política e institucionalmente. Com Campos Sales esta corrente organizou o aparelho do Estado e os mecanismos de autuação política; e, com Rodrigues Alves consolidou-se economicamente, para que com Afonso Pena assinasse o Convênio de Taubaté.

Segundo Peláez: *"Numa perspectiva histórica, o que a ortodoxia monetária conseguiu foi precisamente a frustração e o atraso da industrialização. A restrição do crédito pela redução da oferta de moeda é, na realidade, a frustração da industrialização e do desenvolvimento."*[202]

Neste cenário político e econômico Amaro Cavalcanti se destacou como um representante da corrente papelista. Sua atuação mais importante foi justamente no período final da crise do Encilhamento, quando defendeu a indústria nacional contra as medidas conservadores do governo que levaram várias indústrias à falência.

3.3 Conceitos de Amaro Cavalcanti sobre a moeda metálica e a moeda fiduciária

Amaro Cavalcanti, embora por um lado concordasse com a teoria dos economistas clássicos[203] de que a moeda tida como verdadeira e aceita universalmente era a moeda metálica, por outro lado, não concordava com a idéia de que a moeda era um equivalente real dos valores pelos quais é permutada, sendo que, somente os metais preciosos e mais nenhuma outra mercadoria equivalente, poderia servir à função de moeda. Na sua opinião, o que expressava a teoria dos clássicos[204] não condizia com a realidade observada na maioria dos países, pois na prática comum, a moeda metálica não era a moeda exclusiva utilizada pelos Estados.

---

[202] Carlos M. Peláez. "As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945", op. cit., p. 29

[203] São denominados *economistas clássicos,* um grupo de pensadores econômicos que defendeu, desde a segunda metade do século XVIII até o aparecimento da teoria de Keynes em 1936, um conjunto de idéias e princípios liberais. Os nomes mais destacados deste grupo são: Adam Smith, David Ricardo, John Stuar-Mill, Jean Baptiste Say e Frédéric Bastiat.

[204] Os quais sustentavam que a moeda era um equivalente real dos valores pelos quais é permutada, sendo assim, não haveria nenhuma outra mercadoria equivalente que pudesse servir à função de moeda, a não ser os metais preciosos.

A história, segundo Amaro Cavalcanti, mostrava que a moeda ao longo de toda sua evolução, sempre foi usada como um *medium*, uma medida de valor convencional na troca dos produtos, não importando qual fosse a matéria constitutiva da mesma, ou seja, não existia *"a preocupação de que aquela tivesse, em si e por si, um valor intrínseco, ou fosse o equivalente real dos respectivos produtos"*. O exemplo disso é o fato de vários objetos terem sido utilizados como moeda ao longo da história, sem que os mesmo tivessem outro valor que não o de seu título nominal, *"aceito pelo consenso tácito ou expresso da tribo, cidade ou nação."*[205]. Sendo assim, não havia porque sustentar que somente o metal servisse perfeitamente à função de moeda. A moeda dizia:

> *"...não é um objeto de consumo, isto é, não tem utilidade* própria *ou* direta, *na satisfação de qualquer das nossas necessidades pessoais; a sua razão de ser é puramente relativa, ou, em outros termos: a utilidade da moeda não vem de sua substância, - mas da sua função, a qual é: fazer circular os valores. O ouro, como* moeda, *diz um economista distintíssimo, 'não traz nenhuma satisfação àquele que o possui, salvo no momento em que o possuidor se separa dele, para comprar o objeto que pode consumir. A moeda é uma máquina, como um navio ou um carro; é um* meio *e não um* fim*: ela transporta a posse do direito de propriedade dos objetos do mesmo modo que um veículo transporta volumes' "*[206]

Sendo assim, para cumprir a função de moeda, que nada mais é do que um meio de trocas, o objeto-moeda em circulação não precisava ter um valor intrínseco, ou seja, para Amaro Cavalcanti, a moeda não podia acumular as características de meio de troca e mercadoria ao mesmo tempo, ou a moeda era usada como um *medium convencional*, uma *medida comum* para facilitar as trocas, que a seu ver, seria a verdadeira função da moeda e a mais eficaz, ou ela era uma *mercadoria* propriamente dita, neste caso, estaríamos conforme suas palavras: *"voltando à* troca primitiva *dos objetos, isto é, daremos uma mercadoria por outra mercadoria."*[207]

Além disso, afirmava que a moeda metálica não atendia com eficiência à sua função de moeda em virtude de sua escassez e, consequentemente, da sua falta de elasticidade,

---

[205] Cavalcanti ressalta que essas mesmas idéias de moeda como simples instrumento de permutas, sem valor intrínseco, podem ser buscados em outros autores distintos, como em Aristóteles, na antigüidade, em E. de Laveleye, J. Stuart Mill, A. Smith. (A. Cavalcanti. *O meio circulante nacional*, op. cit., p.5-7)
[206] A. Cavalcanti. *O meio circulante nacional*, op. cit., p. 6-7
[207] Ibidem, p. 23

o que lhe impedia de atender as necessidades variáveis de meio circulante no país. Dizia Amaro Cavalcanti: *"nas atuais condições de incomensurável desenvolvimento dos povos modernos, falta aos metais preciosos um dos requisitos indispensáveis, - a quantidade* bastante, *- para que possam eles conservar o seu privilégio de única moeda verdadeira nas relações econômicas de todos eles."*[208] Para ele, sendo a função básica da moeda facilitar as trocas, fazia-se necessário que ao menos ela existisse em quantidade equivalente às necessidades da circulação, para que as forças produtivas pudessem se desenvolver livremente.

A realidade mostrava, segundo Cavalcanti, que na prática comum a moeda metálica tornou-se insuficiente, tendo quase desaparecido em alguns mercados e em outros subsistia como suposta garantia da circulação bancária. Seu movimento, observava, tornou-se monopólio de três ou quatro nações: França, Inglaterra Alemanha, Estados Unidos, países que conseguiram acumular grandes riquezas através do desenvolvimento industrial, que lhes permitiram manter parte considerável dessa riqueza para uso como moeda metálica. Enquanto isso, as nações pobres, sem condições para conseguir e conservar uma circulação metálica de maneira permanente, subsistiam na dependência monetária daquelas ricas, *"as quais lhes ditam a lei, segundo melhor convém a seus interesses...."* Além disso, as próprias nações ricas também sofriam as conseqüências da carência de metais, pois sendo as únicas que as possuíam em quantidade satisfatória, acabavam por depender também do valor real do meio circulante das demais nações, ou seja, os efeitos das oscilações do câmbio externo. Enfim,

> *"Em verdade, é impossível contestar-se que essa* suposta qualidade *da moeda, - valor real equivalente, tem sido um tropeço à economia nacional de muitos Estados, os quais, muitas vezes, naturalmente* ricos de elementos materiais *de toda a sorte, vêem-se, não obstante, tolhidos no desenvolvimento da sua prosperidade, - à falta de condições para conseguir e conservar uma circulação metálica de maneira permanente."*[209]

Além de possuir o defeito de ser insuficiente para as transações econômicas normais, Cavalcanti ressaltava que a moeda metálica, assim como qualquer outro objeto, não apresentava um valor constante indefinidamente, ou seja, também estava sujeita a oscilações

---

[208] A. Cavalcanti. *O meio circulante nacional*, op. cit., p. 16
[209] Ibidem, p.24

nos seus valores. Um exemplo disto, citado pelo autor, foram as bruscas oscilações no preço da prata a partir de 1870 que tiveram como causa o fato da Alemanha deixar de reconhecê-la como *moeda de curso ilimitado.*

Esta carência da moeda metálica[210] teria sido o motivo pelo qual muitos países adotaram outra moeda, o papel-fiduciário, como meio circulante nacional, seguindo uma prática totalmente adversa daquela ensinada pelos clássicos. Na prática geral, segundo Amaro Cavalcanti:

> *"se tem adotado e seguido conduta inteiramente diversa: o* crédito *público ou privado, caracterizado principalmente sob a forma de simples* títulos *ou* promessas de pagamentos ao portador, *tem sido e continua a ser, o meio circulante monetário mais abundante, mas eficaz, nos últimos resultados e conquistas da moderna civilização, sem medir a extensão do seu elastério sobre o lastro metálico, porventura, existente na economia do respectivo país."*[211]

Geralmente, dois tipos de emissão eram utilizados para substituir a moeda metálica escassa: a moeda-papel e a moeda fiduciária ou papel-moeda. Ambas com sistemas de garantias diferentes, a moeda-papel tinham sua emissão garantida por lastro metálico, igual ou correspondente a uma parte desta e a moeda fiduciária tinha um sistema de garantia fundado sobre apólices ou títulos de crédito público.

A moeda-papel constituía, segundo os conceitos do próprio Amaro Cavalcanti, *"uma promessa escrita de pagar ao portador e à vista, certa quantidade de* numerário *em espécie, isto é, na moeda real do país"*, cuja natureza jurídica é análoga a outros instrumentos de crédito especial como cheques, bilhetes à ordem, letras de câmbio, bilhetes ao portador, etc., e deveria, como estes, poder ser emitido por qualquer associação particular. O sistema de emissão e as regras que o regiam, variavam de país para país, dependendo do grau de progresso econômico de cada nação.[212]

---

[210] De acordo com dados apresentado por Cavalcanti às páginas 13 e 15 do livro *O meio circulante nacional*, de vinte países selecionados, treze (entre os quais Espanha, Itália, Portugal, Rússia, Suécia, etc.) apresentavam uma reserva metálica inferior à metade da sua circulação. Neste livro, Amaro Cavalcanti apresenta ainda dados sobre o volume de moedas metálicas em inúmeros países nos anos de 1887 a 1889.

[211] De acordo com Cavalcanti nos países da Europa e da América a moeda fiduciária representa cerca de 2/3 das operações totais. A. Cavalcanti. *O meio circulante nacional*, op. cit., p. 9 e 26.

[212] A. Cavalcanti. *O meio circulante nacional,* op. cit., p. 57

Quanto às garantias de conversibilidade da moeda-papel, Amaro Cavalcanti dizia: o sistema de emissão sobre lastro metálico igual, ou totalmente conversível em ouro, também chamado padrão-ouro, *"nunca passou de mera pretensão dos metalistas, nunca, nenhum banco de emissão, propriamente dito, o realizou"*[213]. Sendo que a única vantagem prática desse sistema era quanto ao manuseio da moeda metálica, ao passo que as desvantagens eram muitas:

> *"se um banco somente pudesse emitir papel, representado por valor igual em metal, bastaria que, em um ano (já não digo sucessivamente) as importações de produtos estrangeiros, excedendo em boa parte o valor das exportações, obrigassem a moeda metálica a migrar, para que o mercado interior do país, privado de todo, ou de parte, do seu meio circulante, fosse levado à maior pressão, e aos mais sérios embaraços, senão a própria ruína, pela falta de numerários..*
> *Não será preciso supor uma grande exportação da moeda; bastaria simplesmente, o aspecto de uma crise, a ameaça de grandes males na atmosfera política de um povo, para que todos corressem às portinholas do banco e, em um momento, ele se acharia sem um ceitil de metal e, conseguintemente, privado de emitir mais uma nota, isto é, sem poder fornecer nenhum meio circulante, justamente, quando maior devera ser a sua necessidade ocorrente."*[214]

Bastaria um simples aspecto de crise para que todos corressem ao banco e encontrassem este sem metal e privado de emitir uma só nota, para que o pânico se generalizasse.

O sistema da emissão sobre lastro metálico em um valor correspondente a um *quantum* limitado da emissão, cujo sistema mais geralmente adotado é o do terço[215], Amaro Cavalcanti considerava ainda mais defeituoso que o anterior, pois apenas exigia *"um para garantir três"*. Ao menor indício de crise, três iriam reclamar a mesma garantia consistente em um.[216]

Para Amaro Cavalcanti, o sistema de conversão se sustentava mais à base da confiança que inspirava nas pessoas do que sobre a garantia que oferecia. Os bancos que

---

[213] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 196. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 31 de outubro de 1891)
[214] Ibidem, p. 196-197
[215] Um banco realiza um depósito metálico de certa soma, e sobre esta emite o triplo em papel.
[216] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 197-198. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 31 de outubro de 1891)

utilizavam este sistema, dizia: *"devem a boa aceitação do seu papel ou a valorização deste, não ao fundo limitadíssimo de sua garantia, e, sim, ao critério de sua administração, à fácil e constante realização dos bons títulos descontados e a solidez da pública confiança que tem sabido inspirar, o que é tudo para as instituições de crédito dessa natureza."*[217]

De forma geral, a moeda-papel emitida como contravalor do próprio metal, incorreria nos mesmos inconvenientes e defeitos atribuídos à moeda metálica. Sendo assim, na opinião de Amaro Cavalcanti, a conversão metálica estável não era possível a qualquer país, pois:

> *"a conversão metálica (...) não tem aquele país que a quer, mas o país que a pode ter; isto é, a conversão metálica só pode ser uma realidade quando a produção nacional e a fortuna púbica forem bastantemente desenvolvidas, além das necessidades ordinárias – de modo que uma parte da riqueza acumulada possa ser aplicada ou esterilizada na mercadoria - metal, que vai desempenhar as funções de moeda. Sem tais condições, todo o esforço será inútil ou de resultados efêmeros."*[218]

Isto significa, no seu pensamento, que enquanto o país fosse dependente, quase que totalmente, da importação de produtos estrangeiros para fazer frente as necessidades internas da população, não poderia contar com a circulação metálica, pois neste caso, *"o valor do nosso meio circulante ficará sempre dependente do nosso desequilíbrio anual nas contas, que tivermos de saldar no estrangeiro"*[219]

Alguns países e o próprio Brasil, costumavam fazer grandes empréstimos externos de moeda metálica para alimentar a circulação nacional, mas para Amaro Cavalcanti este instrumento era totalmente inútil, dizia: *"Por minha parte, jamais aconselharia o meio do empréstimo externo para realizar a conversão metálica do nosso meio circulante, ensinado da experiência alheia e dos fatos da nossa história financeira, que o ouro alheio emprestado não tardará a voltar para a casa do seu dono, deixando-nos apenas os encargos do aumento da dívida contraída."*[220]

---

[217] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 200. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 31 de outubro de 1891)
[218] Ibidem, p. 232
[219] Ibidem, p. 232
[220] Ibidem, p. 234

Visconde de Mauá, em seu tempo, já falava das dificuldades de se obter o metal para manter a circulação monetária do país. Dizia ele:

> *"Dois são os caminhos que a razão e a ciência indicam para alcançar semelhante fim:* aumento de produção *em escala bastante grande para assegurar o ingresso dos metais, em representação dos saldos a favor do país, durante a pletora produtiva; ou fazer uso do crédito no exterior para conseguir uma grande importação de metais. A primeira hipótese luta com dificuldades invencíveis. O trabalho que cria a riqueza escasseia em vez de aumentar; no Brasil, é a* primeira *e a mais urgente necessidade que hoje deve atuar no ânimo dos que representam o poder público na governação do Estado. Se a primeira hipótese é por enquanto impossível, a segunda hipótese nem é discutível: importar metais para vê-los seguir, de torna-viagem, talvez pelos mesmos vapores por que forem importados, seria o cúmulo dos disparates.* O absurdo não se discute, rejeita-se. "[221]

Para Amaro Cavalcanti a circulação metálica eficiente só seria conseguida se o país apresentasse equilíbrio cambial, garantido pelos saldos de exportação e equilíbrio financeiro interno entre a receita e a despesa, ou seja, somente através do desenvolvimento econômico nacional e não de empréstimos externos, o país poderia obter moeda metálica em abundância. Caso contrário, enquanto o país não estivesse devidamente preparado para gerar uma riqueza interna e manter o equilíbrio do balanço de pagamentos e a estabilidade cambial, sua adesão ao padrão-ouro estaria problematizada, melhor seria então, adotar outro meio circulante menos prejudicial. Dizia:

> *"... só acreditamos na possibilidade de circulação metálica,* - abundante, estável, capaz de elasticidade *na esfera crescente do progresso do país, - si esta for um resultado ou conseqüência reversiva do aumento de nossa prosperidade; tudo que não for assim, será ilusório, insubsistente, ou de efeitos contraproducentes e prejudiciais."*[222]

As dificuldades apontadas por Amaro Cavalcanti, realmente existiam. A manutenção de um sistema de conversibilidade, de acordo com as regras do padrão-ouro, era muito mais favorável para as nações ricas do que para as nações periféricas como o Brasil. Segundo explicam os historiadores recentes, numa situação de desequilíbrio provocado por um

---

[221] Visconde de Mauá, apud Santiago Fernandes, "Mauá, o economista do Império. Análise de sua crítica científica ao padrão-ouro", in: *Revista Brasileira de Economia.* 28 (2), abril/junho, 1974, p. 24

[222] A. Cavalcanti. *Resenha financeira do Ex-Império do Brasil,* Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1890, p. 40

choque externo (guerras, crises econômicas, etc.), as conseqüências para o país afetado geralmente eram: a saída de ouro, em função do surgimento do déficit no balanço de pagamentos, a redução do estoque de moeda interna, provocando a deflação dos preços internos e a elevação da taxa de juros. Com essa elevação da taxa de juros, o país atraía novos capitais, podendo voltar a um novo patamar de equilíbrio da economia. Porém, no caso de países periféricos, este ajustamento era muito mais complexo, pois estes países eram muito mais vulneráveis às flutuações cíclicas da economia mundial. Numa fase recessiva da economia, por exemplo, a tendência era uma queda do preço dos produtos primários, gerando um déficit no balanço de pagamentos, agravado com a fuga de capitais e pela necessidade de realizar maiores pagamentos dos serviços da dívida externa, em virtude do próprio aumento da taxa de juros nos países centrais, pressionando a desvalorização do câmbio e dificultando sua continuidade no sistema do padrão-ouro. [223] Amaro Cavalcanti percebia esta dificuldade e por isso afirmava que enquanto um país, como o Brasil, não fosse capaz de conter os desequilíbrios de sua balança de pagamentos, não teria as condições necessárias para manter uma circulação metálica, neste caso, a solução era fazer o uso de outra moeda, mais poderosa a seu ver, como meio circulante, a moeda de crédito ou papel fiduciário, que na prática, era largamente utilizada por diversos países na busca do progresso, a despeito do ensino clássico.

A moeda fiduciária, também chamada de papel-moeda ou moeda de crédito é um instrumentos de crédito público ou privado, caracterizado principalmente sob a forma de simples *títulos* ou *promessas de pagamento ao portador,* sem contravalor do metal. Segundo Amaro Cavalcanti, um eficiente *agente circulante de valores,* que desempenha eficazmente as funções de moeda, por ser abundante e perfeitamente elástico, sendo utilizado comumente por muitos países que não dispõem dos metais preciosos em abundância para fomentar suas economias.[224] Para ele, a moeda fiduciária tornava o dinheiro mais abundante e barato para ser investido no comércio e na indústria, fomentando a produção interna do país, determinando uma certa independência frente as economias que detinham o controle sobre os metais.

Quanto à forma de emissão da moeda fiduciária, Amaro Cavalcanti, ao contrário dos metalistas, preferia a emissão bancária à emissão feita pelo Tesouro. Para ele, a emissão

---

[223] Renato L. Marcondes, "Padrão-Ouro e Estabilidade", op. cit., p. 540-542
[224] A. Cavalcanti. *O meio circulante nacional...,* op. cit., p. 9

de papel de curso forçado pelo Tesouro era um recurso extremo, que somente deveria ser utilizado quando o Estado não tivesse outro modo de obter receita para fazer frente às suas obrigações ou em caso de guerra. E no caso de ser necessário a emissão pelo Tesouro, seria prudente que logo se efetuasse uma nova reforma monetária.[225] Dizia: *"é preferível que o Estado dê o curso forçado às notas de um banco central, de preferência, a emiti-las diretamente pelo Tesouro."*[226] Este também era o pensamento de Rui Barbosa, que dizia dever-se evitar a emissão direta pelo governo. Segundo ele: *"... de todos os gêneros de moeda fiduciária, a que pior cotação goza em economia política, é o papel-moeda emitido pelo Tesouro"*[227]

Para Amaro Cavalcanti, assim como para Rui Barbosa, a melhor moeda fiduciária era a emitida pelos bancos privados. Assim dizia Cavalcanti: *"A moeda fiduciária, emitida pelos bancos, (...) tem por fim baratear o dinheiro, facilitando-o ao comércio e às indústrias, de maneira que a sua emissão representa sempre um emprego reprodutivo na circulação geral."* Enquanto que o papel-moeda emitido pelo Tesouro, não apresentava a mesma finalidade de fomentar indústrias e comércio, pois o Tesouro não possuía os mesmos canais de circulação dos bancos, ou seja, não descontava letras e não tinha sucursais que pudessem distribuir os recursos pela economia.[228]

De qualquer forma, Amaro Cavalcanti não deixava de lembrar que toda moeda de papel, fosse emitida pelos bancos ou pelo Estado, era "uma simples promessa de pagamento", que circulava fiduciariamente, isto é, como um representativo provisório da moeda real e, portanto, a confiança do público em receber a moeda de papel dependia diretamente da segurança do pagamento real que ela prometia, ou seja, a moeda de papel circulava como uma verdadeira moeda, se o público tivesse confiança na sua promessa de pagamento, portanto, a confiança era a verdadeira garantia da moeda.

---

[225] Cavalcanti diz que um dos meios utilizados para corrigir a situação monetária quando o governo recorre a emissão de papel de curso forçado é: " fundação de bancos de bancos emissores, mediante os quais se resgate o papel de curso forçado, aos poucos ou aos muitos (...) isto é, substitui-se na circulação a moeda-papel de curso legal, conversível, em lugar do papel-moeda.." A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 272. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 15 de janeiro de 1892)

[226] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 273. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 15 de janeiro de 1892)

[227] Rui Barbosa, *Finanças e política da República: Discursos e escriptos.* Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1893.

[228] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 275

Sendo assim, isto era mais um motivo para se preferir a emissão pelos bancos, pois, segundo Amaro Cavalcanti, as garantias oferecidas pelos bancos de emissão eram mais dignas de confiança do que as garantias oferecidas pelo Tesouro. Segundo ele, para garantirem suas emissões, os bancos, ou depositavam no Tesouro uma certa quantia em apólices da dívida pública e eram autorizados a emitirem um valor igual em notas, ou depositavam certa soma em ouro, sobre a qual emitiam o duplo ou o triplo. No caso de garantia por lastro metálico, a importância que eqüivalia ao *quantum* descoberto (quando a emissão era ao duplo ou triplo da soma em ouro) era garantida pelos valores das carteiras, pelos bens pertencentes aos bancos, pelos direitos e créditos destas instituições, etc. Além disso, a emissão bancária com curso legal, nas condições da lei vigente, com o recebimento obrigatório nas repartições públicas, tinham, virtualmente, a garantia subsidiária do governo. Ou seja, *"na eventualidade da insolvência de um banco emissor, cujo papel tem* curso legal e força liberatória, *o governo está, implicitamente, obrigado a assumir a responsabilidade do mesmo papel"*. Enquanto, de outro lado, a garantia do Tesouro era a simples promessa de pagar.[229]

O grande empecilho do papel-moeda, para Amaro Cavalcanti, era o abuso da sua emissão: *"quando o poder público recorre ao papel-moeda, raramente pára onde deve parar; - em vez de só emitir, rigorosamente o indispensável para a necessidade urgentíssima da ocasião; deixa-se seduzir pela batareza da moeda, e faz emissão maior ou mesmo sucessivas, do papel-moeda."* A conseqüência da emissão excessiva é que o papel-moeda perde o seu *caráter de moeda*, tornando-se *"um elemento perturbador de todos os interesses e relações da economia nacional"*.

Tirando este empecilho, o papel-moeda era para Amaro Cavalcanti o melhor de todos os instrumentos de crédito público. Mesmo depois da crise do Encilhamento ocorrida no Brasil, Amaro Cavalcanti, como poucos, continuou a defender a circulação fiduciária nos termos expostos. É o que atesta esta sua frase de 1896: *"Não fora, porém, esta circunstância, ou esse perigo de o* papel-moeda *tornar-se* facilmente excessivo *na circulação; - e não duvidaríamos proclamá-lo, como o melhor de todos os instrumentos do crédito público, senão também, - como a forma mais cômoda e mais perfeita da própria moeda."*[230]

---

[229] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 278-279. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 15 de janeiro de 1892)
[230] A. Cavalcanti. *Elementos de Finanças,* op. cit., p.343

Quanto a questão de se fixar um limite máximo à emissão bancária e à sua distribuição, Cavalcanti colocava-se inteiramente contra. Dizia: *"é um absurdo manifesto a pretensão de fixar limite invariável ao meio circulante de um país"*. Para ele:

> *"o limite da circulação depende das necessidades da mesma circulação. Se a moeda é um meio, o meio deve estar de acordo com as exigências do fim, - e o fim é a multiplicidade de transações, em que a moeda entra, - é o desenvolvimento econômico do país, o seu progresso; se esse desenvolvimento cresce, a circulação também; se o desenvolvimento diminui, a circulação deve diminuir igualmente."*[231]

Em outra passagem Cavalcanti dizia:

> *"... a* precisão da moeda *só poderá ser determinada pelas* transferências, *pelas* transações múltiplas, indefinidas, *que se realizam, se desdobram, se sucedem, se centuplicam, sem* solução final, *na vida econômica do povo.*
> *Cresce a* produção, *aumenta o* consumo, *pelo aumento dos consumidores ou porque estes exigem agora novos objetos; a procura da moeda deve também crescer igualmente, porque ela tem de mover, tem de circular esse novo aumento de produtos, ou tem de regular a freqüência maior das permutas, daí resultante."*[232]

Ou seja, não poderia haver um limite fixo para a emissão, esta deveria variar de acordo com as necessidades de moeda no mercado, não sendo excessiva nem insuficiente para as transações econômicas. Sua quantidade deveria variar de acordo com o crescimento econômico. A emissão bancária para Amaro Cavalcanti significava mais que uma simples disponibilidade de numerários, representavam o auxílio dos bancos ao progresso econômico.[233]

Esta defesa que Amaro Cavalcanti fazia da moeda fiduciária emitida pelos bancos de emissão, fundamentava-se no exemplo de outros países, principalmente dos Estados Unidos, que havia desenvolvido um sistema monetário com base na proliferação de um grande número de bancos e com a emissão fiduciária. Sobre isto dizia:

> *"Não há quem ignore o desenvolvimento extraordinário do crédito público neste século. Sabem todos que ao crédito público devem todas as nações modernas a sua própria independência e organização política; todas as grandes empresas de*

---

[231] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 219. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 31 de outubro de 1891)
[232] Ibidem, p. 376.
[233] Ibidem, p. 219. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 31 de outubro de 1891)

exploração científica, todos os trabalhos mais arrojados e custosos das artes e das ciência, todos esses grandes melhoramentos industriais que, por assim dizer, deslumbram a própria imaginação: todos eles são devidos, não ao metal, para tanto insuficiente, incapaz, mas à força quase ilimitada do crédito público."[234]

Enfim, para Amaro Cavalcanti o papel-moeda apresentava inúmeros benefícios, entre os quais: a faculdade de aumentar e facilitar a circulação, ser de fácil manuseio e transporte, apresentar um baixo custo, além de economizar riqueza pública que seria gasta na cunhagem de metais para uso como moeda. Mas, o benefício maior do papel-moeda emitido pelos bancos era o fato de tornar o dinheiro mais barato e facilitar o crédito para ser investido tanto no comércio como na indústria, propiciando assim, o aumento da produção nacional e o desenvolvimento. Assim, afirmava: *"um país novo, sem riqueza bastante para suas necessidades, pode e deve usar dos meios do crédito (tal é a moeda fiduciária), para fomentar e desenvolver o seu trabalho e indústrias, cuja produção aumentando progressivamente, o habilitará a ter, mais tarde, a boa moeda metálica."*

Por tudo isso, Amaro Cavalcanti dizia que não havia razão que justificasse o predomínio do uso exclusivo do metal para, somente ele, constituir a verdadeira moeda.

A conclusão geral que podemos chegar, depois de todas esta exposição, é que Amaro Cavalcanti, não obstante a sua defesa da moeda fiduciária, acreditava na "excelência" da moeda-metálica, todavia, reconhecia a impossibilidade de um país novo e pobre se adequar as regras do padrão-ouro, então propunha como alternativa a moeda fiduciária, que tornaria o meio circulante abundante e o crédito farto para ser investido na produção nacional e somente depois, com uma economia produtiva devidamente estruturada e com uma produção suficiente para atender as necessidades internas do país e para produzir sua própria riqueza, o país poderia obter a circulação metálica desejada. A moeda fiduciária era, a seu ver, um recurso extremo e necessário, mas não definitivo.

---

[234] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 200. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 31 de outubro de 1891)

3.4 Como Amaro Cavalcanti avalia a questão financeira no Brasil e o papel da moeda fiduciária para o desenvolvimento industrial

A análise que Amaro Cavalcanti fez da situação econômica do Brasil e as soluções que propôs para o sistema financeiro, com o intuito de viabilizar o desenvolvimento industrial e econômico do país, é a parte mais original do seu pensamento industrialista. Amaro Cavalcanti, nos últimos anos da Império e durante a primeira década republicana, teve a ousadia de poucos, de defender para o Brasil um sistema monetário baseado na moeda fiduciária, num momento em que a maioria dos intelectuais lutavam por uma política conservadora que levasse o país a se adequar as regras do padrão-ouro. Para Cavalcanti, a emissão fiduciária era uma alternativa para o país expandir seu meio circulante e aumentar as possibilidades de crédito, que seriam investidos na produção industrial, gerando o aumento da produção interna e conseqüente desenvolvimento econômico.

O que mais chama a atenção em Amaro Cavalcanti é que ele persiste em sua defesa da moeda fiduciária, mesmo depois do país passar pela crise do Encilhamento, que resultou na queda do liberal Rui Barbosa e no retorno do conservadorismo ao poder. Amaro Cavalcanti enfrentou os ataques da ortodoxia monetária, mantendo sua posição em favor da moeda fiduciária na imprensa e no Congresso Nacional, onde defendeu projetos de reforma bancária e criticou os projetos da ala conservadora.

Na avaliação que Amaro Cavalcanti fez sobre o sistema financeiro nacional durante todo o Império e primeiros anos da República, chegou à conclusão de que faltava ao Brasil um sistema monetário eficiente e adequado às circunstâncias internas do país, capaz de garantir um meio circulante abundante e o crédito farto para serem investidos no desenvolvimento da produção nacional. Na sua opinião a estrutura produtiva do país ao longo de todo o Império e nos primeiros anos da República, não lhe permitia se adequar às regras do padrão-ouro e manter a conversão metálica, mas a despeito disto, os governos insistiram em manter uma política conservadora seguindo a meta da conversibilidade. Para Cavalcanti, esta mentalidade conservadora era responsável por todos os problemas monetários e financeiros do Brasil, ou seja, pelo sistema monetário arcaico e deficiente, pela moeda depreciada, pela

dívida pública crescente e pela insuficiência do meio circulante e do crédito para serem investidos no desenvolvimento da produção nacional.

Amaro Cavalcanti acreditava que o principal erro na condução da política econômica do Brasil era tentar impor através da lei a circulação metálica. Na sua opinião, a própria história do país mostrava a ineficácia desta medida, pois quase todas as tentativas de recolhimento do papel-moeda emitido e de adoção do sistema de conversibilidade durante o Império, além de infrutíferas foram prejudiciais, pois apenas serviram para aumentar a nossa dívida pública.[235] Amaro Cavalcanti afirmava que para o Brasil adotar a conversão metálica com sucesso, primeiro precisava desenvolver suas forças produtivas, aumentar sua produção para depender menos das importações e gerar maior riqueza interna, somente assim poderia ter o ouro necessário para manter a circulação metálica e garantir sua independência externa. Sua tese era de que um país novo como o Brasil, sem recursos para investir, deveria recorrer ao recurso do crédito (moeda fiduciária) *"para fomentar e desenvolver o seu trabalho e suas indústrias, desta forma conseguiria, a exemplo dos Estados Unidos, aumentar sua produção e consequentemente suas exportações e manter uma balança de pagamentos favorável, que o habilitaria a ter, mais tarde, a moeda metálica."*[236] Ou seja, primeiro fazia-se necessário aumentar os investimentos na produção nacional através da expansão do crédito, para somente depois, com o crescimento da produção e da riqueza interna e, consequentemente, da menor dependência externa, poder-se-ia adotar a circulação metálica. Assim dizia:

> *"Tenhamos por verdade iniludível: enquanto a situação econômica do país for tal que dependamos, quase totalmente, da importação de produtos estrangeiros, para os objetos necessários às artes, às ciências, às indústrias, à habitação, ao vestuário e à própria alimentação quotidiana, não poderemos contar com a probabilidade prática, constante de circulação metálica. O valor do nosso meio circulante ficará sempre* dependente *do nosso desequilíbrio anual nas contas, que tivermos de saldar no estrangeiros"* [237]

Rui Barbosa, embora fosse um metalista, também achava que o Brasil não estava preparado para a adoção do sistema metálico, devido à sua incompatibilidade com os

---

[235] Nas páginas 227 a 231 do livro *Política e Finanças,* Amaro Cavalcanti descreve as diversas tentativas de resgate de papel-moeda desde 1852 a 1890.
[236] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 209. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 31 de outubro de 1891)
[237] Ibidem, p. 232

problemas apresentados pelo nosso balanço de pagamentos.[238] De acordo com Rui Barbosa, primeiro era preciso restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos, para depois adotar a circulação metálica. Dizia ele:

> *"não é (...) a circulação metálica que nos há de firmar o câmbio alto; é, pelo contrário, a estabilidade do câmbio ao par, efeito da prosperidade econômica da nação, que nos há de permitir a circulação conversível. Os metalistas invertem os termos do problema e, por isso, suas criações não passam de castelos de cartas."*[239]

Porém, esta não era a opinião dominante no período, os metalistas representavam grande parte dos parlamentares e faziam oposição ferrenha a qualquer medida que procurava desvincular a política monetária da política cambial.[240] Estes contestavam qualquer indicação que havia escassez de moeda e culpavam o excesso de emissão pela depreciação cambial. Ao longo de quase todo o Império e Primeira República as idéias conservadoras prevaleceram no cenário político do Brasil tentando implementar, na maioria das vezes sem sucesso, uma política monetária ortodoxa com objetivo de adequar o país às regras do padrão-ouro. Em oposição a esta corrente conservadora existia um grupo formado por parlamentares, jornalistas e homens de negócios, ao qual pertencia Amaro Cavalcanti, que defendia uma moeda mais elástica para acompanhar o crescimento dos negócios. A atuação destes homens era tentar convencer as opiniões sobre a ineficácia de se manter uma política de recessão e contração monetária para equilibrar as contas internas do país e defender uma política monetária mais liberal, que expandisse o crédito e o meio circulante para atender as necessidades crescentes de moeda na economia brasileira. Através de Amaro Cavalcanti podemos perceber como era a atuação destes intelectuais no cenário político do Brasil.

Em 1889, quando se discutia a reforma bancária nacional, Amaro Cavalcanti já apregoava os benefícios da utilização da moeda fiduciária como meio circulante nacional. Citando o exemplo dos Estados Unidos que abandonou a conversibilidade em 1862 por

---

[238] Rui Barbosa realizou uma estimativa sobre o déficit no balanço de pagamentos brasileiro no fim do Império, que está em *Do relatório Ruy Barbosa* (1890), p. 540 (Apud. Pelaez, C. M. "As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945", op. cit., p. 14

[239] Rui Barbosa. *Finanças e Políticas na República – Discursos e Escriptos de Rui Barbosa.* Capital Federal: Companhia Impressora, 1892.Discurso "O papel e a baixa do câmbio" - Senado em 3 de novembro de 1891, p. 29

[240] G. Franco, *Reforma monetária e instabilidade...*, op. cit., p. 103

ocasião da Guerra de Secessão, Cavalcanti procurava demonstrar a grande conveniência do sistema de bancos nacionais americanos que começaram a emitir, barateando o dinheiro para o investimento nacional. Naquela época Cavalcanti escreveu nos jornais:

> *"Foi assim também nos Estados Unidos; lá, quando o governo recorreu, por ocasião da guerra da libertação dos escravos, como último salvatério, ao sistema de bancos nacionais, e que estes começaram a* baratear *o dinheiro para todas as indústrias, para as mais arrojadas empresas, não faltou quem apregoasse logo, como conseqüência próxima e inevitável, a pública desgraça, a ruína econômica!...*
> *Além disso, não se compreendia, acrescentavam então lá, e agora entre nós, como o governo esperava poder melhorar o meio circulante (papel depreciado), isto é, chegar à sua* conversão metálica *autorizando a criação de bancos emissores, cuja garantia repousava também em* papel, *a saber, - títulos da dívida pública, sobre a qual, com efeito, são ali organizados os referidos bancos...*
> *E, no entanto, importa dizer, a experiência de 26 anos já está feita; os bancos nacionais de emissão excedem ali a dois mil e muitos, e os resultados obtidos têm sido estes: a maior prosperidade industrial e econômica, que jamais se viu em povo algum, uma solidez financeira invejável, e a moeda metálica é, desde 1879, o* medium circulante efetivo *do país.*
> *Não é preciso dizer como se operou este* último milagre*: é fácil de ver, que a barateza do dinheiro bancário para todas as indústrias trouxe o engrandecimento descomunal da produção, e que esta, exportada para os mercados estrangeiros, fez vir daí, em troca, a moeda dos outros povos, não como empréstimo, mas como riqueza própria do país. Por pouca que seja a vista do observador, se aperceberá que a nossa situação atual é, feitos os descontos, assaz semelhante: nós precisamos hoje de dinheiro, muito dinheiro em movimento, para satisfazer aos vários reclamos econômicos das nossas condições."*[241]

Para Cavalcanti, o Brasil encontrava-se na mesma situação dos Estados Unidos naquele período, pois também precisava de muito dinheiro em movimento para satisfazer as necessidades econômicas e para serem investidos em empreendimentos industriais. E a moeda fiduciária era o único meio eficaz para dispor ao país recursos financeiros suficientes para fomentar o progresso econômico, depois, com o desenvolvimento progressivo da economia, o país poderia adotar sem restrições o sistema de conversão metálica, mas no momento vivido, seria mais vantajoso para o progresso do país adotar a mesma política dos EUA, autorizando a emissão bancária garantida por títulos da dívida pública.

---

[241] A. Cavalcanti. *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil.* Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1890, p. 62

A idéia de se seguir o modelo americano de bancos de emissão também era admitida por alguns metalistas menos ortodoxos, como os senadores: Visconde de Cruzeiro, Visconde de Ouro Preto e Lafayete Rodrigues. O projeto de reforma bancária elaborado por eles em 1887 propunha uma mudança no sistema monetário do país, instituindo a pluralidade emissora e a moeda fiduciária.[242] Não que fossem defensores da moeda fiduciária, mas porque acreditavam que o atual estado econômico do Brasil não lhe permitia ter uma circulação metálica eficiente. O exemplo dos bancos nacionais americanos também era lembrado por Visconde de Cruzeiro nos seus discursos em defesa do projeto. Dizia:

> *"Os autores do projeto (...) têm o mais veemente desejo de ver extinto o papel-moeda e estabelecida a circulação metálica. Mas, atenta a necessidade de obviar a insuficiência do atual meio circulante e a dificuldade de estabelecer o regime dos bancos com emissão sob base metálica enquanto perdurar o papel-moeda, entenderam que, como transição de um regime para o outro, se podia adotar a organização dos bancos americanos conhecidos sob a denominação de 'bancos nacionais' que tão proficuos resultados têm apresentado nos Estados Unidos."*[243]

Porém, a pressão dos conservadores mais ortodoxos contra a emissão fiduciária era ainda muito forte na economia brasileira. Um exemplo representativo era Francisco Belisário, Ministro da Fazenda entre agosto de 1885 e março de 1888, um dos maiores financistas conservadores do Império e representante do pensamento metalista, adversário declarado da moeda fiduciária e portanto, totalmente contrário às idéias propostas por Amaro Cavalcanti. Belisário declarava em todos os seus discursos a sua hostilidade contra a emissão fiduciária e fazia questão de frisar a necessidade urgente de recolhê-la da circulação, pois ela *"era a* causa primeira *de todas as nossas dificuldades econômicas e financeiras do país!..."* Acreditava que o melhor para o Brasil era restabelecer o curso metálico. Assim declarava:

> *"o valor do papel-moeda depende de sua quantidade (...) mas não é na soma numérica das notas que se pode achar o critério para conhecer a deficiência ou o excesso do meio circulante; o critério único está no preço do ouro-mercadoria e no estado do câmbio (...) sendo a depreciação conseqüência do excesso de papel-*

---

[242] Sobre o projeto de 1887 ver nota de rodapé 181 neste capítulo.

[243] Visconde de Cruzeiro, apud Antonio Carlos R. de Andrada. *Bancos de emissão no Brasil*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1923, p. 180.

moeda, ir reduzindo a sua quantidade será aumentar-lhe o valor. Nisto consiste a primeira condição para chegarmos a circulação metálica"[244]

Amaro Cavalcanti lutava contra atitudes como as do Ministro Francisco Belisário[245], que preferia reduzir ou cortar as despesas públicas ao invés de utilizar-se do crédito público, por acreditar que este só deveria ser usado no caso de extrema necessidade, ou seja, enquanto os recursos internos permitissem a adequação do orçamento, o acesso ao crédito deveria ser evitado. Para Cavalcanti esta idéia fixa foi um dos maiores males da política econômica do Império. Não que ele fosse contra a necessidade de economizar os recursos públicos, mas acreditava que era preciso ponderar entre a necessidade de reduzir os gastos e os benefícios que o aumento dos gastos trariam para a sociedade, dizia ele: *"estadista nenhum deve recuar diante de uma despesa, quando desta tenham de resultar proventos maiores para aqueles mesmos, sobre os quais haja de recair o ônus de prover aos meios da aludida despesa."*[246] Por isso, considerava a política do governo de reduzir gastos para diminuir o déficit público totalmente inadequada. Em suas palavras:

> *"como extirpar este* regimen crônico dos déficits, *que vigoraram tanto tempo quanto o Império, em um país novo, cujas necessidades aumentam fatalmente, todos os anos, todos os meses, todos os dias, como outras tantas condições do próprio desenvolvimento. Reduzindo as despesas sempre e sempre, até chegar a um equilíbrio estável, ou, na frase do Sr. Belisário, à sua equação com a receita?!"*[247]

Qual então a sua idéia sobre o sistema adequado para o desenvolvimento material e moral do país? Segundo Cavalcanti:

> *"O Brasil muito precisa, não reduzir a sua despesa, mas saber aplicá-la com critério, de modo a criar ou aumentar os elementos e os meios da pública prosperidade, a obter as inúmeras vantagens de que carece, em outros termos, de modo a tornar fontes produtivas de receita esses mesmos atos de despesa maior efetuado."*[248]

---

[244] Relatório de Ministro da Fazenda Francisco Belisário, publicado em 1886, p. 16

[245] Amaro Cavalcanti, no livro *Resenha Financeira,* faz uma avaliação do governo de Francisco Belisário, criticando sua posição conservadora em relação a moeda e aos gastos públicos.

[246] A. Cavalcanti. *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil.* Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1890, p. 35

[247] Ibidem, p. 35-36

[248] Ibidem, p. 36

Ao contrário de Belisário, Cavalcanti acreditava que o país poderia ter alcançado muito mais benefícios se tivesse feito o uso dos recursos do crédito de que o país tinha a sua disposição,

> *"o Sr. Belisário muito poderia ter feito, valendo-se de amplos recursos do crédito que teve sempre o mais sólido e franco a sua disposição, quer diretamente por via de empréstimos, aplicando-os aos misteres,* mais proximamente reprodutivos *de transformação do trabalho nacional, como aos serviços de imigração, e ao auxílio de indústrias, sabidamente remuneradoras, mas que exigem dispêndio superior às forças dos particulares, somente; - quer, por modo indireto, facilitando o numerário preciso ao comércio, e a quaisquer outras explorações ou empreendimentos industriais, muito embora fosse aquele da simples espécie fiduciária."*[249]

Para Amaro Cavalcanti, esta mentalidade era a causa do atraso do desenvolvimento brasileiro. Na sua opinião a moeda metálica era realmente a moeda por excelência, universalmente aceita, mas não era a sua carência na circulação que privava o pais de atingir o desenvolvimento, como afirmavam os conservadores. Dizia:

> *"Esta fé cega e exclusiva na onipotência do metal já não se justifica, nem pela teoria, nem pela prática: um país pode ter a sua circulação,* inteiramente de metal, *e nem por isso deixar de ser pobre de prosperidades reais, permanentes; um outro,* sem ter ouro, *pode, não obstante, aumentar, desenvolver a sua produção, por intermédio do crédito ou da* moeda fiduciária *somente, e desta sorte, elevar-se a maior prosperidade possível, obtendo, então, o próprio ouro como um* efeito reversivo *da sua prosperidade."*[250]

Sendo assim, achava totalmente inadmissível os governos imporem toda a sorte de sacrifícios ao Estado para ter a circulação metálica na esperança de com ela alcançar todo progresso desejado.

Todavia, como já dissemos, esta não era a opinião dominante no país. Os conservadores, na maioria das vezes conseguiam impor suas opiniões e a política monetária do Brasil seguia pela meta da conversibilidade. A pressão exercida por esses metalistas modificara o projeto de reforma monetária apresentado em 1887, com a introdução da

---

[249] A. Cavalcanti. *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, op. cit., p. 36
[250] Ibidem, p. 37

conversibilidade do lastro metálico, mas Rui Barbosa quando assumiu a pasta da Fazenda por ocasião da Proclamação da República, modificou o projeto, acabando com a conversibilidade por entender a impossibilidade prática desta medida. Nos primeiros anos da República Rui Barbosa conseguiu reverter a ortodoxia monetária com uma política liberal que possibilitou uma forte expansão monetária com as emissões bancárias inconversíveis lastreadas em títulos da dívida pública, que possibilitou ao país um vigoroso crescimento econômico, com o crescimento do crédito e a inauguração de vários estabelecimentos industriais.

Amaro Cavalcanti tinha especial interesse em defender a política expansionista de Rui Barbosa, pois acreditava que somente através da expansão monetária e do crédito a indústria nacional poderia se desenvolver plenamente. De fato, a história mostra que o período (1889-1891) se caracterizou por um grande surto de desenvolvimento industrial como jamais se vira no Brasil. Assim, quando a ortodoxia tomou novamente o poder depois da queda de Rui Barbosa, Amaro Cavalcanti foi um daqueles que tentou impedir a condução da economia pelas vias conservadoras, o que no seu entender, seria um retrocesso para o desenvolvimento industrial do país. Sua principal batalha era tentar impedir a aprovação dos projetos de reforma bancária elaborados pela ortodoxia logo após a crise do Encilhamento, que se implementados significaria a ruína das indústrias existentes. Nos seus discursos argumentou sobre a ineficácia das políticas propostas pelo conservadores e apresentou um novo projeto substituto.

Em outubro de 1891, Amaro Cavalcanti discursou no Congresso para impedir a aprovação do primeiro projeto de reforma bancária conservador da República, apresentado por Felisbello Freire, Juvêncio de Aguiar e Baptista da Motta, contra-atacando com um projeto substitutivo mais liberal, mas não teve sucesso, o Congresso decidiu pela aprovação do primeiro projeto. O golpe de Estado de 3 de novembro que dissolveu o Congresso, interrompeu as discussões sobre reforma bancária. Quando o Congresso reuniu-se novamente em janeiro de 1892, dois projetos foram propostos para substitutivos do projeto aprovado, um apresentado por Amaro Cavalcanti, o mesmo apresentado anteriormente, e outro apresentado por Ramiro Barcellos, Rangel Pestana, Campos Sales, E. Wandenkolk, Cunha Junior, Saldanha Marinho, entre outros, a pedido do Ministro da Fazenda do novo governo da República, Rodrigues Alves.

A expansão ocorrida nos primeiros anos da República, que gerou altos picos de investimento na indústria, cedeu lugar à crise econômica que se estendeu pela década e 1890.

No início de 1891 a proteção alfandegária foi substancialmente reduzida, corroída pela inflação e, apesar da forte depreciação cambial compensar essa redução da proteção em alguns períodos, as oscilações no nível de proteção colocaram os industriais em grandes dificuldades. As principais indústrias atingidas pela crise eram aquelas cujos maquinários haviam sido comprados na época de alta cambial e que, por causa da desvalorização em 1891, viram-se em dificuldades para quitar suas dívidas no exterior. A saída foi recorrer ao governo, pedindo mais proteção e maiores concessões de empréstimos. Porém, a incapacidade da indústria nacional em abastecer o mercado nacional e o privilégio concedido a alguns industriais, começaram a irritar as classes agrícolas. Criticavam-se o caráter especulativo da industrialização brasileira, o enriquecimento dos industriais às custas dos consumidores e das finanças públicas e o aumento do custo de vida. Estas críticas partiam de conservadores que temiam que os auxílios alimentassem a jogatina na bolsa.

As medidas tomadas pelo governo para refrear a crise, impondo uma política de retração monetária e contenção do crédito, acabaram dificultando ainda mais a sobrevivência das indústrias nacionais. Para defendê-las, Amaro Cavalcanti discursava no Congresso em 1891 e 1892, reivindicando não apenas uma política de proteção e incentivos à indústria nacional, mas também, tentando conter o avanço das políticas monetárias ortodoxas, que dificultavam ainda mais o desenvolvimento da indústria nacional. Debatendo com os conservadores, procurava mostrar os erros na condução da política econômica em virtude de uma avaliação errada sobre as causas da especulação e os prejuízos para a economia gerados pela carência de meio circulante e pela falta de uma política de incentivo à produção nacional. Sua intenção era garantir uma política de crédito fácil e dinheiro abundante para ser investido na indústria nacional.

A interpretação usual da crise do Encilhamento era de que o excesso de emissão teria causado a desvalorização cambial e o avanço da especulação. Em 1891, Leopoldo de Bulhões enfatizava na Câmara dos Deputados a influência da oferta de moeda sobre o câmbio, embora reconhecendo que outros fatores, como as relações comerciais, exerciam influência sobre o câmbio, procurava mostrar que era o excesso de emissão o que realmente causava a sua desvalorização naquele momento. Dizia:

> *"Se se equilibram as nossas relações de débito e crédito internacionais, e a taxa do câmbio apesar disto é baixa – devemos ver nesta baixa simplesmente a prova e a medida da depreciação do nosso meio circulante, do nosso papel-moeda. Se S. Ex. [Rui Barbosa] timbra em contestar o que é incontestável, o que a ciência econômica ensina e a experiência dia a dia o confirma – a influência do papel-moeda sobre os câmbio estrangeiros, influência que pode ser modificada ou retardada por causas incidentes e passageiras, mas que é constante, persistente, indestrutível. É por não querer enxergar esta influência maléfica, é por não querer se convencer de outras funestas conseqüências da moeda fiduciária, que S. Ex. pensou em beneficiar o país convertendo a sua dívida interna, as suas apólices, em papel-moeda, isto é, fazendo desaparecer uma dívida para criar outra muito mais onerosa, mais vexatória, mais deprimente e acabrunhadora. E nem se diga que a maior soma de papel pertencia aos bancos e não pesaria sobre o Estado: as diferenças de câmbio recaem sobre o governo e sobre os particulares; a depreciação da moeda, se influi nos preços, nos salários, nos vencimentos, nos contratos, influi igualmente no imposto."*[251]

Amaro Cavalcanti, em posição contrária, tentava justamente mostrar o erro dessas argumentações, ou seja, que as emissões não eram as culpadas pela crise interna do país. Embora não negasse que a moeda fiduciária exercesse uma influência desfavorável sobre o câmbio, afirmava que não era ela a causa principal de sua desvalorização, assim dizia:

> *"não aceitamos* a teoria por demais vulgar, *de que o papel-moeda seja entre nós a* causa *da sua oscilação desfavorável ao país. A moeda fiduciária deve ter, e tem muitas vezes, a sua influência desfavorável nas relações do câmbio, não se nega; mas este fato, em nossas condições, só pode dar-se* de modo circunstancial, *quando tenhamos de fazer remessas de fundos para o estrangeiro, porque aí, em vez de* saldo, *existe déficit contra nós, resultante do comércio ou de outros compromissos internacionais; e é escusado acrescentar que a moeda-papel não pode satisfazer a* procura de fundos *para semelhante mister. Mas é bom atender e distinguir: não é a moeda-papel a causa primária eficiente do câmbio desfavorável, muito embora possa concorrer acessoriamente para isto até certo ponto; o que cria as oscilações, é a abundância ou carência de saldos brasileiros nas praças estrangeiras."*[252]

Do mesmo modo, não concordava com a afirmação de que eram as emissões fiduciárias que teriam causado as especulações na Bolsa de Valores. Para confirmar suas palavras lembrava o ano de 1889, especialmente os meses de setembro a outubro, quando não

---

[251] Discurso de Leopoldo Bulhões, apud. Antonio Carlos R. de Andrada. *Bancos de emissão no Brasil*, op. cit., p. 262 a 264

[252] A. Cavalcanti. *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, op. cit., p. 37

havia excesso de meio circulante e o papel bancário era conversível, e fora justamente nesta época, *"na época da maior confiança e da maior* abundância *da moeda metálica, que aparecera o mais espantoso jogo da Bolsa, com uma alta de preços nunca vista."*[253]

Para Amaro Cavalcanti, faltou ao governo a adoção de medidas regulatórias e punitivas para conter os abusos da especulação nas Bolsa, ou seja, manter maior controle e fiscalização para evitar os excessos especulativos, como por exemplo: parar de dar autorização para a prática de atos e fatos que pudessem servir para fomentar a agiotagem e a especulação e também punir os apanhados em flagrante estelionato. Em suas palavras:

> *"os* artifícios capciosos, *os* conluios *e* combinações bem arranjadas, *para apanhar o dinheiro e a fortuna dos incautos ou dos homens de* boa fé, *- a* invenção *de empresas sem existência nem razão de ser, mas apregoadas como tendo bases certas das* mais sedutoras esperanças *ou de* infalível sucesso*; devem ser combatidas, denunciadas sem a menor complacência, a fim de que os espertos não se locupletem* impunemente, ilicitamente... *"*[254]

Entretanto, isto não significava a necessidade de intervenção direta do Estado no movimento dos negócios, mesmo que fosse a pretexto de conter a especulação. No seu entender, a intervenção do governo retraindo o meio circulante e o crédito dos bancos, logo após a crise do Encilhamento, teria sido a responsável pelo grande mal estar econômico que se seguiu no país, gerando a crise econômica. Dizia: *"essa intrusão escusada do governo, - ponto de partida da reação* anti-bolsista *(...) fez retrair-se,* quase que de chofre, *o crédito dos bancos e,* abalada a confiança, *amortecido a fé dos negócios; foi um erro grave, um* atentado *funesto, talvez bem* intencionado, mas que se tornou a causa sabida e responsável *de uma grande parte deste* mal-estar *que, há um ano, consome os melhores recursos e esforços da nossa praça."*[255] As políticas adotadas teriam afetado não apenas os especuladores, mas também, aqueles que investiam seus capitais nas indústrias e no engrandecimento do país. A pretexto de se paralisar os especuladores, as políticas adotadas teriam provocado a ruína de muitas empresas, o desaparecimento do crédito e a paralisação dos negócios.

Amaro Cavalcanti condenou a forma de intervenção do governo na crise do Encilhamento, pois acreditava que as crises, de modo geral, eram "fases inevitáveis do

---

[253] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 401
[254] Ibidem, p. 366
[255] Ibidem, p. 367

desenvolvimento dos povos", as quais estavam sujeitos qualquer país em vias de desenvolvimento. Sobre isso já dizia em 1889:

> *"Fato* ordinário *na vida econômica dos povos, como é a doença no curso da vida individual, - a crise vem quando ela tem de vir; a história nos ensina que a previsão humana se tem mostrado impotente para evitá-la; e muitas vezes é pelo seu abalo que se restabelece a verdadeira e sólida economia de um povo. Exemplos desta ordem encontramos nas próprias crises econômicas dos Estados Unidos."*[256]

Falando da crise do Encilhamento, disse ao Congressistas em 1892:

> *"Com efeito, se bem atendermos, veremos que os países, onde as crises têm sido mais freqüentes e violentas, como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, são também aquelas cuja riqueza industrial, cujo progresso econômico têm tido e continuam a ter o máximo desenvolvimento.*
> *Cumpre, porém, reconsiderar: - trata-se de* crises *resultantes da* marcha natural, *progressiva dos negócios da indústria ou do comércio, cujos fatos poderiam resumir no seguinte: chega o momento da plena atividade econômica para um povo; - o capital realizado e o* numerário *propriamente dito não bastam para as exigências; o crédito de toda a sorte* – letras, cheques, títulos de obrigação, moeda fiduciária, *intervém, fatalmente, para ocorrer aos déficits daquele."*[257]

A crise era assim, uma conseqüência natural da rápida expansão dos negócios. Muito embora, muitas empresas se beneficiassem do momento expansivo fazendo especulação, também era certo que muitas empresas, o maior número delas, segundo o autor, utilizaram seus capitais para desenvolverem bons empreendimentos. Não era justo, a seu ver, que o governo sacrificasse as boas empresas para conter a especulação com a contração monetária. *"E injusto é que, em* ódio à jogatina, *se tenha procurado a perda da fortuna de muitos e a ruína de novas e futurosas empresas para admitir-se, como* remédio salvador, *a suspensão do crédito, a paralisação dos negócios, o que constitui uma verdadeira antítese de todo o progresso."*[258]

Enfim, Amaro Cavalcanti afirmava, de certa forma ingenuamente, que deveriam ser punidos os especuladores e os bancos que facilitavam o movimento especulativo ao invés

---

[256] Este artigo publicado por Amaro Cavalcanti em um jornal em 1889 está transcrito no livro de Amaro Cavalcanti, *Resenha financeira do ex-Império do Brasil,* op. cit., p. 63.
[257] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p.368
[258] Ibidem, p. 370

de realizar mudanças na política monetária, já que considerava o Encilhamento uma crise normal do movimento cíclico do capitalismo. Todavia, deve ser ressaltado que o combate a uma crise destas proporções implicava, necessariamente, na manipulação das variáveis macroeconômicas.

Quanto a acusação de que era o excesso de moeda que havia causado a crise do Encilhamento, Cavalcanti dizia:

> *"o papel-moeda (...) nos vinte anos que decorreram de 1870-1889, em importância que, na sua maior elevação, subiu apenas a 194.000:000$, não fora, não podia ser, de maneira alguma,* excessivo *na circulação; quando ao contrário se ouviam de toda a parte reclamações freqüentes contra a* escassez *de numerários para as necessidades das novas empresas de estradas de ferro, de navegação, de fábricas diversas e, de data mais recente, para os salários de trabalhadores rurais, após a abolição do elemento escravo."*[259]

Desta forma, o crescimento da emissão de moeda nos últimos anos teria atendido única e exclusivamente as necessidades de numerários imposta pela economia nacional. Além dos elementos citados que contribuíam para aumentar das necessidades de numerários, Cavalcanti destacava outros, como: o crescimento do número de consumidores com a imigração estrangeira; o movimento maior da receita e despesa pública federal; o costume de guardar dinheiro em casa devido a insegurança frente a situação política e econômica do país; o extraordinário desenvolvimento dos negócios da bolsa. Além de outros fatos considerados negativos como: o "prêmio alto do dinheiro" que chegava a 4, 5 e até 6% ao mês, incluindo ágio de comissão; a dificuldade de se obter descontos e a falta de entradas de capital por parte dos acionistas; e, a baixa ou a desvalorização completa dos fundos e valores da Bolsa.[260]

A despeito de todos este fatos que indicavam uma necessidade crescente de meio circulante, o plano de ação dos governos para conter a especulação era a recessão através da austeridade fiscal e contração monetária. Para Cavalcanti estas medidas eram *antieconômicas,* pois prejudicaram o comércio, a indústria nascente e as boas empresas que existiam, interrompendo um período expansivo que vinha desde 1888. Além disso, criavam um clima de insegurança que afugentava ainda mais os capitais externos que seriam investidos na

---

[259] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 374
[260] Ibidem, p. 385-386

produção. Acusava Amaro Cavalcanti, que justamente num momento em que as novas empresas necessitavam de dinheiro para fazer frente as suas despesas que se avolumaram com a desvalorização cambial, houve uma retração do crédito e o dinheiro tornou-se escasso aumentando as taxas de juros e impedindo o progressivo crescimento econômico. Dizia:

> *"... o nosso momento (...) expansivo; numerosíssimas empresas, numerosas companhias foram organizadas nos últimos tempos e precisam prosperar, para o aumento da fortuna pública; e si não temos, si não podemos ter já outro meio circulante melhor, precisamos, ao menos, supri-las com a moeda de crédito, que alias substitui perfeitamente a outra, reputada melhor.*
> *Digo mesmo, que não usar da moeda de crédito, neste momento de expansão econômica do país, eqüivale ao proceder de um indivíduo que deixa-se morrer à fome, ele, mulher e filhos, só para não* comprar fiado *aquilo que carece para os misteres da alimentação. Si não podemos ter essa boa moeda de ouro, si os que nos vêm propor medidas radicais, não nos indicam os meios eficazes de obter o ouro para a circulação nacional, então é preferível continuarmos com os recursos, que a moeda de crédito nos proporciona.*
> *Não conheço Estado algum, cuja indústria e comércio desenvolvam-se de modo satisfatório, nas condições atuais do grande movimento econômico do mundo moderno, sem o concurso de um meio circulante fácil e abundante para os diversos fins e misteres."*[261]

Para Cavalcanti o meio circulante fácil e abundante era condição essencial para o desenvolvimento do comércio e da indústria e, portanto, proibir o seu aumento, embora fiduciário, como pretendiam os projetos de reforma bancária, além de romper contratos perfeitamente realizados com os bancos de emissão, extinguindo seus direitos adquiridos, constituía-se numa ameaça aos empreendimentos iniciados e ao desenvolvimento.[262]

No seu entender era preferível pecar pelo excesso do que pela falta de moeda em circulação. Embora soubesse que o excesso de moeda causava o aumento de preços e, portanto, devia ser evitado, salientava que a escassez de moeda para as transações normais de um país, tinha efeitos muito mais perversos para a economia, como a queda dos preços, depreciação cambial, queda dos salários, enfraquecimento do comércio e da indústria e finalmente a crise. Ao contrário, quando o dinheiro é abundante, tudo se anima, a economia

---

[261] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 226. (Discurso no Congresso Nacional. Sessão de 31 de outubro de 1891)
[262] Ibidem, p. 227

ativa-se, a produção se desenvolve, desde que esta não exceda o montante necessários para manter as transações econômicas do país.

A única conseqüência prejudicial do excesso de moeda: a alta dos preços, poderia ser neutralizada, segundo Cavalcanti, pelo aumento do número de transações, pelo desenvolvimento do comércio estimulado pela abundância de dinheiro, fazendo aumentar a procura por moeda ao nível da oferta.[263] A história econômica do Brasil nos últimos vinte anos confirmariam esta hipótese. Neste período, tivemos um aumento considerável do meio circulante que redundou em grandes transformações em todos os ramos da vida econômica, sendo que o excesso de moeda inicial foi absorvido nos canais da circulação e nos últimos anos o crescimento da procura por moda ultrapassava a oferta. Desde que a moeda fosse empregada devidamente, dizia: *"qualquer excesso de moeda que, por ventura se dê – achará, dentre em pouco, o seu equilíbrio nas próprias necessidades nas novas empresas e indústrias criadas, e nas permutas dos novos valores, ou dos produtos e serviços mais numerosos, que hão de acrescer, consequentemente."*[264]

De acordo com Cavalcanti, o movimento econômico brasileiro em 1892 era de 10.800.000:000$ e o total de nossa moeda é de 500.000:000$, o que representava apenas 4,6% do movimento econômico. Em outros países esta relação era duas vezes maior. Comparando o montante de moeda em circulação com o total populacional do país, o Brasil possuía uma circulação monetária de 27$000 per capita, enquanto na Grã-Bretanha era de 47$, na França de 59$, na Bélgica de 66$, na Itália de 40$, na Alemanha de 36$ e nos Estados Unidos de 53$[265].

Enfim, para Amaro Cavalcanti o papel fiduciário teria sido o responsável pelo progresso de muitas nações modernas, portanto, privar-se desse meio circulante no Brasil, significava privar-se do único meio de prosseguir com o desenvolvimento do comércio e da indústria. Assim sendo, conclui:

> *"E quaisquer que sejam os males que lhe atribuem [ao papel-moeda], com toda a razão ou sem ela, é também fato, que o papel-moeda tem sido um auxiliar constante do Estado, quer se trate de* solver compromissos *no estrangeiro, quer se trate de preencher* déficits *orçamentários, quer se trate de empreender e executar*

[263] A. Cavalcanti. *Política e Finanças,* op. cit., p. 394-395
[264] Ibidem, p. 399
[265] Ibidem, p. 397

> *melhoramentos da ordem econômica, quer se trate, finalmente, de* meios e recursos, *para a defesa da autoridade no interior ou para a sustentação de guerra além de nossas fronteiras.*"[266]

O debate em torno do meio circulante marcou boa parte da década de 1890, todavia, os discursos e as orientações de Amaro Cavalcanti e dos demais papelistas, de modo geral, não foram suficientes para conter o avanço das políticas econômicas ortodoxas *vis-à-vis* a condução da economia pela ala conservadora.

[266] A. Cavalcanti. *Elementos de Finanças*, op. cit., p. 415

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil chega ao início do século XXI, como uma das dez maiores economias mundiais, ao lado de países como: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Inglaterra. Contudo, ainda apresenta fortes desequilíbrios regionais e uma crescente exclusão social. Não obstante, a história tem sido, por vezes, indiferente com homens ilustres, como Amaro Cavalcanti, que se dedicaram a pensar vias de desenvolvimento para o país, ousando sonhar, muitas vezes de forma utópica, que o Brasil um dia poderia atingir a grandeza das principais nações.

Numa tentativa de resgatar uma destas personalidades que, curiosamente tem sido negligenciada pela nossa historiografia, procuramos ao longo desta dissertação, recuperar as principais idéias de Amaro Cavalcanti e sua contribuição para a luta pelo desenvolvimento industrial do país.

Amaro Cavalcanti, ao longo de sua história, mostrou ser um batalhador, haja vista que de modesto professor de Latim, ascendeu às mais distintas posições na política, na administração pública e na Magistratura, deixando uma farta publicação e provas de sua competência. Podemos dizer que foi um exemplo daqueles que lutaram com honras pela Pátria e, principalmente pela nascente República e que deve figurar obrigatoriamente numa galeria de construtores da nação brasileira.

Podemos claramente, defini-lo como um nacionalista, pelo seu sentimento marcante pelo desenvolvimento nacional, pelo seu desejo de ver seu país grande e economicamente independente das demais nações do mundo, enfim, pela sua luta incessante pela industrialização brasileira.

Polêmico, Amaro Cavalcanti sempre sustentou algumas idéias muito controvertidas para a sua época. Defendeu a emissão fiduciária que contrariava os princípios

tradicionais da política econômica seguida no Império; defendeu a diversificação do crédito para novos setores, especialmente para a indústria nacional, que também ia contra a política do antigo regime de auxiliar exclusivamente a agricultura; e, o que era ainda mais ousado, foi contra os próprios auxílios para a lavoura cafeeira.

Embora não possamos dizer que esteve certo em todas as suas afirmações, devemos ressaltar que suas idéias econômicas e financeiras apresentam a coerência de quem conhecia profundamente as finanças públicas e mais do que isso, alguém que reconhecia as deficiências da economia nacional e lutava para eliminá-las. Neste sentido, luta de Amaro Cavalcanti era muito mais circunstancial, procurava resolver os problemas prementes da economia brasileira, ou seja, seu atraso econômico e sua dependência política.

Amaro Cavalcanti acreditava que a única forma de desenvolver economicamente o país, reverter seu atraso econômico e garantir a soberania nacional, era fomentando o seu desenvolvimento industrial. Para ele, a indústria era "a classe produtora por excelência" e, portanto, deveria ser estimulada e protegida pelo Estado.

Seu raciocínio era bastante simples, estimulando o desenvolvimento industrial, o país poderia substituir as importações pela produção interna, o que acarretaria uma diminuição do volume de importações, bem como dos encargos relacionados ao processo de importação (fretes, seguros, etc.). Além disso, a produção industrial poderia vir a compor a pauta de exportações nacionais, melhorando ainda mais o saldo de nossa balança comercial e, ainda, poderia garantir uma renda maior para os cofres públicos, gerados pela tributação sobre da própria produção. Segundo Amaro Cavalcanti, o resultado deste processo seria, o equilíbrio do balanço de pagamentos do país. Este equilíbrio se daria tanto pelo aumento do saldo da balança comercial, quanto pela diminuição dos empréstimos externos usados para cobrir os déficits.

Todavia, esta sua lógica merece algumas críticas. Em primeiro lugar, a idéia de que a industrialização resolveria os problemas do balanço de pagamentos é um tanto quanto questionável, principalmente analisando-se este processo de substituição de importações no curto e médio prazos. Industrializar o Brasil naquele momento implicaria, necessariamente, em ter que importar máquinas e equipamentos para a instalação das fábricas e, dado o elevado custo destes equipamentos no mercado internacional, certamente isto implicaria em um ônus de grandes proporções para a nossa balança comercial. Em segundo lugar, deve-se considerar,

que levaria um certo tempo até que estas indústrias começassem a produzir o suficiente para suprir o comércio interno, diminuir as importações e gerar renda para o governo. Todavia, não se deve negar a lógica do seu pensamento no longo prazo.

Ao defender a indústria como o setor produtivo por excelência, Amaro Cavalcanti colocava as demais formas de produção, basicamente o setor agro-exportador, em segundo plano, e ainda lhes impunha pesadas críticas. Neste sentido, criticava o papel subordinado da agricultura e a dependência econômica de uma nação exclusivamente agrícola, críticas estas que vinham desde o Império. Algumas de suas contribuições foram chamar a atenção para a precariedade da agricultura brasileira, principalmente na região nordeste do país e mostrar as deficiências da indústria extrativa, além de manifestar sua preocupação com a devastação de nossas florestas. A ousadia de Amaro Cavalcanti estava em criticar abertamente os auxílios do governo à lavoura cafeeira. Para ele teria sido mais benéfico para o país, se os recursos desviados para a lavoura tivessem sido aplicados no desenvolvimento da indústria nacional.

Suas críticas se estendiam ao comércio, principalmente ao comércio importador, que para ele era uma classe parasitária, ávida por lucros e que tentava frear o desenvolvimento industrial do Brasil ao opor-se as campanhas protecionistas.

Amaro Cavalcanti considerava estes setores os grandes adversários da industrialização brasileira, tanto que em todos os seus discursos combatia-os fervorosamente, talvez numa tentativa de dar ênfase às suas deficiências e valorizar a importância da industrialização. Todavia, o que podemos concluir desta atitude, é que ele ainda não podia perceber, naquele momento, que era exatamente da dinâmica de acumulação destes setores agro-exportadores que surgiam as primeiras possibilidades industrialização. Sabemos hoje, através da historiografia, que foi exatamente da expansão do setor exportador cafeeiro, que surgiram os recursos para serem investidos nas indústrias brasileiras. Os períodos de maiores investimentos industriais coincidiam com períodos de expansão do setor cafeeiro, demonstrando uma estreita relação entre ambos. Por outro lado, sabemos que muitos dos comerciantes que eram importadores de produtos comercializados no Brasil e que se colocaram contra o sistema de proteção tarifária, em certas circunstâncias, tornaram-se industriais, principalmente a partir dos anos 1880, como por exemplo, Francisco Matarazzo. Amaro Cavalcanti não percebia ainda esta unicidade, da qual falou Sergio Silva, entre o setor agro-exportador e a indústria, só percebia as contradições, que eram os limites impostos ao

desenvolvimento industrial pela "posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital".[267] Porém, não devemos cobrá-lo por um conhecimento que não era de seu tempo.

Ao longo de sua luta pela industrialização, Amaro Cavalcanti procurou enfrentar todas as oposições e os entraves colocados ao desenvolvimento industrial. No Congresso Nacional debateu por inúmeras vezes com aqueles que defendiam uma política econômica que prejudicasse a indústria nascente e lutou por medidas que dessem sustentação ao seu desenvolvimento.

Amaro Cavalcanti acreditava que a única forma de desenvolver a indústria brasileira era através da forte presença do Estado, tanto criando novas indústrias essenciais, que a iniciativa privada não pudesse ou não quisesse investir, como desenvolvendo uma política de proteção adequada, capaz de protegê-las da concorrência estrangeira e ainda facilitando os recursos na forma de moeda e crédito para serem investidos no desenvolvimento industrial.

Quanto à intervenção protecionista do Estado, Amaro Cavalcanti seguia as idéias de Freidrich List. Defendia um protecionismo moderado, seletivo e circunstancial, para proteger as indústrias nascentes e aquelas que realmente se mostrassem dignas de serem auxiliadas, mas não indefinidamente, ou seja, somente enquanto se fizesse necessário. Enfim, um protecionismo planejado, não com o objetivo de criar monopólios, mas para garantir o progresso industrial do país. Dessa forma, acreditava que a proteção alfandegária era a única maneira de desenvolver a industrialização de um país pobre e em vias de crescimento.

No que diz respeito à moeda e ao crédito, o pensamento de Amaro Cavalcanti era dos mais inovadores. Defendia uma política monetária mais liberal, criticando as políticas dos conservadores que queriam impor as regras do padrão-ouro à economia brasileira e sugerindo a adoção de um sistema monetário totalmente fiduciário para suprir a carência de meio circulante na economia. A inovação neste assunto, se refere ao fato de que ele já defendia a circulação fiduciária durante os últimos anos do Império, momento em que predominavam as idéias e as políticas conservadoras no cenário econômico do país, sendo que, somente alguns anos depois Rui Barbosa implantaria a reforma monetária expansionista, baseada na emissão fiduciária, que favoreceu o surto industrial dos primeiros anos da República.

---

[267] Sergio Silva. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 8ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995, p. 97.

Amaro Cavalcanti criticava as políticas monetárias conservadoras, que insistiam na meta da conversibilidade, afirmando que elas eram as responsáveis pelo sistema monetário arcaico e deficiente, pela moeda depreciada, pela dívida pública crescente e pela insuficiência de meio circulante e crédito para serem investidos na produção. Assim sendo, dizia que um país novo como Brasil deveria fazer uso da emissão fiduciária, para tornar o dinheiro abundante e barato para ser investido na produção interna do país. A moeda fiduciária era assim, um importante recurso para ser utilizado em favor do desenvolvimento nacional.

Mesmo depois que a crise do Encilhamento tomou conta do país e que sugiram fortes críticas às políticas emissionistas de Rui Barbosa, Amaro Cavalcanti continuou a defender o sistema de emissão fiduciária, por acreditar que ainda era a melhor alternativa para a expansão econômica. Durante os primeiros anos da República sua luta concentrou-se em defender as indústrias afetadas pela crise e a tentar impedir, sem sucesso, o retorno dos conservadores ortodoxos ao poder, o que no seu entender, significaria a ruína completa da indústria.

Finalmente, após realizar breve síntese das idéias de Amaro Cavalcanti, a questão que se apresenta é: como se poderia defini-lo ideologicamente, um protecionista, dada a forma enfática com que reivindicava a proteção à indústria, ou liberal clássico, já que preconizava uma proteção seletiva? A resposta para esta pergunta não constitui uma tarefa fácil, mesmo após minuciosa leitura de suas obras, visto que o reducionismo de seu pensamento a uma corrente teórica, tem conduzido, invariavelmente, a equívocos e distorções importantes, como por exemplo, a declaração feita por Dorival Teixeira Vieira, que acusa Amaro Cavalcanti de ser um "pioneiro do neoliberalismo". Contudo, com a pretensa autoridade de quem leu atentamente uma parte significativa de sua grande produção intelectual, julgamos impossível defini-lo enquanto um protecionista ou um liberalista, considerando que suas preocupações não seguiam a rigidez de nenhuma linha teórica, se bem que deve ser ressaltada sua peculiar atração, como muitos de seus pares, aos preceitos do positivismo. Na verdade, Amaro Cavalcanti situa-se entre homens, que no final do Império, ousaram sonhar com a construção de uma nação rica, desenvolvida e que servisse de orgulho para seu povo.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, João Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes da República, Ministros de Estado e Senadores e Deputados do Congresso Nacional, 1889 a 1917.* São Paulo: SCP, 1918. 2v.

ANDRADA, Antonio Carlos R. de. *Bancos de emissão no Brasil.* Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1923

AUGUSTO, José. *Amaro Cavalcanti.* Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1956.

BAER, Werner. *A Industrialização e O Desenvolvimento Econômico do Brasil*, Tradução de Paulo de Almeida Rodrigues, 6° ed. aumentada, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1985.

BAIROCH, Paul. *Economics and world history. Myths and paradoxes.* Harvester Wheatsheaf, 1993

BALEEIRO, Aliomar. *Rui - um estadista no Ministério da Fazenda.* Salvador, Livraria Progresso Editora, 1954.

BARBOSA, Rui, *Finanças e política da República: Discursos e escriptos.* Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1893.

BASTOS, Humberto. *A marcha do capitalismo no Brasil; ensaio de interpretações. 1500-1940*, Rio de Janeiro, 1944.

_____. *O pensamento industrial no Brasil (introdução à história do capitalismo industrial brasileiro),* São Paulo, 1952.

_____. *Rui Barbosa - Ministro da Independência Econômica do Brasil.* Edição da Casa de Rui Barbosa, 1949.

BELLO, José Maria. *História da República 1889-1945 (Adenda – 1945-1954)*, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 3ªed, 1956

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento.* 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BRANDÃO, Octavio. (Publicado com o pseudônimo: Fritz Mayer) *Agrarismo e industrialismo.* Buenos Aires, 1926. Arquivo Edgard L..

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política monetária do Brasil,* Trad. Thomaz Newlands Neto, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1960 ,Brasiliana: Série Grande Formato, vol. 18 -,(1ª ed. 1910)

CANO, Wilson, *Raízes da Contração Industrial em São Paulo,* 4ª ed. Campinas-SP: UNICAMP.IE, 1998

CARDOSO DE MELLO, J.M. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira,* 10ª ed., Campinas-SP: UNICAMP.IE, 1998.

CARDOSO, E. A. "Desvalorizações cambiais, indústria e café: brasil: Brasil, 1862-1906." *Revista Brasileira de economia,* 35, 1981

CARONE, Edgard, *A republica velha. II Evolução política (1889-1930),*São Paulo: DIFEL, 4ª ed., 1983

_____. *A republica velha. Instituições e classes sociais,* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª ed., 1972

_____. *A república Velha - I (Instituições e Classes Sociais).* 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1972.

_____. *O pensamento industrial no Brasil - 1880-1945.* São Paulo: Difel, 1977

_____. *O Centro industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977).* Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978

CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil.* Brasília, Senado Federal e Fundação Casa de Rui Barbosa, Tomos 1 e 2, 1980 (Primeira publicação de 1889)

CORREA, Serzedelo. *O problema econômico no Brasil, 1903.* Brasília: Senado Federal, 1980.

COSTA. Fernando Nogueira da, *Economia monetária e financeira: Uma abordagem pluralista,* São Paulo: Makron Books, 1999

COSTA. João Cruz. *Aubusto Comte e as origens do positivismo.* São Paulo, 1959.

_____. *Contribuição à história das idéias no Brasil (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional),* 2ª ed., Rio de Janeiro, 1967.

DANTAS, San Tiago. *Dois momentos de Rui Barbosa.* Rio de Janeiro, Edição da Casa de Rui Barbosa, 1951.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo.* São Paulo: Difusão Européia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

DE LORENZO, H. C e COSTA, W. P. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

EICHENGREEN. B. *Gold fetters: The gold standard and the great depression, 1919-1939.* New York: Oxford University Press, 1922.

ENCICLOPEDIA E DICIONÁRIO INTERNACIONAL vol. II, Rio, s.d.

FAUSTO, Boris.(org.) *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)* (História geral da civilização brasileira, T. 3, vol. 1), São Paulo, Ed. Difel, 1975.

FERNANDES, Santiago, "Mauá, o economista do Império. Análise de sua crítica científica ao padrão-ouro", in: *Revista Brasileira de Economia*. 28 (2), abril/junho, 1974.

FERNANDES, Suzana Cristina. "Uma Nota sobre o Pensamento de Amaro Cavalcanti", in: *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas*. Curitiba-Pr, ABPHE, 1999

FISHLOW, A. "origens e conseqüências da substituição de importação no brasil." *Estudos Econômicos*, 2(6), SP: IPE/USP, dezembro, 1972.

FISHLOW, A. Lições da década de 1890 para a de 1980. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, RJ, 17(3): 497-532, dez. 1987

FRANCO, Gustavo. *A década republicana: o Brasil e a economia internacional – 1888-1900*, RJ:IPEA, 1991, Série PNPE 24.

_____. "A primeira década republicana", in: M. P. Abreu (org.) *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*, Campinas: Ed. Campus, 1995

_____. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição* republicana, Rio de Janeiro: BNDES, 1983.

_____. Taxa de câmbio e oferta de moeda – 1880-1897: uma análise econométrica. *Revista Brasileira de Economia*, 40, 1986

FRITSCH, Winston. "Apogeu e crise na primeira república: 1900-1930", in: M.P. Abreu (org.) *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*, Campinas: Ed. Campus, 1995

_____. "Aspectos da política econômica no Brasil, 1906-1914". In: NEUHAUS, Paulo (coord.). *Economia Brasileira: Uma Versão Histórica*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980, p. 264-266

_____. "Sobre as interpretações tradicionais da lógica política da política econômica na primeira república". *Estudos Econômicos*, 15(2): 339-346, maio/agos., 1985

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 22ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

GERMER, Claus Magno. "A gestação dos elementos do 'padrão ouro-câmbio' antes da I Guerra Mundial e sua institucionalização no pós-guerra", in: *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, Curitiba, 1999.

GREMAUD, Amaury Patrick. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República(1840-1930)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FEA-USP, 1997.

GREMAUD, Amaury. P., et alii. *Formação econômica do Brasil*, São Paulo: Atlas, 1997.

GUANABARA, A. *A presidência de Campos Sales*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983 (Primeira publicação em 1903)

GUEDES, Pelino Joaquim da Costa. *Biografia de Amaro Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Typ Leuzinger, 1897.

HOBSBAWM, Eric. J. *A era das revoluções*, Trad. Rio de Janeiro, 1982;

_____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo,* Trad. Donald M. Garschagen, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986

_____. *A era do capital, 1848-1875.* Trad., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLLANDA (Filho) Sergio Buarque. *O Brasil monárquico: do Império à República,* 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 (História Geral da civilização brasileira, T. 2, vol. 5)

HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. "Livre Comércio *versus* Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições". In.: *Revista de Estudos Econômicos,* São Paulo, V. 28, N. 1, P. 33-75, Jan.-Mar./1998

HUGON, Paul. *A moeda: introdução à análise e às políticas monetárias e à moeda no Brasil.* São Paulo: Pioneira-EDUSP, 1967

IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira.* Coleção tudo é história. 4ª ed. Brasiliense, 1988.

KEMP, Tom. *A revolução industrial na Europa do século XIX,* Trad. José Marcos Lima, São Paulo: Edições 70, 1985.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época,* Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994

LEME, Marisa Saens. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945).* Petrópolis: Vozes, 1978

LEOPOLDI, M. A. P. *Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil, the associations of industrialits, economic policy-marking and the with special reference to the period 1930*-1961, Oxford, Engl.: Oxford University. Tese PhD, St. Antony's College, 1984

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria no Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Esboço de história empresarial.* RJ: SMC/Editora UFRJ,

_____. "O Encilhamento. In: NEUHAUS, P. ed. *Economia brasileira: uma visão histórica.* RJ. Campus, 1980

LIBBY, Douglas Cole. "Protoindustrialização em uma sociedade escravista: O caso de Minas Gerais" in: SZMRECSANYI, T e LAPA, J. R. Amaral (org.) *História da Independência e do Império.* São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 1996.

LIMA, Heitor Ferreira. "Deflacionismo de Murtinho e suas conseqüências econômico-socias". In: *História do Pensamento Econômico no Brasil.* 2ª. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978, p. 136-149.

_____. *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. *História do pensamento econômico no Brasil.* 2ª ed. São Paulo: Ed.Nacional, 1978.

LIST. G. Friedrich. *Sistema nacional de economia política.* Apresentação de Cristóvam Buarque e Tradução de Luiz João Baraúna. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

LUZ, Nícia Vilela. "Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro(III): esforços em prol da industrialização", in: *Revista de História*, n. 34, outubro-dezembro, 1958, p. 305-333

_____. "Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro (II): esforços em prol da industrialização", in: *Revista de História*, n. 33, janeiro-março, 1958, p 27-41

_____. *A luta pela industrialização no Brasil.* 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

_____. "Joaquim Murtinho e o Darwinismo Econômico. In: MURTINHO, Joaquim. *Idéias econômicas de Joaquim Murtinho.* Cronologia, introdução e notas bibliográficas e textos selecionados por Nícia Vilella Luz. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

MARCONDES, Renato L. "Padrão-Ouro e Estabilidade", in: *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 28, N. 3, P. 533-559, Jul.-Set./1998.

MENDONÇA, S. R. *O ruralismo brasileiro (1881-1931).* São Paulo: Hucitec, 1997

MORAES FILHO, E. *Idéias sociais de Jorge Street.* Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/ Fundação Casa de Rui Barbosa, MEC, 1980

MURTINHO, Joaquim. *Idéias econômicas de Joaquim Murtinho.* Cronologia, introdução e notas bibliográficas e textos selecionados por Nícia Villela Luz. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

OLIVEIRA, Lucia Lippi, "Questão nacional na Primeira República", in: DE LORENZO, H. C e COSTA, W. P. (org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

PELÁEZ, C. M. & SUZIGAN, W., *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias,* 2ª ed.Brasilia: Ed. Universidade, 1891 (Coleção Temas Brasileiros, 15); Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976 (Série Monografia, n. 23),

PELAÉZ, C. M. "As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945". In: *Revista Brasileira de Economia.* Rio de Janeiro: 25 (3), p. 5-82, jul./set. 1971.

_____. "O desenvolvimento da indústria do aço no Brasil", *Revista Brasileira de Economia*, 24, Abr.-Jun./1970

_____. *História da industrialização brasileira.* Rio de Janeiro: Anpec, 1972.

PERISSINOTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas: Ed. UNICAMP, 1994

_____. "Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República m São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920. in: DE LORENZO, H. C e COSTA, W. P. (org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1977

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1943.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, 13ªed., São Paulo: Brasiliense, 1970.

RODRIGUES, José Honorio,1913. *Aspirações nacionais : interpretação historico-politica.* São Paulo : Fulgor,1965.

_____. "História e economia - década de 1870-1880" in *Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio*, abr., 1971.

SAES, Flávio A M & SMERECSÁNYI, Tamas. "O capital estrangeiro no Brasil, 1888-1930". *Revista Estudos Econômicos*. SP, 15(2): 191-219, maio/ago. 1985.

SAES, Flávio A.M. de & CYTRYNOWICZ Roney "O pensamento econômico e as origens da profissão de economista no brasil (1931-1945)", in: *Anais do III congresso Brasileiro de História Econômica e IV conferência Internacional de História de Empresas.* ABPHE, 1999

SAES, Flávio Azevedo Marques de. "Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906)". *Revista Brasileira de História.* São Paulo, 2:243-258, 1981.

SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição: 1875-1901.* Trad. Afonso Nunes Lopes, São Paulo: EDUSP: Instituto Fernand Braudel, 1996.

SILVA, Lígia M. Osório, "A crise no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do 'caso da Itabira Iron'", in: DE LORENZO, H. C e COSTA, W. P. (org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. "Tavares Bastos e a questão agrária no império", in: *Revista de História Econômica e História de Empresas,* vol. 1, n. 1. ABPHE, 1999, p. 3-29.

SILVA, S.S. e SZMRECSÁNYI, T. (org.). *História econômica da Primeira República.* São Paulo: Ed. Hucitec, FAPESP, ABPHE, 1996

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 8ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SODRE, Nelson Werneck,1911. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro.* Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros,1960.

_____. *Introdução à revolução brasileira,* Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1958

SOUZA, M. do C. G. de. "O processo político-partidário na primeira república". In: MOTA, C. G (Org) *Brasil em Perspectiva.* SP: Difusão Européia do Livro, maio/1974

STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no brasil, 1850-1950.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. "Industrialização Brasileira em Perspectiva", in: *Anais do III congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas.* ABPHE, 1999

_____. "Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva historia", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 5(2): 433-474, dez., 1975

_____. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.* São Paulo: Brasiliense, 1986

SZMRECSANYI T. & Suzigan, W. (organizadores). *Historia econômica do Brasil contemporâneo.* São Paulo : HUCITEC :ABPHE,1997.

TANNURI, Luiz A. *O Encilhamento,* São Paulo: Hucitec, 1981.

TEIXEIRA, Palmira P. *Pensamento e ação industrial de Jorge Streeet, 1894-1939,* Tese de Doutorado, 1989.

VEIGA FILHO, João Pedro da. *Tarifas Aduaneiras.* SP: Typ e Vapor-Espindola, Siqueira & Comp., 1896

VELHO SOBRINHO, J. F. Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro, vol. I, RJ, 1937 pgs. 330-331.

VERSIANI, F. , BARROS, M. T. (org.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização.* São Paulo: Saraiva, 1977,

VERSIANI, F. R. & VERSIANI M. T. R. O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição In: *Formação Econômica do Brasil – A experiência da Industrialização,* organizadores: Flávio Rabelo Versiani e José Roberto Mendonça de Barros, São Paulo: Edições Saraiva, 1977 (Série Anpec de leituras de economia),

VERSIANI, F. R. "Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1914. *Revista Brasileira de Economia,* 34(1): 3-40, ja./mar., 1980

VERSIANI, M. T. "Café e câmbio no Brasil: 1890/1906". *Pesquisa e Planejamento Econômico.* Rio de Janeiro. n. 15, v. 3, p. 597-614, dez, 1985.

_____. "Política tarifária e crescimento industrial nos anos 1906/12: o caso da cerveja". *Pesquisa e Planejamento Econômico.* Rio de Janeiro, 12(2): 455-488, agost/1982.

VIEIRA, Dorival Teixeira, *A obra econômica de Amaro Cavalcanti.* São Paulo, 1948.

_____. *Evolução do sistema monetário brasileiro.* São Paulo: Univ. de S. Paulo/Instituto de Pesquisas Economicas,1981.

VIEIRA, Rosa Maria. *O pensamento industrialistas de Roberto Simonsen: análise de ideologia.* Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1987.

VILARDO, F. *A burguesia cafeeira paulista e a política econômica na Primeira República.* Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, 1986.

VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. *A política do governo e o crescimento da economia brasileira - 1889-1945.* Rio de Janeiro, IPEA, 1973

Artigos e jornais contemporâneos:

Annaes do Paralmento. Câmara dos Srs. Deputados. Segunda Sessão da Vigésima Legislatura. Sessão de 1887. Rio de Janeiro, 1887. IV, p. 571-572.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1907

Jornal O Estado de São Paulo, 1 de julho de 1892.

Relatório de Ministro da Fazenda Francisco Belisário, publicado em 1886,

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo 92, vol. 146, (1922), pg. 592-594, Rio: Imprensa Nacional, 1926.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo LX, Parte I (1° e 2° trimestres), p366 a 375 e 407 a 413, Rio: Imprensa Nacional, 1897.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo LXXV, Parte II (1912), p. 241 e 280, Rio: Imprensa Nacional, 1913.

Obras de Amaro Cavalcanti

CAVALCANTI, Amaro. "A vida econômica e financeira do Brasil", Conferência realizada em 1914, in: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1920, vol. XXXVIII.

_____. "Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras", in: *Boletim da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.* Rio de Janeiro, 1903, p. 3-39.

_____. *Elementos de Finanças. Estudo Theórico-Prático.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

_____. *O meio circulante nacional (1808-1835).* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, Coleção Temas Brasileiros 53, (Primeira publicação em 1893)

_____. *Política e Finanças.* (Coletânea de Discursos no Congresso Nacional em 1891 e 1892) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

_____. *Regime Federativo e República Brasileira.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

_____. *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.